

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NASSER AHMAD ALLAN

O CORPORATIVISMO NO BRASIL (1889-1945)

**CURITIBA
2010**

NASSER AHMAD ALLAN

O CORPORATIVISMO NO BRASIL (1889-1945)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, na área de concentração de Direito das Relações Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aldacy Rachid Coutinho.

**Curitiba
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

NASSER AHMAD ALLAN

O CORPORATIVISMO NO BRASIL (1889-1945)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Aldacy Rachid Coutinho
Direito, UFPR

Prof. Dr. Jorge Luiz Souto Maior
Direito, USP

Prof. Dr. Wilson Ramos Filho
Direito, UFPR

Curitiba, 9 de agosto de 2010.

RESUMO

Dentre os mecanismos instituídos pelo Estado para controlar a classe trabalhadora adotou-se o corporativismo. Esta dissertação analisa as condições de trabalho entre 1889-1945. Discorda-se do discurso dominante sobre ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, como representação de uma revolução. As condições de trabalho durante a Primeira República, aliadas ao desenvolvimento econômico e imigração europeia contribuíram para desenvolvimento da ação sindical. Inicialmente, nos sindicatos notou-se predomínio do anarcossindicalismo, mantido até final dos anos 1910, aproximadamente. Depois, a preponderância passou aos comunistas que também fundaram seu partido em 1922. A ação sindical percebeu-se, principalmente, nas greves e manifestações. Após 1925, o operariado passou à luta político-parlamentar. Os trabalhadores almejavam a tomada do poder. Para detê-los, o Estado adotou a violência e a regulamentação do trabalho, mesmo contra a histórica resistência da burguesia, que mais tarde vislumbrará a importância da legislação trabalhista para manutenção de seu poder econômico e político. Assim, a intenção das primeiras leis de proteção ao trabalhador foi de render a classe trabalhadora. O corporativismo possibilitou a subjugação do operariado e a ampliação da acumulação capitalista. A doutrina pregava a conciliação e harmonia entre as classes sociais. Para tanto, organizava-se a economia com a promoção da divisão dos fatores de produção em segmentos econômicos e sociais, onde estariam representados trabalhadores e capitalistas. Nessas corporações deveriam sobressair os interesses nacionais sobre individuais ou coletivos. Nelas, o Estado interviria para fazer valer sua vontade que se identificaria com a da nação. Os elementos corporativistas podem ser percebidos na legislação no período, restando notados na investidura sindical, no enquadramento sindical, na negação à greve e solução jurisdicional e na contribuição sindical. Além da violência o Estado aproveitou meios de comunicação de massa para propagandear a figura de Getúlio Vargas como “pai dos pobres”, como “protetor da classe trabalhadora” que graciosamente concedera a legislação trabalhista. O paternalismo populista do corporativismo brasileiro significou uma revolução passiva, na forma definida por Antonio GRAMSCI, sendo viabilizada pela incorporação da classe trabalhadora urbana ao rol dos cidadãos e com cooptação dos organismos sindicais, pela oficialização dos sindicatos. As bases primordiais do regime persistem ainda hoje, consistindo na estrutura mais duradoura da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Primeira República; Legislação Trabalhista; Corporativismo; Direito Sindical; Getúlio Vargas; Revolução Passiva;

RIASSUNTO

Tra i meccanismi istituiti dallo Stato per controllare la classe lavoratore è stato adottato il corporativismo. Questa dissertazione analizza le condizioni di lavoro tra 1889-1945. Si oppone al discorso dominante sulla ascesa di Getulio Vargas al potere nel 1930 come rappresentazione di una rivoluzione. Le condizioni di lavoro durante la Prima Repubblica sommate con lo sviluppo economico e con l'immigrazione europea hanno contribuito per lo sviluppo della azione sindacale. Inizialmente, nei sindacati è stata notata una prevalenza di anarco-sindacalismo, che continuò alla 1920 all'incirca. Dopo, la prevalenza è stata passata ai comunisti che anche hanno fondato il suo partito nel 1922. L'azione sindacale è stata notata soprattutto nei scioperi e manifestazioni. Dopo il 1925 la classe operaia passerà a lotta politico-parlamentare. I lavoratori aspiravano al potere. Per fermarli, lo Stato ha adottato la violenza e la regolamentazione del lavoro, anche contro la storica resistenza della borghesia, che più tardi intravederebbe l'importanza della legislazione del lavoro per il mantenimento del suo potere economico e politico. Quindi, l'intenzione delle prime leggi di protezione dei lavoratori è stata guidata a rendere la classe lavoratore. Il corporativismo ha permesso la sottomissione della classe lavoratore e l'ampliamento della accumulazione capitalista. La dottrina predicava la conciliazione e l'armonia tra le classi sociali. Per questo, è stata organizzata la economia con la promozione della divisione dei fattori di produzione in settori economici e sociali, nei cui sarebbero rappresentati lavoratori e capitalisti. In queste corporazioni dovrebbero predominare gli interessi nazionali sopra gli individuali o collettivi. Nelle, lo stato interverrebbe per fare rispettare la sua volontà che si identifica con quella della nazione. Gli elementi corporativisti possono essere percepiti della legislazione sindacale nel periodo, lasciando evidenti nella investitura sindacale, nella inquadratura sindacale, nel rifiuto allo sciopero e soluzione giurisdizionale e nelle quote sindacali. Oltre alla violenza, lo stato ha approfittato dei mezzi di comunicazione di massa per propagandare la figura di Getulio Vargas come "padre dei poveri", come "protettore della classe lavoratore", che graziosamente concedette la legislazione del lavoro. Il paternalismo populista del corporativismo brasiliano ha significato una rivoluzione passiva, come definito da Antonio Gramsci, realizzato dalla incorporazione della classe lavoratore urbana al ruolo dei cittadini e con la cooptazione dei organismi sindacali, dalla ufficializzazione dei sindacati. Le basi primordiali del regime persistono ancora oggi, consistendo nella struttura più duratura della società brasiliana.

Parole Chiave: Prima Repubblica; Legislazione del Lavoro; Corporativismo; Diritto Sindacale; Getulio Vargas; Rivoluzione Passiva.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TEORIA E PRÁTICA LIBERAIS:	9
AUTORITARISMO, PRECONCEITO E EXCLUSÃO	
2.1 A NORMALIZAÇÃO DO TRABALHADOR	10
2.1.1 Trabalhadores nacionais	11
2.1.2 Trabalhadores imigrantes	15
2.1.3 Malandragem, indolência e preguiça	19
2.1.4 O poder disciplinar	23
2.1.4.1 Vigilância hierárquica	26
2.1.4.2. Sanção normalizadora	28
2.1.4.3 Exame	31
2.2 O LIBERALISMO NO BRASIL	32
2.2.1 Protecionismo econômico e liberdade de trabalho	33
2.2.2 O autoritarismo oligárquico das elites	42
3 PRETENSÃO DE RESISTIR, PRETENSÃO RESISTIDA	53
3.1 ORGANIZAÇÕES SINDICAIS	53
3.1.1 Fases e classificação do sindicalismo	55
3.1.2 Tendências do sindicalismo	60
3.1.2.1 Anarquismo e anarcossindicalismo	61
3.1.2.2 Revolucionários e reformistas	67
3.1.2.3 Colaboracionistas	72
3.2 AÇÃO OPERÁRIA E REAÇÃO CONSERVADORA	75
3.2.1 Fase de resistência (1889-1922)	76
3.2.2 Fase de adaptação ou ajustamento (1922-1934)	86
3.2.3 A reação conservadora	95
4 A IMPLANTAÇÃO DO CORPORATIVISMO NO BRASIL	104
4.1 A DOCTRINA CORPORATIVISTA	106
4.1.1 Aspectos teóricos do corporativismo	107
4.1.2 As corporações e o fascismo	117
4.2 CORPORATIVISMO NO BRASIL	125
4.2.1. As bases corporativistas do regime brasileiro	126

4.2.2. Os mecanismos corporativos de controle da classe trabalhadora	138
4.2.2.1. Investidura sindical	138
4.2.2.2. Enquadramento sindical	144
4.2.2.3. Negação à autotutela e solução jurisdicional de conflitos	147
4.2.2.4. Contribuição sindical	151
4.2.3. A revolução sem revolução	152
5 CONCLUSÃO	156
REFERÊNCIAS	159

1 INTRODUÇÃO

Remanescem na atual estrutura sindical brasileira características do modelo corporativista, implantado durante a era Vargas. Passados quase oitenta anos, a persistência de seus alicerces – mesmo diante de alterações econômicas, políticas e sociais vivenciadas – torna intrigante o tema.

A proposta deste trabalho consiste na pesquisa voltada às relações das elites com a classe trabalhadora, com enfoque no período compreendido pelos golpes militares que conduziram e depuseram Getúlio Vargas do poder.

Investigam-se os mecanismos adotados pelo Estado para controlar os trabalhadores e seus sindicatos. A abordagem encarará os meandros da instituição do corporativismo na organização sindical brasileira, o que restaria impossível sem antes tratar das relações do operariado com Estado e com a burguesia durante a Primeira República. Parte-se da premissa de que seria difícil compreender a estruturação de preceitos corporativistas, sem que antes se discorresse sobre as condições de trabalho no período antecedente a sua aplicação no país.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos. Nos dois primeiros, tratar-se-á do período histórico da Primeira República (1889-1930). O último se situará entre 1930 e 1945.

O primeiro capítulo externará a percepção dos resultados da ortodoxia liberal do princípio da liberdade de trabalho nas condições de vida das classes subalternas. As contradições do liberalismo brasileiro presentes no tratamento político e econômico destinado pelas elites às classes populares também serão abordadas. Antes serão delineadas algumas características da formação do operariado no país, assim como se apresentará breve análise dos mecanismos de poder conferidos ao capitalista nas relações de trabalho.

O segundo capítulo contemplará as relações coletivas de trabalho na Primeira República, versando sobre as primeiras organizações e movimentos operários, os meios de luta e a constituição dos sindicatos no país, bem como as tendências e fases históricas do sindicalismo. O foco se direcionará também à atuação político parlamentar dos primeiros partidos operários e às relações da classe trabalhadora com a burguesia e com o Estado. Nesse aspecto, se fará menção às principais medidas legislativas trabalhistas elaboradas no período.

O último capítulo abordará o corporativismo e sua aplicação no Brasil. Tratar-se-á de aspectos teóricos desta doutrina, tais como: seu conceito; seus princípios jurídicos e elementos; para, após, identificá-los na estrutura sindical brasileira. Desvelar-se-ão os reais significados do corporativismo no Brasil, assim como sua primordial função.

A hipótese formulada neste trabalho consiste na investigação sobre a importância do corporativismo para o controle estatal da classe trabalhadora, assim como explicitar, se possível, os meandros da sua implantação na estrutura sindical brasileira. Para tanto, será fundamental a percepção do papel desempenhado pela legislação trabalhista e sindical no contexto. A fim de atingir esse objetivo, centrou-se a pesquisa bibliográfica em obras de História, Sociologia e de Direito do Trabalho.

Por fim, considera-se este estudo o primeiro trecho de um caminho que se pretende prosseguir. Intenciona-se futuramente o desenvolvimento de pesquisa, com a finalidade de apresentar justificativas à incorporação das estruturas corporativistas à cultura sindical brasileira, além de formular possíveis alternativas para ruptura com esse modelo.

2 TEORIA E PRÁTICA LIBERAIS: AUTORITARISMO, PRECONCEITO E EXCLUSÃO

O liberalismo marcou o século XIX. Suas ideias foram solidificadas nos principais países europeus e nos Estados Unidos, como foram propagadas na América Latina.

Os ideais liberais propiciaram a construção das monarquias parlamentares e das repúblicas democráticas, implicando a ruptura com o passado absolutista. Significaram a predominância da liberdade individual e a proteção do cidadão perante o Estado, retirando grande parte do poder concentrado por este e transferindo-o à fração dominante da sociedade, a classe burguesa. Houve, sem dúvida, a minoração do poder estatal, ao passo que eram asseguradas liberdades individuais como norte desta doutrina.

O vocábulo liberalismo foi adotado inicialmente na Inglaterra do século XIX para distinguir os políticos (*whigs*) que apresentavam ideias distintas dos conservadores (*tories*).¹ Numa perspectiva crítica tem por significado a diferenciação entre proprietário e proletário, onde se estabeleceu a dualidade “liberal/servil”. Mais tarde, essa separação perdeu, gradualmente, sua conotação classista, passando a ser adotada para diferenciar as ideologias políticas. Assim, o termo “liberal” foi como “uma auto-designação orgulhosa, que ao mesmo tempo tem uma conotação política, social e até étnica.” Indicava aquelas “pessoas dotadas de uma “educação liberal” e autenticamente “livres”. Em suma, correspondia à “raça eleita”.²

Isso porque foi a ideologia que legitimou a apropriação do Estado pela burguesia. As liberdades individuais foram asseguradas apenas às classes dominantes, enquanto às classes subalternas foi dispensado tratamento preconceituoso e excludente. Para Zygmunt BAUMAN, o liberalismo ocasionou liberdade e segurança apenas para uma casta da sociedade, a capitalista, pois à massa foi retirada a liberdade de escolha, aplicando-lhe “a lei e a ordem”.³

¹ PAIM, A. *et al. Evolução histórica do liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, p. 13. .

² LOSURDO, D. *A contra-história do liberalismo*. Tradução de Giovanni Semeraro. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2006, p. 259.

³ BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 29.

As classes populares foram tratadas pelas elites com desprezo e preconceito. Subjugadas no ambiente de trabalho, assim como na sociedade, a elas foram impostas ferrenha supervisão. Independente do país e do nível de sua industrialização, a não concessão da liberdade individual era percebida nos locais de trabalho, mas também se estendia “a todos os demais aspectos da vida: o lazer, as relações pessoais, a conversação e a conduta (...) para se impor um comportamento moralizado e disciplinado”.⁴ Enfim, almejou-se a normalização do trabalhador.

2.1 A NORMALIZAÇÃO DO TRABALHADOR

Nas indústrias foi imposta rígida disciplina. Mais do que o controle dos gestos, do tempo, representou a completa submissão do operário ao detentor do capital, dentro ou fora do ambiente de trabalho. O desejo de controlar os gestos, o tempo, a rotina que envolve o trabalhador é uma tendência que acompanha o capitalismo moderno e teve seu apogeu com o taylorismo, que tentou trazer cientificidade à organização do trabalho.⁵

Essas práticas exteriorizam a racionalização do trabalho, entendendo-a como a incessante procura do capital pelo poder político, impondo uma “prática totalizadora fundada no controle ou domínio do tempo do trabalhador”, no ambiente de trabalho ou mesmo fora dele. Aliás, no Brasil a criação, em 1931, do IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho – representou uma cruzada para intensificação do controle do trabalhador ao passo que permitia a acumulação de capital e, conseqüentemente, a expropriação da mão de obra com a justificativa em critérios pseudocientíficos de organização do trabalho.⁶

Nesse passo, é o relógio o principal instrumento capitalista de aferição tanto do tempo de trabalho como daquele destinado ao ócio. É com ele que se medirá a parcela da vida subtraída do trabalhador em favor do detentor do capital, assim

⁴ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa (v.2)*. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 292.

⁵ BAUMAN, *op. cit.*, p. 32.

⁶ TENCA, A. *Senhores dos trilhos: racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do Curso de Ferroviários da Antiga Paulista*, São Paulo: UNESP, 2006, pp. 30 et seq.

como será adotado para melhor organizar os fatores da produção, a fim de permitir incremento à mais-valia. Como mencionado por Wilson RAMOS FILHO

A medição do tempo passa a marcar ritmo das novas relações de produção, como se verá, servindo os relógios como instrumentos indispensáveis para a vida cotidiana, seja para cadenciar os tempos de trabalho, seja para marcar os tempos de não-trabalho, constituindo-se em importante *base material* para a constituição de uma nova ideologia da vida, do trabalho e do progresso.⁷

Assim, o trabalhador, desde então, restou sujeitado aos desígnios do capitalista não apenas naquilo que se referia ao contrato de trabalho, pois controlado inclusive na vida pessoal. Não bastara o poder de mando exercido na direção do trabalho, o concessor de trabalho necessitava assumir o comando da vida do operário, passando a incutir-lhe os valores que eram caros à ordem capitalista, especialmente atribuindo uma carga moral ao trabalho que de mera forma de manutenção da existência passa a ser concebido como obrigação.⁸

Não foi por outra razão a opção dos capitalistas brasileiros do início do século passado pela utilização de mão de obra preferencialmente de crianças e mulheres, pois eram por elas consideradas mais suscetíveis à subjugação, além de receberem salário inferior, pelo mesmo trabalho, ao pago ao homem.⁹

Antes, porém, de ingressar nos mecanismos de adestramento utilizados pelo Estado capitalista e pelo concessor de trabalho para normalizar a classe trabalhadora, cumpre delinear rapidamente algumas características da formação do operariado no Brasil.

2.1.1 Trabalhadores nacionais

Na sociedade brasileira escravocrata havia lugar na economia para os proprietários e para os escravos, contudo, as pessoas livres despojadas de terras não tinham finalidade econômica. Ao ocuparem postos de agregados rurais ou

⁷ RAMOS FILHO, W. *Direito capitalista do Trabalho*. Prelo, 2010.

⁸ Idem.

⁹ SIMÃO, A. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966, p. 69.

urbanos eles criaram com seus senhores uma relação de dependência pessoal, assim como os escravos, em troca de proteção. A despeito de existir uma relação formal entre iguais, o que nutria as relações era a dependência material do trabalhador com o senhor, pois dele extraía sua subsistência. Tratava-se de uma espécie de “servidão voluntária”¹⁰, que se apresentava mais severa que a escravidão.

Isso, principalmente, mas não somente com os negros. Aos trabalhadores, servos voluntários, independentemente da cor de sua pele, também são estendidas essas características. A consequência foi formar uma espécie de subgente ou subclasse¹¹, que permeou (e ainda permeia) o mercado de trabalho no Brasil. Essa “população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema”, sendo que quem não era senhor ou escravo constituía-se num “desajustado” econômico e social. A consequência seria inexorável: a formação de um contingente de miseráveis que servirá como mão de obra a ser recrutada pela incipiente indústria nacional ou mesmo utilizada como exército de reserva para pressionar os valores salariais para baixo.¹²

A expansão das lavouras de café demandara mão de obra adicional, que não era encontrada no Brasil, pois numa economia agroexportadora pautada no regime escravagista isso somente ocorreria com aumento dos contingentes de escravos ou com contratação de trabalhadores livres. Com a proibição do tráfico internacional de negros, os fazendeiros brasileiros não puderam solucionar o problema com a primeira opção.

Nas cidades, havia enorme número de pessoas desocupadas economicamente, que poderia ser direcionado à solução do *deficit* no campo. Entretanto, as agruras da vida rural, a disciplina e rudeza do trabalho desaconselharam sua utilização. Também não se tornara possível a utilização de trabalhadores rurais livres que viviam em regime de economia de subsistência. Isso porque, normalmente, vinculavam-se a um proprietário de terra a quem prestavam serviços diversos, tendo como contraprestação uma pequena quantia em dinheiro, além do direito de plantar produtos para consumo próprio e de sua família. Esta

¹⁰ SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, pp.125-129.

¹¹ Ibidem, pp. 155-165.

¹² PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 1. ed. 47. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 198.

relação não se nutria apenas economicamente, mas pela lealdade mantida pelo trabalhador com o proprietário rural.

O fato de esses trabalhadores estarem dispersos por território nacional também auxiliou a desencorajar seu uso como mão de obra nas lavouras de café. A solução foi, portanto, fomentar as correntes imigratórias de europeus, a fim de ocupar os postos de trabalho vagos no campo.¹³

Os trabalhadores negros apresentavam dificuldades de adaptação à nova realidade, pois confundiam as obrigações decorrentes do contrato com aquelas do período escravocrata. Afinal, este regime servira para degradar e desvalorizar o trabalho livre, pois surge no Brasil com a aura de “mandonismo” e “paternalismo” de outrora, como se fosse mero processo de continuação das relações escravagistas.¹⁴

O maior problema fora gerado com o abandono completo do negro após a abolição da escravatura. A alforria não foi acompanhada de qualquer reparação ou assistência e não foram concedidas condições para “se adaptar rapidamente ao novo sistema de trabalho, à economia urbano-comercial e à modernização”¹⁵, em concorrência com o branco, que no campo, ocupou seu lugar com os imigrantes.

A passagem do final do século XIX para o seguinte também marcou o êxodo dos trabalhadores do campo para as regiões urbanas. As cidades sempre exerceram fascínio sobre os negros libertos ou ingênuos (filhos de escravas nascidos após a Lei do Ventre Livre), em razão de maior possibilidade de inserção, pois lá encontravam agrupamentos já constituídos.¹⁶

A emigração de trabalhadores do Nordeste do país ocorreu em razão de seu empobrecimento econômico, o que gerou disponibilidade de mão de obra não recolocada na região. Além disso, entre 1898 e 1907 houve uma crise cafeeira¹⁷.

¹³ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp. 173-180.

¹⁴ FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 228.

¹⁵ FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007, pp. 66 et seq.

¹⁶ WISSENBACH, M. C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, F.A (Coord.). *História da vida privada no Brasil* (v. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1998, 4v In: NOVAIS, F.A (coord). *História da vida privada no Brasil*, pp. 91 et seq.

¹⁷ RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária. In: GOMES, A. M. C. et al. *História Geral da civilização brasileira* (t. 3, v. 10). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 3t.), p. 616.

Ambos os fatores induziram à emigração de trabalhadores às grandes cidades do Sul e Sudeste.¹⁸

O camponês nordestino foi obrigado a emigrar com o crescimento dos latifúndios e a consequente escassez de terras cultiváveis destinadas à economia de subsistência. Sem terra ou trabalho, dirigiu-se às cidades.¹⁹

A partir do movimento de imigração europeia, os negros, mulatos ou brancos estabelecidos nas regiões urbanas e que compunham as camadas sociais mais baixas, tiveram de concorrer com os europeus para conquistar trabalho. Isso resultou o inchaço das cidades, pois o crescimento populacional não foi acompanhado de correspondente criação de postos de trabalho e de moradias decentes. Surgiram guetos de pobreza, compostos de diversidade étnica: “do branco estrangeiro ou nacional pobre, passando pelo mulato e chegando ao negro retinto”.²⁰

A crescente urbanização do país permitiu a ampliação de ofertas de trabalho, contudo, a maioria no setor terciário.²¹ O processo de industrialização era insuficiente para absorver a mão de obra recém-chegada às cidades, e, quando as oportunidades existiam, as vagas eram preenchidas por imigrantes europeus. A preferência é mais uma consequência perversa da escravidão, pois os negros não adquiriram conhecimento técnico e não sabiam manusear qualquer instrumento de trabalho.²² Eles tinham pouco a oferecer além de sua força braçal e acabaram por manter suas antigas ocupações

nas vendas ambulantes, no setor de carregamentos e transportes, nos cultivos agrícolas nos arrabaldes das cidades, prestando serviços como funileiros, marceneiros, catraieiros, carregadores, ensacadores, ou ainda nos trabalhos vistos como degradados.²³

A preferência dos industriais para preenchimento das vagas do setor secundário era pelos imigrantes europeus; contudo, diante do grande número de

¹⁸ CARVALHO, J. M. O proletariado industrial na Primeira República. In: PINHEIRO, P. S. *et al. História geral da civilização brasileira* (t. 3, v.9). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v, p. 155.

¹⁹ PINHEIRO, P. S. *Política e trabalho no Brasil* (dos anos vinte a 1930). 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 92.

²⁰ WISSENBACH, *op. cit.*, pp. 91 *et. seq.*

²¹ *Ibidem*, p. 112.

²² OLIVEIRA, F. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: PINHEIRO, P. S. *et. al. História geral da civilização brasileira* (t. 3, v.8). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v, p. 444.

²³ WISSENBACH, *op. cit.*, p. 113.

candidatos ao trabalho, não havia lugar para todos. Os demais trabalhadores marginalizados, sem inserção no processo produtivo, também se ocuparam do trabalho informal ou de subempregos.

2.1.2 Trabalhadores imigrantes

Antes da abolição da escravatura a participação dos trabalhadores na indústria era insignificante. A classe operária era formada, principalmente, por mulheres e crianças, advindas das camadas mais pobres da população. A situação da tecelagem *Todos os Santos*, instalada na cidade de Valença-BA, é exemplar nesse aspecto, pois na segunda metade do século XIX, contratava a maior parte de seus operários entre crianças de orfanatos ou abrigos para menores.²⁴

O desenvolvimento gradual do trabalho assalariado acompanhou o crescimento da chegada dos europeus ao país. Nesse período proliferaram as indústrias, partindo de 150 entre 1880 e 1884 para 3.410, em 1907. A essa altura o número de operários já ultrapassara 150 mil pessoas, em sua esmagadora maioria de origem europeia.²⁵

Raymundo FAORO ilustra com dados a industrialização no período que permitem a identificação do processo de expansão em curso, pois em “1889 existiam, no país, 636 estabelecimentos industriais, dando emprego a 54.000 operários”, sendo que desses quase quatrocentos haviam sido fundados entre 1880 e 1889.²⁶

Embora crescente o número de indústrias, ainda era desprezível para justificar a imigração subvencionada de europeus ao Brasil. Evidentemente que os esforços do país, que se diga iniciaram no Império, para trazer os estrangeiros foram fundamentados no interesse de ocupação desta mão de obra nas fazendas de café.

Na segunda metade do século XIX a Europa atravessava sérios problemas sociais e econômicos. A transição do sistema pré-capitalista ao capitalista também deixava por lá desajustados. O desequilíbrio na competição entre os grandes

²⁴ FOOT, F; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982, p. 117.

²⁵ VIANA, N. A aurora do anarquismo in: DEMINICIS, R. B. (org.); REIS FILHO, D. A. *História do anarquismo no Brasil (v.1)*. Niterói: EDUFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2006, pp. 23-27.

²⁶ FAORO, R. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001, p. 575.

proprietários de terra e os pequenos produtores teve por consequência a disponibilização destes como mão de obra a serviço da indústria.

Em países como a Itália, Alemanha, Polônia, Espanha, Portugal etc., onde a industrialização foi tardia, não havia condições de absorção desses trabalhadores no mercado de trabalho. Em princípio, o excedente pressionou para baixo os preços dos salários, servindo aos interesses da burguesia, contudo, quando o número de desempregados atingiu patamares alarmantes uma conturbação social passou a ser temida. Nesse momento, a alternativa às elites foi incentivar a emigração.

O Brasil recebeu um grande número de imigrantes que foram atraídos pelas campanhas imigratórias desenvolvidas, especialmente após 1870, que passavam a noção de um país acolhedor, onde havia possibilidade de enriquecimento fácil.²⁷ Entre os anos de 1872 e 1909 ingressaram no Brasil mais de dois milhões de imigrantes, dos quais quase 60% eram de italianos.²⁸

As imigrações, inicialmente, foram instigadas para povoar a Região Sul do país com a implantação de colônias nas regiões fronteiriças a fim de inibir conflitos de terras com os países vizinhos. A ausência de estrutura proporcionada pelo Império brasileiro para instalação dos colonos, a precariedade da vida econômica nas colônias e a falta de mercado para a comercialização dos produtos excedentes acarretaram sua involução para economia de subsistência. Além disto, as condições próprias em que o trabalho era prestado, com o comum atrelamento da família imigrante às dívidas contraídas pelo consumo obrigatório nos armazéns de propriedade dos fazendeiros e da restituição das despesas adiantadas pela viagem ao país, resultaram em movimento na Europa para impedir a emigração ao Brasil, como na Alemanha, que em 1859 restara proibida.²⁹ Enfim, sujeitavam-se os europeus a condições análogas à servidão.

A expansão da cultura do café induziu à premência por mão de obra que, como visto no subitem anterior, foi solucionada com incentivo à imigração de europeus. A partir de 1870 as campanhas se intensificaram. A fim de seduzir o imigrante o governo imperial passou a custear as passagens, enquanto os

²⁷ ALVIM, Z. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo, *In*: NOVAIS, F. A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil* (v. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1998, 4v, pp. 219-220.

²⁸ GRAHAM, D. MERRICK, T. População e desenvolvimento do Brasil: de 1800 até a atualidade... *apud* KIRDEIKAS, J. C. V. *O Estado e a formação do mercado interno para o capital no Brasil (1850-1903)*. Dissertação (Mestrado em economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 40.

²⁹ FURTADO, *op. cit.*, p. 183.

fazendeiros de café arcavam com as despesas em seu primeiro ano no Brasil. Os trabalhadores eram remunerados monetariamente, sendo uma parte fixa em dinheiro e outra variável, a ser efetivada de acordo com a colheita.³⁰

Resulta difícil precisar o número de imigrantes europeus que foram diretamente às cidades. Mais árduo ainda resta informar os percentuais daqueles que desistiram da vida no campo e migraram aos centros urbanos em busca de trabalho. Zuleika ALVIM indica em sua pesquisa a estimativa de que 30% dos imigrantes desembarcados no porto de Santos tiveram como destino imediato as cidades. Do percentual restante uma quantidade considerável, gradualmente, trocou as regiões rurais pelos centros urbanos.³¹

Durante as décadas iniciais do século passado, os imigrantes ocuparam majoritariamente os postos de trabalho nas indústrias. Para Leôncio Martins RODRIGUES, eles eram “trabalhadores qualificados que, embora assalariados, realizavam um trabalho de tipo artesanal que utilizava mais ferramentas do que máquinas.”³²

A natureza quase artesanal das atividades desenvolvidas nas pequenas indústrias, praticamente oficinas, muitas vezes induz a conclusão de que os imigrantes em sua maioria eram pessoas qualificadas, com bom nível cultural e politizadas. Na verdade, eram mais acostumados com a relação de trabalho assalariado do que o brasileiro. Muitos haviam sido operários em seus países de origem e trouxeram habilidades não encontradas por aqui,³³ mas isso não pode levar à referida conclusão.

Para Everardo DIAS, a maior parte seria constituída de trabalhadores sem especialização e que eram movidos por interesses egoísticos de enriquecer rápido e retornar a sua terra natal. No aspecto ideológico e político não era diferente, pois em maioria eram: “monarquistas, católicos, regionalistas”.³⁴ José Murilo de CARVALHO adota o mesmo raciocínio ao afirmar que atribuir aos imigrantes de São Paulo “a tradição industrial, a sofisticação política e a experiência organizacional (...) são visões próximas do mito”.³⁵

³⁰ Ibidem, pp. 186-187.

³¹ ALVIM, *op. cit.*, p. 286.

³² RODRIGUES, *op. cit.*, p. 615.

³³ DEAN, W. A industrialização durante a República Velha. In: PINHEIRO, P. S. et. al. *História geral da civilização brasileira* (t. 3, v.8). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v, p. 279.

³⁴ DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, pp. 39-41.

³⁵ CARVALHO, *op. cit.*, p. 151.

Evidentemente que dentre os imigrantes havia operários qualificados e conscientes, contudo, não é possível generalizar essas características, sob pena de incorrer-se em grave erro.

À parte o debate, certamente, os imigrantes ocuparam grande parcela dos postos de trabalho oferecidos pela indústria durante o período da Primeira República. Em São Paulo, o predomínio era dos italianos. O recenseamento de 1893 indicava que 82,5% da mão de obra da indústria eram de estrangeiros. No ano de 1900, dos operários do Estado de São Paulo 92% eram imigrantes, sendo que 81% eram de origem italiana. Com o fluxo migratório das regiões rurais às cidades e a consequente minoração das imigrações europeias aumentou a participação do trabalhador nacional na indústria. Em 1920, o censo brasileiro apontava que na cidade de São Paulo metade dos operários era imigrante.³⁶

Nesse aspecto, um relatório elaborado pelo chefe de seção de informações do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, no ano de 1912, é esclarecedor. Em visita a 23 indústrias foram recenseados 10.204 trabalhadores, sendo que destes 7.499 eram estrangeiros (6.044 italianos, 824 portugueses, 338 espanhóis, 210 sírios, 83 de diversas nacionalidades). Havia 1.843 brasileiros e 862 trabalhadores de origem ignorada. Se os últimos forem considerados como nacionais, ainda assim, neste pequeno universo o percentual de estrangeiros será de 73,49%.³⁷

O tratamento dispensado pelas classes dominantes da época às subalternas era preconceituoso e discriminatório, independente da cor. Isso não quer significar ausência da questão racial. Ao contrário, pois o incentivo de imigração dos europeus atendia também à expectativa de “branquear” a população brasileira, de acordo com os postulados do determinismo científico.³⁸ Pretende-se afirmar é que aos trabalhadores (brancos natos ou estrangeiros, mulatos ou negros) foi dispensada abordagem pejorativa e preconceituosa, tratando-os como seres inferiores. Antes de se vislumbrar a discriminação étnica ou racial, verifica-se a de classe social.

2.1.3 Malandragem, indolência e preguiça

³⁶ Ibidem, pp. 149-150.

³⁷ Condições do trabalho na indústria têxtil no Estado de São Paulo. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1912, pp. 35-77, *apud* HALL, M. M; PINHEIRO, P. S. *A classe operária no Brasil*, v.2: documentos (1889-1930). São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 61.

³⁸ SCHWARZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, *op. cit.* (v. 4), pp. 186-187.

No pensamento liberal, a pobreza era considerada como natural, pois seria reflexo da desigualdade existente entre os homens desde seu nascimento. Assim, porque pobre o “‘homem comum’, identificado por sua ignorância, preguiça, falta de ambição e tendência aos vícios”, necessitava de disciplina para o trabalho para ser útil.³⁹

As elites estigmatizaram as classes populares. Tratavam-nas com preconceito e desprezo. A condição social e econômica não seria definida no nascimento, dada à impossibilidade de ascensão pelo trabalho em decorrência dos salários miseráveis pagos⁴⁰, mas, sim, seria resultado da preguiça e da ausência de ânimo para o trabalho. Segundo Frank TANNENBAUM, frequentemente a miséria era atribuída à deficiência do próprio trabalhador, considerado indolente e imprevidente.⁴¹

Em texto em defesa de projeto de lei que tornava obrigatório o serviço militar, Olavo BILAC, em 1916, não poderia ser mais explícito:

As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de ‘abc’ e do banho, - animais brutos que têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação (...); dela saíam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes, sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste de nossa multidão...⁴²

O preconceito com as classes subalternas não era particularidade das elites brasileiras. Edward THOMPSON cita observação de um viajante após visita a *Yorkshire* sobre a massa de operários: “Na verdade, o povo está empregado; mas ele está todo entregue aos vícios da multidão... Nos momentos em que não trabalha na fábrica, o povo parte para a pesca ilegal, depravação e pilhagem...”⁴³

Não seria exagero algum afirmar que essa forma de abordagem reflete um processo de desumanização dos trabalhadores, pois são tratados como se fossem

³⁹ GOMES, A. M. C. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 32.

⁴⁰ CISCATI, M. R. *Malandros da terra do trabalho: malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950)*. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 2001, p. 102.

⁴¹ TANNENBAUM, F. *A filosofia do trabalho*. Tradução de Guido Coaracy. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, s/d., p. 42.

⁴² BILAC, O. A defesa nacional *apud* CARONE, E. *A Primeira República (1889-1930): Texto e contexto*. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976), p. 298,

⁴³ *The Torrington Diaries apud* THOMPSON, *op. cit.*, p. 12.

máquinas, meros instrumentos para o enriquecimento do capitalista. Domenico LOSURDO, para fundamentar esta conclusão, menciona a afirmação de um liberal francês:

Os infelizes destinados aos trabalhos pesados, produtores dos prazeres alheios, que recebem apenas o essencial para sustentar seus corpos sofridos e necessitados de tudo, esta imensa multidão de instrumentos bípedes, sem liberdade, sem moralidade, sem faculdades intelectuais, dotados apenas de mãos que ganham pouco e de uma mente carregada com mil preocupações que serve só para sofrer, (...) são estes que vocês chamam de homens? São considerados civilizados (policés), mas alguma vez viu-se um só desses que fosse capaz de entrar em sociedade?⁴⁴

As passagens acima evidenciam o preconceito das classes dominantes com os membros das classes populares, pois eram tratados como preguiçosos, indisciplinados, marginais. Nada mais equivocado.

O trabalho nem sempre foi visto como algo que dignificasse o homem. Ao contrário, era tido como cansativo e fútil. A atividade humana não despertava em seu executor a sensação de trabalho bem feito ou de “dignidade, mérito e honra”.⁴⁵

Na modernidade houve a ruptura das formas de produção pré-capitalista que implicavam o atrelamento do homem a terra e ao trabalho artesanal. Os trabalhadores foram obrigados a sair de casa para as fábricas. Ocorreu “a separação entre os negócios e lar – o que significou ao mesmo tempo a separação entre os produtores e as fontes de sobrevivência”, como afirmou Zygmunt BAUMAN. Buscava-se a dissociação dos vínculos comunitários do trabalhador enquanto era colocado em outro ambiente, frio e inóspito, onde seria mais eficaz sua submissão.⁴⁶

A revolução industrial significou para maior parte dos trabalhadores uma mudança no modo e na quantidade da exploração sofrida, ao mesmo tempo em que lhe impunha transformação no jeito de viver.⁴⁷ Não mais importava o estilo de vida rígido e lento levado no medievo, em um cotidiano “regulado pela natureza, da lavoura, e a rotina, regulada pela tradição, da vida do artesão”, sendo substituído por uma “... rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada”. Os trabalhadores tiveram de se sujeitar ao ritmo penoso das máquinas para produzirem algo que não tinham condições econômicas de consumir, que sequer poderiam

⁴⁴ Sieyès, E. J. *Ecrits politiques...* apud LOSURDO, D. *Contra-história do liberalismo*, p. 104.

⁴⁵ BAUMAN, Z. *Comunidade*, p. 32.

⁴⁶ *Ibidem*, pp. 32 et. seq.

⁴⁷ THOMPSON, *op. cit.*, p. 23.

contemplar. Isso lhes retirava o sentimento de utilidade em relação ao esforço despendido. Ou nas palavras de Zygmunt BAUMAN,

não era claro para os artífices e artesãos de ontem o sentido do ‘trabalho bem-feito’, e não havia mais ‘dignidade, mérito e honra’ que decorressem dele. Seguir a rotina sem alma do chão de fábrica, sem ser observado pelo companheiro ou vizinho, mas apenas pelo desconfiado capataz. (...) tornavam o esforço ‘fútil’⁴⁸.

Mais do que preguiça era o sentimento de futilidade, a ausência de sentido da labuta, que transformava o trabalho em algo detestável para as massas.⁴⁹ A análise do referido autor é contextualizada na transição do modo de produção pré-capitalista para o atual. Isso não significa que no Brasil também não se constatou idêntica aversão ao trabalho fabril nesse momento histórico, contudo, sobreveio cronologicamente bem depois do que o vivido na Europa.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a natureza do trabalho mudara. Deixara-se para trás o trabalho artesanal, quase artístico, para realização de uma atividade maçante, fútil e sem sentido. Perdera-se, assim, o sentimento de “dignidade, mérito ou honra”⁵⁰ na tarefa cumprida. Enfim, a labuta de todo dia não proporcionava a impressão do trabalho bem feito, o que induziu a alienação entre o produtor e seu produto.

Em relação ao trabalhador brasileiro há especificidades para agravar o problema. As contradições da inserção do negro na sociedade de classes e a formação de um exército de reserva foram determinantes na elaboração da temática em torno da malandragem. Esta seria a “única forma de sobrevivência numa sociedade cuja estrutura social converte o homem que trabalha num marginal econômico, empobrecendo-o dia a dia”. O negro parecia necessitar exercitar a vadiagem, o ócio, para se afirmar como pessoa possuidora de direitos. Para esse mister, a negação ao trabalho era fundamental.⁵¹ Representava a resistência não só

⁴⁸ BAUMAN, *op. cit.*, pp. 32 *et seq.*

⁴⁹ Segundo Bauman essa desqualificação como característica das massas foi largamente utilizada por vários críticos, entre eles FREUD, *in*: BAUMAN, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 33.

⁵¹ VASCONCELLOS, G. A malandragem e a formação da música popular brasileira. *In*: PIERUCCI, A. F. O. *et. al. História geral da civilização brasileira* (t. 3, v. 11). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 3t., 11v, p. 622.

ao trabalho, mas também ao modo de vida produtivo imposto pela modernidade. Não trabalhar significava exercitar a liberdade.⁵²

Foi no ambiente do samba que se desenvolveu a figura do malandro e a apologia à malandragem. Ela significava “a recusa de trabalhos regulares e a prática de expedientes temporários para a garantia da boa sobrevivência.” Era entrelaçada com o preconceito existente em relação ao trabalho manual, desde o período da escravidão. Não à toa que era associado a ‘coisa de preto’.⁵³

A malandragem significava a exaltação à figura do malandro – o boêmio que não gosta de trabalhar – nas letras de músicas e até na literatura. Isso refletia na temática e também nos compositores e no público, pois foi nesse clima de malandragem que o samba floresceu: “(...) entre os indivíduos de ocupações incertas e aleatórias, os ‘desclassificados, inúteis e inadaptados’, os vadios de qualquer hora, circulavam os primeiros gêneros da MPB, encontrando nesse estamento intermediário seus autores e seu público”.

Esse sentimento de repugnância do malandro ao trabalho e à produtividade moderna, objetivando o ócio, a festa, a música e o vinho, de certa forma disseminou-se no imaginário popular, a ponto de servir para desconstruir o “padrão produtivo moderno”.⁵⁴

No samba a figura do malandro foi ostentada. Era uma verdadeira ode a viver sem prender-se ao trabalho regular e braçal. Enquanto as músicas da época vangloriavam o malandro, o operário era retratado com menoscabo. O malandro representava “um vencido-vencedor, que faz da fraqueza a sua força, do medo a sua arma, da astúcia o seu escudo: que, vivendo num mundo hostil, perseguido, escorraçado, às voltas com a adversidade, acaba driblando o infortúnio”⁵⁵.

A malandragem era cantarolada por todos os compositores do período, porque possibilitara a existência de felicidade sem trabalho. Em Noel ROSA é que ela se exprime mais profundamente, como se ilustra nas letras de suas músicas. Em *Escola de Malandro*, são exteriorizados desinteresse pelo trabalho e intenção de viver do samba:

⁵² CISCATI, *op. cit.*, p. 49.

⁵³ SCHWARZ, *op. cit.*, pp. 198 *et. seq.*

⁵⁴ VASCONCELLOS, *op. cit.*, pp. 617 *et. seq.*

⁵⁵ SOUZA, G. M. O tupi e o alaúde, *apud* VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 638.

A escola do malandro / É fingir que sabe amar / Sem elas perceberem /
 Para não estrilar... / Fingindo é que se leva vantagem / Isso, sim, que é
 malandragem / (Quá, quá, quá, quá...) / [-Isso é conversa pra doutor?] / Oi,
 enquanto existir o samba / Não quero mais trabalhar / A comida vem do céu
 / Jesus Cristo manda dar! (...) ⁵⁶

Ela decorre do predomínio do sentido de individualidade sobre as características de solidariedade e cordialidade que sempre foram instigadas nas massas pelas elites. Elas forjaram o mito de que as classes populares são preguiçosas quando o trabalho manual sofreu a desvalorização histórica em função do passado escravista.⁵⁷

O Estado brasileiro procurou incentivar o trabalho e punir a malandragem e a vadiagem, oscilando entre formas mais ou menos severas. A necessidade de disciplinar o operariado era comungada pelos industriais que a praticavam ostensivamente no ambiente de trabalho.

A disciplina tão cara aos cientificistas do trabalho, mais do que o controle do tempo, procurou incutir nas classes subalternas o sentimento de valorização do trabalho a fim de combater, o que as elites concluíam ser inerente ao povo: a preguiça e a malandragem.

2.1.4 O poder disciplinar

No Brasil, no período histórico abordado, foi instituída uma república liberal clássica em cujas relações de trabalho imperavam o princípio da liberdade contratual⁵⁸, como se verá adiante, o que significava aos empresários exercer o poder sem limites.

Essa advertência se justifica porque ao longo da existência do Direito do Trabalho no país foram elaboradas diversas teorias⁵⁹ que procuraram denominar, classificar ou explicar o poder do empregador. A despeito de serem pertinentes a qualquer teórico que queira se debruçar sobre o tema, elas refletem posições

⁵⁶ ROSA, N. *Escola de Malandro*. Disponível em: <http://vagalume.uol.com.br/noel-rosa/escola-de-malandro.html>, acesso em 6 abr. 2010.

⁵⁷ CISCATI, *op. cit.*, p. 101.

⁵⁸ VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 63.

⁵⁹ Refere-se à teoria contratualista, da propriedade privada e teoria institucionalista. Sobre o tema ver: COUTINHO, A. R. *Poder punitivo trabalhista*. São Paulo: LTr, 1999.

doutrinárias elaboradas a partir da legislação trabalhista. Como mencionado, no período histórico abordado não havia limites impostos pelo Estado ao poder do capitalista, prevalecendo à liberdade contratual. Assim, não há que se falar em outra forma de poder senão o disciplinar, eis porque a análise das demais é dispensável.

Por poder entende-se “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” ⁶⁰, ou, segundo Michel FOUCAULT: “poder é essencialmente o que reprime” e pressupõe uma relação de força que tem na repressão seu mecanismo essencial.⁶¹ Isso não quer significar que possa ser exercido pelo simples uso da força. Ao contrário. O poder é expresso pela autoridade demonstrada que “suscita obediência voluntária” ⁶² dos sujeitados e que, segundo Max WEBBER, serve de fundamento de legitimidade ao poder⁶³.

Se existe algo que padece de controvérsia é a presença nas relações de trabalho de um poder conferido ao capitalista. Mesmo a doutrina trabalhista brasileira formada após o período histórico abordado não apenas assente com este fato, como também fornece os fundamentos jurídicos e sociológicos que o justificam. Salvo exceções, o tema é tratado como verdadeiro dogma, como premissa ordenadora de todo sistema, pois são raras as elaborações teóricas que questionam a necessidade de atribuir-se a um dos sujeitos da relação jurídica um poder quase absoluto sobre o outro.

A constatação, de uma forma geral, é de que o trabalho coletivamente executado pressupõe organização, ordem, cumprimento rigoroso de tarefas, no modo e nos horários necessários a se atingir a finalidade do processo produtivo. Nesta linha de raciocínio repousa a doutrina trabalhista, vergando-se no sentido de que o papel dirigente desta sequência de atos incumbe ao empregador.

Sem discordar da necessidade de uma coordenação técnica na unidade produtiva, Reginaldo MELHADO assevera que

⁶⁰ WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (v. 1). Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2v., p. 33.

⁶¹ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 21.

⁶² SENNET, R. *A cultura do novo capitalismo*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 58.

⁶³ WEBBER, *op. cit.*, p. 139.

para que a atividade produtiva se realize, é necessária a subordinação dos seus atores a uma determinada ordem – isto é, a um conjunto de normas –, mas a questão a ser ponderada é sobre qual desses atores pode estabelecer esta ordem e em que condições.⁶⁴

Mesmo precipitadamente pode-se afirmar que o poder na relação de emprego foi atribuído ao empregador por opção. Prestaram-se os teóricos a fundamentá-la, sem discuti-la, pois o poder do capitalista é concebido como inelutável, inevitável, perene.

A partir do século XVIII, a burguesia construiu uma nova forma de poder, denominada por Michel FOUCAULT de poder disciplinar. Diferia da soberania, pois incidia sobre os corpos e suas atividades e não sobre a terra e seus produtos. Apropriava deles tempo e trabalho e não bens e riquezas. Era pautada na contínua vigilância e não em um sistema descontínuo de tributos e obrigações eternas. Implicava uma cadeia de pressões materiais e não a presença física de um soberano. Esta espécie de poder representou o principal instrumento de implantação do capitalismo industrial⁶⁵.

Para citado autor, “corpo dócil” é aquele sujeitado ao bom adestramento, fácil de ser moldado, que pode ser transformado pela ação disciplinadora. Essa seria “... os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade (...)”⁶⁶. É acima de tudo uma “técnica de poder”.

O poder disciplinar teria tripla função: (i) “fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso nem lacuna”; (ii) potencializar o crescimento econômico dentro dos aparelhos em que o poder é exercido; (iii) propiciar o crescimento da docilidade dos indivíduos, ao passo que se majora sua utilidade.

Para Michel FOUCAULT, o poder disciplinar é formado por três etapas: vigilância hierárquica; sanção normalizadora; exame⁶⁷.

2.1.4.1 Vigilância hierárquica

⁶⁴ MELHADO, R. *Poder e sujeição: os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação*. São Paulo: LTr, 2003, p. 14.

⁶⁵ FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*, p. 43.

⁶⁶ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 118.

⁶⁷ *Ibidem*, *passim*.

A vigilância hierárquica notabiliza-se como um componente moderno para inspeção do funcionamento das instituições. Foi possibilitada a partir da concepção do modelo panóptico — prédio construído com uma torre no centro que concede ao observador uma visão global, facilitando a visualização de tudo que acontece. Ao mesmo tempo, os observados têm a percepção de serem vigiados, entretanto, não conseguem enxergar o observador. A adoção deste modelo induziu os trabalhadores à sensação de fiscalização contínua por parte da capatazia, como se estivessem permanentemente vigiados. O objetivo era individualizar o autor do ato, a fim de controlar e proteger melhor a riqueza que se passara a produzir⁶⁸.

Essa forma de poder de vigilância exterioriza-se por um sistema engendrado que funciona como uma máquina. Aparenta presença constante, vigilância e supervisão incansáveis, pois atinge a todos. Ao mesmo tempo, age de forma discreta e silenciosa ao se estabelecer a partir do mero sentimento de controle sobre o vigiado. Nas palavras de seu inventor

Sua essência consiste, pois, na *centralidade* da situação do inspetor, combinada com os dispositivos mais bem conhecidos e eficazes para *ver sem ser visto*. (...) as pessoas a serem inspecionadas devam sempre sentir-se como se estivessem sob inspeção....⁶⁹

O panóptico foi projetado inicialmente para o sistema penitenciário, contudo, sua adoção universal foi defendida por Jeremy BENTHAM, pois seria aplicável a qualquer sistema que importasse disciplina. Em relação às fábricas, ele é bem explícito: “Qualquer que seja a manufatura, a utilidade do princípio é óbvia e incontestável, em todos os casos em que os trabalhadores são pagos de acordo com seu tempo.”⁷⁰

O depoimento de Everardo DIAS é ilustrativo de que como se dava a vigilância nos ambientes de trabalho:

(...) em que cada fábrica tinha um aspecto fosco e hostil de presídio, com seus guardas de portão fardados e armados, operários e operárias

⁶⁸ FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005, pp. 87 *et. seq.*

⁶⁹ BENTHAM, J, *et al.* *O panóptico*. Organização Tomaz Tadeu. Tradução de Guacira Lopes Louro *et. al.* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, pp. 28-29.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 68.

submetidos a vexatórias revistas e humilhantes observações, quando não recebiam ameaças de toda sorte.⁷¹

A presença constante da capatazia também é demonstrada em matéria do folhetim operário, *Luta Proletária*, em 1908:

(...) Não basta ainda. Disseram-me que as contramestras da fábrica 'Paulicéia' chamadas Mariotina Canore e Emília Sucarina levam ao auge a sua brutalidade insultando as operárias que não trabalham. Dizem elas que agora ficar gordas, que não têm mais ninguém que as incomode, pois elas e o gerente Frantz são ali senhores absolutos e podem fazer tudo que lhes apetece.⁷²

A vigilância hierárquica também pode se transportar para o ambiente íntimo do operário ou da operária. É o que ocorre com as chamadas Vilas Operárias, localizadas em regiões próximas às fábricas, onde residem exclusivamente os operários daquela indústria e onde se estabelece um rígido controle no comportamento pessoal dos trabalhadores. Henry Ford determinava a invasão de domicílios de seus operários por inspetores, a fim de investigarem a observância por eles de ordem e disciplina.⁷³ Evidencia-se a intenção de impor confinamento à classe operária, além de procurar moldar seu comportamento, restringindo-lhe as formas de lazer, a fim de adaptá-la ao padrão de conduta desejado.⁷⁴

Em Minas Gerais existiam os chamados 'conventos'. Eram pensões onde residiam moças recrutadas para trabalhar nas tecelagens. Lá ficavam enclausuradas nas raras horas de folga sob a vigilância da proprietária, chamada de 'dinda', e que exercia este controle de acordo com interesse do capitalista industrial.⁷⁵ A finalidade destas instituições residia em disponibilizar integralmente o tempo dos operários ao aparato produtivo, sem restrição às horas destinadas ao efetivo trabalho, mas sim, interferindo nas suas vidas privadas, a fim de lhes impor hábitos mais adequados aos interesses da produção.⁷⁶

Essa mentalidade jurídica proprietária reflete-se nas rotinas dos ambientes de trabalho, pois a dominação pessoal deixou sequelas nas relações de trabalho no Brasil. A disciplina era imposta ao trabalhador não apenas em relação à prestação do trabalho propriamente dita, mas também sobre seu corpo, sua forma de pensar,

⁷¹ DIAS, *op. cit.*, p. 212.

⁷² Na 'Paulicéia'. *A luta proletária*. São Paulo, 4 mar./1908, p. 2, *apud* HALL, *op. cit.*, v. 2, p. 51.

⁷³ TENCA, *op. cit.*, p. 50.

⁷⁴ CISCATI, *op. cit.*, p. 51.

⁷⁵ KIRDEIKAS, *op. cit.*, p. 71.

⁷⁶ FOUCAULT, *A verdade...*, p. 118.

sobre sua conduta dentro e fora do ambiente de trabalho. Trata-se de forma de vigilância rudimentar que visa à fiscalização do respeito ao dever de lealdade pelo empregado e à proteção do direito de propriedade do empregador. Mais que isso. Visava-se à formação de um “tipo novo de trabalhador e de homem” que adaptaria seu modo de vida, de pensar e sentir às exigências do padrão produtivo moderno, as novas técnicas de trabalho.⁷⁷

O Estado capitalista delegou ao empregador a capacidade de vigiar, examinar e punir. Isso nas oportunidades em que não exerceu diretamente o poder disciplinar sobre o trabalhador ou sobre a classe trabalhadora.

2.1.4.2. Sanção normalizadora

A sanção normalizadora refere-se a um mecanismo de punições e recompensas, com a finalidade de coibir os desvios, as condutas inadequadas à regra. Estabelece-se no vazio normativo, em que o sistema penal não atua, punindo condutas de gravidade inferior⁷⁸. Sua finalidade é o “restabelecimento da ordem”. A normalização pode ser atingida pelo castigo, hipótese de sanção negativa, ou pela atribuição de recompensas, com o objetivo de incentivar o modo de agir. O papel da sanção normalizadora na função disciplinar é o de “estabelecer hierarquias, fixar critérios de classificação e formatar meritariamente os comportamentos de um lado e rebaixando ou degradando de outro”.⁷⁹ Ela pode ser percebida como micro-penalidade de

tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo) da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e pequenas humilhações⁸⁰.

⁷⁷ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho et. al. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4, p. 266.

⁷⁸ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*, pp. 148-149.

⁷⁹ FONSECA, R. M. *Modernidade e Contrato de Trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica*. São Paulo: LTr, 2001, p. 110.

⁸⁰ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*, p. 149.

O objetivo não é somente reprimir, pois “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza”⁸¹. A sanção normalizadora serve de parâmetro para comparação, tanto para aferir-se o mérito quanto o demérito. É o ponto de partida da premiação ou punição do trabalhador.

A ausência de limites aos poderes do concessor de trabalho permitiu a adoção das mais variadas sanções disciplinares. As penalidades pecuniárias (multas) aplicadas sobre o salário do operário de acordo com a liberalidade e consciência (ou falta dela) do feitor era motivo de constante queixa dos trabalhadores. Castigos físicos eram aplicados em crianças e aprendizes⁸².

Numa época em que a perda do emprego significava “mais fome, mais miséria em casa”, esse temor era utilizado com perfeição pelos capitalistas. Bastava o não cumprimento de um capricho do capataz, a mera recusa a se submeter a mais humilhante tarefa ou a simples reclamação pelo desconto indevido no salário para que o operário fosse dispensado. Não só isso. Comumente, o referido destino era conferido a qualquer familiar que por desventura trabalhasse na mesma indústria.⁸³

Para Reginaldo MELHADO, foi possível elaborar uma teoria marxista sobre os fundamentos do poder, a partir de “O Capital” e outros ensaios. Fundamenta-a em “... uma concepção de poder que tenha como referente suas origens primárias e secundárias”. Segundo sua teoria, o poder do empregador teria como elemento primário basilar a alienação mercantil, ou seja, a compra da força de trabalho pelo empregador, por si só, induziria a submissão do trabalhador. Os principais elementos secundários a influenciar a dominação no ambiente de trabalho seriam a formação de um exército de reserva com os desempregados; a necessidade de subsistência do trabalhador e de sua família; a imobilidade da mão de obra e a flexibilidade do capital.⁸⁴

Percebe-se o elemento econômico como orientador da referida teoria, pois o trabalhador efetivamente vende sua força de trabalho em busca das condições necessárias a sua sobrevivência. Da mesma forma, o poder do empregador se

⁸¹ Ibidem, p. 153.

⁸² CARVALHO, *op. cit.*, p. 159.

⁸³ Os inquéritos da imprensa burguesa nas oficinas e fábrica. Novo Rumo, ano I, n. 7, 5. abr./1906 *apud* HALL, *op. cit.*, v. 2, p. 46.

⁸⁴ MELHADO, *op. cit.*, pp. 212 *et seq.*

fortifica quando os riscos da perda do emprego são acentuados. Para Zigmunt BAUMAN, quando se percebe o fim do trabalho de uma vida inteira, aquele de longo prazo, com sua substituição pelo episódico, as regras do jogo pertinentes às promoções e dispensas sofrem alterações. Para ele, isso forma “... uma população dócil, incapaz ou não-desejosa de oferecer resistência organizada a qualquer decisão que o capital venha a tomar”.⁸⁵

O Estado capitalista também estabeleceu meios de controle social do comportamento da classe trabalhadora.⁸⁶ A premissa de que o brasileiro é indolente, vadio, orientou a ação estatal. Paulo Sérgio PINHEIRO menciona a redação do artigo 399 do Código Penal de 1890, que tipificava a vadiagem como

deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva à moral e aos bons costumes.⁸⁷

A pena prevista era privativa de liberdade de 15 a 30 dias. Na hipótese de não encontrar emprego no mesmo período subsequente à soltura, a pessoa era considerada reincidente, estando sujeita à pena de um a três anos de recolhimento em colônias penais. Em que pese não existir referência legal, o que ocorria na prática era o desterro da população marginalizada às colônias correcionais, como a de Clevelândia, na Amazônia brasileira, o que significava sentença de morte.⁸⁸

2.1.4.3 Exame

⁸⁵ BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*, pp. 172-173.

⁸⁶ Vale lembrar que desde o final do período imperial brasileiro a recusa ou abandono pelo trabalhador livre da prestação de trabalho em favor do fazendeiro implicava pena de prisão de cinco a vinte dias, de acordo com decreto que regulamentou a Lei de locação de serviços de 1879. Percebe-se na reprodução do texto prevista no Decreto n.º 2.827 de 1879: “Art. 69. (a) O locador, que, sem justa causa, ausentar-se (art. 39);(b) O que, permanecendo no estabelecimento, não quiser trabalhar; (c) O que ceder: sublocar o prédio da parceria; (d) O que o retiver a título de domínio; (e) O parceiro pensador, que, sem consentimento do proprietário, dispuser do gado da parceria: Incorrerão na pena de prisão por 5 a 20 dias”. BRASIL. Decreto n.º 2.827, de 15 de Março de 1879. Dispondo o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1879, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 11, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 26 jun. 2010.

⁸⁷ PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, pp. 89.

⁸⁸ Ibidem, pp. 89 et seq.

O exame é o terceiro componente que combina as técnicas dos dois anteriores. É uma forma de controle que possibilita a hierarquização, por meio da classificação e punição.

Michel FOUCAULT o caracteriza de três formas.

A primeira refere-se ao fato de que o poder não é exercido ostensivamente, mas de forma invisível. É uma operação em sentido inverso. Ao contrário de se obter obediência pelo exercício visível do poder, ela ocorre em razão de tornar em evidência o indivíduo controlado, ao passo que se oculta o poder.

O exame estabelece procedimentos que são documentados e registrados, a fim de delinear as características individuais encontradas, para definir o padrão geral de conduta. Os registros são adotados para encontrar traços característicos como qualidades e deficiências que tornam o trabalhador diferente dos demais. São instrumentos de medição e, acima de tudo, comparação. Serão aproveitados como critério para premiação ou punição.

Por fim, o exame torna o indivíduo o objeto que sofrerá a atuação do poder. É um objeto para o conhecimento, que será “descrito, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade” e ao mesmo tempo será sobre ele que recairão as consequências da individualização, pois será “treinado ou retreinado, (...) classificado, normalizado, excluído, etc.”⁸⁹.

As três fases do poder disciplinar permitem a constante vigilância e controle do trabalhador. Mais que isso. Querem significar uma tática de poder que objetiva dominar e sujeitar o trabalhador aos interesses da ordem capitalista, a fim de obter a maior utilidade na prestação de serviços.

O poder do empregador é extraído da disciplina. Não de uma disciplina especial, mas da encontrada em outros locais da sociedade, como nos colégios, hospitais, exército e também nos ambientes de trabalho. O trabalhador é um sujeito objetivado, individualizado, comparado e normalizado. Desde criança é submetido aos mecanismos de poder disciplinar, inclusive, dentro de sua casa. Habitado à vigilância, ao exame e à punição encontra no poder do empregador a mera continuação dos demais meios de repressão.

Mais do que simples dever de obediência, o empregado é colocado em posição de inferioridade jurídica diante de seu empregador. Trata-se de verdadeira

⁸⁹ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*, pp. 154-159.

dominação pessoal e coletiva, significando a tentativa de normalização da classe trabalhadora.

2.2 O LIBERALISMO NO BRASIL

Na elite política da Primeira República predominou a ideologia do liberalismo. O princípio liberal orientou a Constituição Republicana de 1891, que definia no artigo 72, § 24⁹⁰, o papel a ser exercido pelo Estado, ou seja, de apenas dar efetividade aos contratos celebrados com observância do princípio da autonomia da vontade, sem cercear a liberdade individual.⁹¹

Nesse período, no país verificou-se um liberalismo ortodoxo defendido pelas burguesias industrial e agrária – que detinha o controle do Estado – repelindo qualquer tentativa de regulamentação estatal nas relações de trabalho. A particularidade nacional residiria na conciliação entre as duas frações de classe burguesas, o que é explicada pela necessidade dos setores oligárquicos recorrerem à ortodoxia liberal para viabilizarem a estrutura federativa do Estado e pela acomodação da recente burguesia industrial com a manutenção da estabilidade econômica e da ordem social pela elite dirigente.⁹²

Na perspectiva econômica, os preceitos liberais eram adotados por conveniência. Se, por um lado, a ortodoxia liberal era a fundamentação para repelir qualquer espécie de ingerência do Estado nas relações de trabalho, por outro, as intervenções estatais na economia foram constantes para atender aos interesses da classe dominante.

2.2.1 Protecionismo econômico e liberdade de trabalho

⁹⁰ “§ 24 - É garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”, disponível em: BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 12. abr./2010.

⁹¹ MORAES FILHO. E. Introdução. In: MORAES, E. *Apostamentos de direito operário*. 3. ed. São Paulo: LTr, 1986, pp. XLI-XLII.

⁹² VIANNA, *op. cit.*, p. 63 *et seq.*

No horizonte liberal economicista, o princípio basilar da não intervenção do Estado na economia sofrerá flexibilização com a doutrina de John KEYNES, para quem ele deveria abandonar a política *laissez-faire* e aderir à intervenção econômica por mecanismos indiretos, a fim de estimular o crescimento da taxa de ocupação da mão de obra.⁹³

A concretização dessa doutrina ocorreu em momento posterior ao período histórico abordado neste capítulo. No Brasil, como mencionado, vigia o liberalismo econômico clássico ou ortodoxo, que pregava a não intervenção estatal no mercado e na economia.

Ao analisar as sucessivas quedas do preço de café e as políticas instituídas para salvar o principal produto exportado pelo país, percebe-se a flexibilidade dos preceitos liberais pelos membros da classe política. Nossa economia era predominantemente agrícola, de acordo com o censo de 1920, cerca de 70% dos brasileiros em atividade dedicavam-se à agricultura, sendo que o café representou em média 60% do total de exportações brasileiras no período da Primeira República.⁹⁴

A importância do café à economia justificou as intervenções estatais. Sempre que o valor do produto fosse reduzido no mercado externo, havia em contrapartida a desvalorização da moeda, a fim de manter as margens de lucro dos produtores. Assim, se o preço do produto caísse 30% a elevação da taxa cambial permitia a recomposição de seu valor em moeda nacional, o que acarretava a manutenção da lucratividade do setor. A flutuação da taxa cambial foi adotada, portanto, para permitir a preservação do lucro capitalista com a consequente socialização dos prejuízos ao restante da sociedade.⁹⁵

Outra forma de intervenção foi percebida pelas valorizações do preço do café realizadas durante a Primeira República. Essa política consistiu na retirada de sacas do produto do mercado, com a compra pelo poder público, a fim de aumentar o seu estoque e de diminuir sua oferta internacional, acarretando a majoração de sua cotação. Foram três as intervenções com essa finalidade.

⁹³ PAIM, *op. cit.*, p. 75.

⁹⁴ FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 155.

⁹⁵ FURTADO, *op. cit.*, pp. 236 et seq.

A primeira aconteceu no segundo semestre de 1906 e foi resultado do denominado Convênio de Taubaté. A compra das sacas de café foi possível mediante assunção de empréstimo bancário internacional pelo governo estadual de São Paulo.⁹⁶

Rodrigues Alves presidia o país e era contrário a esse procedimento, pois feria sua concepção de liberalismo, com a intervenção estatal na economia. Para efetivação do empréstimo era primordial o aval da União. Um projeto de lei foi apresentado no Congresso e aprovado nas duas casas legislativas. Entretanto, se fosse enviado ao presidente receberia o veto.

Esse período coincide com a sucessão presidencial. O candidato de Rodrigues Alves, Bernardino de Campos, era fiel aos seus princípios liberais e, portanto, contrário à política de valorização do café. Por esse motivo foi preterido pelas oligarquias. O argumento seria aproveitado em outro debate sucessório: “o presidente não poderia indicar seu sucessor.”⁹⁷ Afonso Pena, então vice-presidente, foi eleito para ocupar o lugar de Rodrigues Alves e foi quem sancionou o Decreto 1.575 de 6 de dezembro de 1906. Os primeiros resultados da política de valorização do café mostraram-se em 1909, com a manutenção do preço em alta até 1912.⁹⁸

A segunda campanha de valorização foi implantada entre os anos de 1917 e 1920 e resultou de parceria entre o governo estadual de São Paulo e a União. As intempéries climáticas e o reaquecimento do comércio mundial após a Primeira Guerra Mundial auxiliaram na rápida majoração da cotação do café.

A última campanha de valorização ocorreu durante o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Após uma pequena crise política entre o governo central que se resistia à destinação de recursos para aquisição das sacas de café e os representantes políticos da elite paulista que exigiam rápida intervenção estatal, a União cedeu e implantou uma política permanente de defesa do café. Outra inovação, além do caráter duradouro da intervenção, foi o controle de entrada e saída do produto nos portos.

A crise política teve desdobramentos. Durante o processo os membros da classe política paulista foram identificados com os interesses da oligarquia cafeeira.

⁹⁶ FAORO, *op. cit.*, p. 600.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 660.

⁹⁸ FAUSTO, B. A expansão do café e política cafeeira. In: PINHEIRO, *História geral...* (t. 3, v.8), pp. 239-241.

Também perpassara a impressão de que os interesses dessa oligarquia confundiam-se com os nacionais.⁹⁹

As reivindicações do setor industrial no período também foram no sentido de intervenção estatal na economia. A sustentação da indústria nacional era o mercado interno, contudo, para que pudesse se desenvolver seria indispensável sua proteção com tarifas alfandegárias pesadas em relação aos produtos importados. Consistia, além disso, na pretensão de o Estado controlar a taxa cambial, mantendo o valor da moeda baixo, o que serviria para elevação dos custos de produtos importados.¹⁰⁰

Os burgueses liberais eram ortodoxos apenas quando lhes convinha, abrindo mão de seu liberalismo econômico clássico em prol de seus interesses de classe.

Essa ortodoxia liberal verificava-se quando o assunto era a regulamentação das relações de trabalho com a imposição pelo Estado de limites à vontade de contratar. Nesse aspecto, mais uma vez, sobressaíam-se os interesses egoísticos de classe, voltados à maior acumulação de capital.

A burguesia industrial e comercial defendeu a aplicação da chamada “liberdade de trabalho”. Partindo-se da concepção patronal este princípio teria três significantes: (i) a possibilidade de representação dos sindicatos como interlocutor dos trabalhadores, podendo firmar acordos ou contratos com os representantes empresariais; (ii) o controle dos sindicatos sobre a mão de obra utilizada, o que envolvia o debate sobre a necessidade de contratação de apenas trabalhadores sindicalizados ou não; (iii) a interferência dos sindicatos nas rotinas de trabalho, organizando-se a partir dos locais de trabalho.¹⁰¹

Para o empresariado prevaleceu a ortodoxia do princípio liberal do individualismo que induzia à recusa em aceitar qualquer interferência nas relações contratuais de trabalho. Afinal, deveria prevalecer a lei de mercado da oferta e procura, não cabendo ao Estado ou às entidades sindicais imiscuir-se nas negociações entre o capitalista e o operário.¹⁰²

Vencido o antigo problema de escassez de mão de obra com as imigrações subvencionadas pelo governo central e também pela crescente migração dos

⁹⁹ Ibidem, pp. 255-259.

¹⁰⁰ GOMES, *Burguesia...*, pp. 43-44.

¹⁰¹ Ibidem, pp. 144-145.

¹⁰² VIANNA, *op. cit.*, p. 73.

trabalhadores do campo à cidade, e considerada a prática liberal ortodoxa, não havia limites para enriquecimento da classe capitalista no país.

A oferta de trabalhadores abundava. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho com a mecanização retirou o caráter quase artesanal da atividade realizada, tornando-a eminentemente braçal e mecânica. Isso não requeria qualificação da mão de obra. Ao contrário. No Brasil desenvolveu-se primeiramente a indústria de tecelagem que tinha preferência na contratação de mulheres e crianças. Isso sem dúvida pressionava para baixo o valor do trabalho, eis que recebiam salários menores que os praticados aos homens pela mesma atividade.¹⁰³

Tal situação é evidenciada no relatório elaborado pelo Departamento Estadual de Trabalho de São Paulo em 1912. Em fiscalização a 23 indústrias têxteis dos 10.204 operários existentes, ignorando o gênero de 755 pessoas, apontava-se para o número de 6.801 operárias, ou seja, praticamente dois terços do total eram compostos por mulheres. O número de crianças é elevado, pois, independente do sexo, havia 2.581 operários entre 12 e 16 anos, além de 371 com idade inferior.¹⁰⁴

A resistência do Estado em adotar medidas de proteção aos trabalhadores, para não ofender o liberalismo clássico a que se filiava, destinava às relações de trabalho regulamentação pela lei da oferta e da procura. Não haveria de se impor normas legais nas bases contratuais entre “locatário e o locador de serviços”, como denominados juridicamente na época.¹⁰⁵

Os empresários, por sua vez, arraigados aos valores burgueses, entendiam praticar assistencialismo com o emprego de crianças na produção. Afinal, retiraram-nas da rua, ensinaram-lhes um ofício e nelas incutiram a valorização social do trabalho, significado da sociedade moderna. Em relatório sobre o trabalho feminino nas concessionárias de serviços públicos e no comércio, um membro do Departamento Nacional de Trabalho, já nos idos de 1931, aponta a predominância desta mentalidade:

Se, porém, se considerar que tal salário é pago a meninas pobres que, pelo fato do trabalho, passam quase um terço de seu tempo em um ambiente sadio, em uma verdadeira escola de trabalho cientificamente controlado e onde há empenho em zelar moral e materialmente pelas empregadas, a

¹⁰³ CARVALHO, *op. cit.*, p. 156.

¹⁰⁴ Condições do trabalho na indústria têxtil no Estado de São Paulo. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1912, pp. 35-77, *apud* HALL, *op. cit.*, v.2, p. 61.

¹⁰⁵ MORAES, *op. cit.*, p. 9.

organização do serviço telefônico aqui no Rio se torna interessante e digna de menção, como fator social.¹⁰⁶

O Decreto n.º 1.313, de 1891, regulamentou o trabalho de crianças e adolescentes nas fábricas da Capital Federal. A preocupação seria a de “regularizar o trabalho e as condições dos menores empregados em avultado número de fábricas na Capital Federal”. Tal regra, que nunca chegou a ser aplicada efetivamente, estabelecia a proibição ao trabalho de menores de 12 anos, salvo aprendizes que iniciaria aos oito anos.¹⁰⁷

Também se ocupava de fixar a duração máxima diária do trabalho aos maiores de 12 e menores de 14 do sexo masculino e de 15 do feminino em sete horas, assim como proibira emprego de menores próximo às máquinas¹⁰⁸ e “em depósitos de carvão, fábricas de ácidos, algodão-pólvora, nitroglicerina, fulminatos; nem empregá-los em manipulações diretas de fumo, chumbo, fósforos, e etc.”¹⁰⁹

Digna de nota mostra-se a referência no relatório elaborado pelo Departamento Nacional de Trabalho ao ambiente sadio dos locais de trabalho. Isso porque as condições de vida e de moradia da classe trabalhadora eram deploráveis. Em contrapartida ao rápido enriquecimento da burguesia industrial, os operários viviam na miséria. As condições de vida eram inadequadas: nas grandes cidades habitavam os cortiços, precursores das atuais favelas, não tinham acesso à água, ao saneamento básico ou à alimentação saudável.

O tema foi recorrente nos jornais do período e indicam que o problema da falta de habitação adequada às classes subalternas permeou a Primeira República. É o que se infere do texto do jornal *Fanfulla*, em 1904:

¹⁰⁶ DOLIVEIRA, C. O trabalhador Brasileiro *apud* HALL, *op. cit.*, v. 2, p. 145.

¹⁰⁷ “Art. 2º Não serão admitidas ao trabalho efetivo nas fábricas crianças de um e outro sexo menores de 12 anos, salvo, a título de aprendiz, nas fábricas de tecidos as que se acharem compreendidas entre aquela idade e a de oito anos completos.” BRASIL. Decreto n.º 1.313, de 17 de Janeiro de 1891. Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1891, v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 326, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 10 abr. 2010.

¹⁰⁸ “Art. 4º Os menores do sexo feminino de 12 a 15 anos e os do sexo masculino de 12 a 14 só poderão trabalhar no máximo sete horas por dia, não consecutivas, de modo que nunca exceda de quatro horas o trabalho contínuo, e os do sexo masculino de 14 a 15 anos até nove horas, nas mesmas condições.

Dos admitidos ao aprendizado nas fábricas de tecidos só poderão ocupar-se durante três horas os de 8 a 10 anos de idade, e durante quatro horas os de 10 a 12 anos, devendo para ambas as classes ser o tempo de trabalho interrompido por meia hora no primeiro caso e por uma hora no segundo.”, *idem*.

¹⁰⁹ MORAES, *op. cit.*, pp. 32-33.

Casario de um andar, composto de duas filas de aposentos baixos, sujos, úmidos, minúsculos, poucos arejados, limitando uma série de pequenos pátios. Eis como geralmente se apresenta um 'cortiço'.

Em cada cubículo, verdadeira colméia humana, com freqüência se comprime toda uma família de trabalhadores, às vezes, composta de oito ou nove pessoas.

Resulta, dessa forma, uma promiscuidade de sexo e relativa falta de pudor, na ordem moral; sujeira, falta de qualquer comodidade, carência de ar saudável, na ordem física.

Como é triste pensar que muitas famílias de trabalhadores vivem em tais tugúrios, onde entre a falta de ar puro, a tísica e a tuberculose alcançam um fácil triunfo...¹¹⁰

O mesmo periódico relatará as condições de moradia das classes populares em 1913, demonstrando, mais do que a persistência do problema, o seu agravamento:

A cidade se veste, se enriquece, põe roupa nova no centro, mas aí de nós! nos bairros populares é a mesma de dez anos atrás. Se alguma coisa se faz, é pouca. (...) Percorremos muitas ruas e constatamos (...) que os cortiços não são raros entre nós e regurgitam de habitantes, especialmente, agora que a capital não tem casas suficientes para abrigar a população pobre e o proletariado. Os aluguéis aumentaram quase o dobro e os cortiços têm, como sempre, a mesma população heterogênea, sem a mais leve noção de respeito, sem a mínima idéia de moral, sem qualquer intuição de que seja a sociedade.¹¹¹

A análise da situação vexatória imposta aos pobres não se restringiu à imprensa operária. Diversos observadores se escandalizaram com as condições de moradia oferecidas pelas grandes cidades brasileiras. Sequer é possível afirmar que essa situação não fora objeto de reflexão das autoridades públicas. É o que se percebe no trecho reproduzido de um relatório elaborado pelo Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, no ano de 1916:

O cortiço rouba aos seus moradores alguma coisa mais do que a saúde. Obriga-os à promiscuidade.

Um determinado número de cômodos de um cortiço não se aluga por um preço inferior ao cobrado por uma casa higiênica, dotada dos mesmos compartimentos. Mudando-se para o cortiço, a família é, pois, obrigada a morar em um só ou em dois cômodos. Abandona a higiene e limita espaço que ocupa. Só assim consegue resolver o problema da habitação: expondo-se ao contágio de um meio malsão e condenando os próprios filhos às imoralidades da vida promíscua.

(...) Para os proprietários, os dois aspectos da questão – o sanitário e o econômico – se resumem no segundo, visto que, para eles, as exigências da higiene representam um dispêndio de dinheiro.

¹¹⁰ Cronaca II 'Cortiço', *Fanfulla*, 11. out./1904, p. 2, *apud* HALL, *op. cit.*, v. 2, p. 43.

¹¹¹ Il problema dell'abitazione: I "cortiços", *Fanfulla*, 3 abr./1913, *apud* ibidem, p. 97.

Aqui está, se nos não enganamos, o nó da questão. Sendo as casas operárias, para os capitalistas, uma questão de dinheiro, como qualquer outra, qual o meio de conseguir, para as classes pobres, casas ao mesmo tempo higiênicas e baratas?

A pergunta acima encontra resposta formulada no próprio relatório pelos seus observadores, ou seja, competia ao município solucionar o problema com a construção de moradias a preços populares ou com a concessão de linhas de crédito acessíveis aos populares para que pudessem construir suas habitações.¹¹²

Sem dúvida, a falta de moradias adequadas era agravada pela política de pagamento de salários.

Frutos do exército de reserva que era formado nos grandes centros urbanos, os salários pagos aos operários eram aviltantes. Não bastasse isso, o custo de vida crescia em ritmo mais acelerado que a elevação dos salários, o que significava diminuição do poder aquisitivo. José Murilo de CARVALHO cita estudo publicado na década de 1930 sobre o comparativo entre o custo de vida e os salários praticados no mercado em São Paulo, apontando entre os anos de 1914 e 1916, aumento de 16% no primeiro, enquanto os salários no mesmo período subiram 1%.¹¹³

A duração do trabalho era excessiva. Os operários eram submetidos a extenuantes jornadas, normalmente, prorrogadas e sem que houvesse pagamento pelo trabalho suplementar. Vale ilustração com o depoimento de militante operário, sobre as condições em 1903:

Os horários de trabalho então vigorantes eram: nove horas a nove horas e meia nas fábricas, oficinas gráficas, metalúrgicas, marcenarias, serralherias, capelíficos, etc.; dez horas para pedreiros, carpinteiros, ferreiros, pintores, ladrilheiros; onze horas para tecelagem (6 da manhã às 6 da tarde, com uma hora para almoço); doze horas para costureiras, bordadeiras, modistas, empregadas no comércio, barbeiros, padeiros, ferroviários e trabalhadores em transportes coletivos (bondes) ganhavam por hora, fazendo doze horas e mais; carroceiros e carregadores não tinham horário fixo, iam desde madrugada até altas horas da noite; os empregados da Limpeza Pública (São Paulo) trabalhavam 12 a 16 horas, sem folga nem descanso, isso apesar de serem empregados municipais; portuários (Santos e Rio), ou seja, pessoal da estiva, docas, carvão, também não tinham hora determinada, trabalhando por volume ou tarefas era o que o corpo desse. Não havia dias de descanso: somente se respeitavam feriados restritos e de muita importância, como Paixão, Natal. Nas fábricas e oficinas respeitava-

¹¹² O problema das casas para operários. Boletim do Departamento Estadual de Trabalho, São Paulo, 1916, 3. trim., pp. 373-380 *apud* HALL, *op. cit.*, v. 2, pp. 105-108.

¹¹³ CARVALHO, *op. cit.*, p. 157.

se o domingo, mas o comércio varejista, barbeiros, padeiros, só fechavam ao meio-dia.¹¹⁴

O texto revela que a exploração da mão de obra com jornada de trabalho extenuante e salário baixo não estava limitada ao setor industrial. Ao contrário, era prática estendida aos diversos segmentos da economia, tanto o comércio como a prestação de serviços. A luta pela redução da jornada de trabalho consistirá na principal bandeira do movimento operário durante a Primeira República.

Não era incomum a retenção indevida dos salários pelos compradores de trabalho, sob qualquer justificativa. Do mesmo modo, eram aplicadas multas pecuniárias que chegavam a representar um terço do salário do operário. A queixa generalizada resultou no tema 4 do Primeiro Congresso Operário Brasileiro¹¹⁵, ocorrido em 1906, que dispôs: “Considerando que as multas nas oficinas e fábricas sob quaisquer pretextos, o Congresso aconselha uma forte resistência contra as mesmas.”¹¹⁶

Os ambientes de trabalho eram, em sua maioria, insalubres e inadequados. Os infortúnios relacionados ao trabalho eram corriqueiros e quando não retiravam a vida do operário, mutilavam-no. Aos acidentados não era oferecida qualquer garantia ou assistência.

O operário resistente, que suportasse as péssimas condições de trabalho e que possuísse idade incompatível com a produtividade esperada pelo capitalista, era abandonado pelo industrial e não possuía qualquer amparo do Estado na velhice. Era candidato à morte por inanição ou à pedinte nas ruas.¹¹⁷ Mesmo destino era reservado ao trabalhador em inatividade, seja qual fosse seu motivo, pois não lhe era garantida qualquer assistência estatal.¹¹⁸

Diante das condições de trabalho e de vida impostas ao operariado não tardaram os movimentos reivindicatórios que se desdobravam em duas frentes. A primeira, em face do empresariado com a finalidade de obter melhoria salarial e de trabalho. A segunda, a exigir do Estado regulamentação de direitos para imporem limites à liberdade contratual.

¹¹⁴ DIAS, *op. cit.*, p. 219.

¹¹⁵ No capítulo pertinente à organização operária serão abordados outros pontos acerca deste e dos demais congressos operários.

¹¹⁶ HALL, *op. cit.*, v. 1, p. 52.

¹¹⁷ DIAS, *op. cit.*, p. 221.

¹¹⁸ SIMÃO, *op. cit.*, p. 75.

Durante a Primeira República a burguesia industrial não deteve a hegemonia do Estado, não conseguindo o controle político do aparato estatal. Este – nesse período – foi exercido pela burguesia agrária. Como mencionado anteriormente, o liberalismo ortodoxo somente era compactuado por esta fração de classe dominante porque emprestava fundamento à república federativa descentralizada, em que o poder fora exercido pelas oligarquias regionais.¹¹⁹

Entretanto, à medida que os movimentos operários tomam corpo passam a ser encarados como ameaça à ordem oligárquica. Gradativamente, isso induzirá a dissensão entre as duas frações de classe burguesas, pois a elite política tenderá ao rompimento com a ortodoxia liberal e à regulamentação, mesmo que tímida, das relações urbanas de trabalho¹²⁰, enquanto a postura inicial da burguesia industrial e comercial será de resistência a qualquer iniciativa estatal nesse sentido.

No âmbito político, o liberalismo não ofereceu às classes subalternas a proclamada liberdade individual. Ao contrário, instigou sua exclusão e o preconceito. Afinal, seus membros eram considerados cidadãos de nível inferior e, logo, sem condições para “tomada de decisões políticas racionais”. Assim, as elites seriam os “sujeitos históricos por excelência”, a quem era delegada uma superioridade nata.¹²¹ Isso desnuda o caráter autoritário e oligárquico do liberalismo brasileiro.

2.2.2 O autoritarismo oligárquico das elites

As contradições existentes no liberalismo econômico foram abordadas anteriormente. No âmbito político também são verificadas incongruências entre a teoria liberal e sua aplicação nas relações políticas no Brasil. Se por liberalismo entende-se “(...) a tradição de pensamento que situa no centro de suas

¹¹⁹ VIANNA, *op. cit.*, p. 63 et seq.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 49.

¹²¹ PARANHOS, A. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, pp. 52-53.

preocupações a liberdade do indivíduo...”¹²², resta perceber que não são raros os exemplos de garantias individuais desrespeitadas e em que a liberdade fora cerceada, em nome dos próprios ideais liberais.

Bolívar LAMOUNIER elaborou o conceito de ideologia de Estado que estaria presente no pensamento intelectual e político no período entre o final do século XIX e a primeira metade do seguinte, quando se constatou uma “reação filosófica ao iluminismo e ao utilitarismo”. Se o liberalismo teria no centro de sua doutrina a liberdade de mercado, a referida ideologia implicaria a tentativa de seu controle pelo Estado. Haveria, portanto, o deslocamento da liberdade do indivíduo como princípio tutelar da sociedade para autoridade estatal ocupar este espaço.¹²³

Sem pretender apresentar contraposição a essa noção, entende-se que mesmo no período mencionado é possível verificar o desrespeito ao princípio da liberdade individual, assim como a violação aos preceitos de democracia pelo suposto estado liberal brasileiro.

Em decorrência do regime republicano instaurado no país, que estabelecia o federalismo com autonomia aos estados, a condução política cabia aos partidos republicanos regionais.

A constituição de 1891 excluía o direito de votar de: analfabetos, mendigos, militares, religiosos e menores de 21 anos. Também não era garantido esse direito às mulheres, independente de sua idade, condição social ou econômica. Diante das exclusões, e a considerar que o analfabetismo assolava a maior parte da população brasileira, em 1920 apenas 7,15% dos brasileiros eram aptos a ser eleitores. Ademais, nem o alistamento eleitoral e nem o voto eram obrigatórios.

A partir de 1916, para poder se alistar, era necessário comprovar exercício de profissão ou renda capaz de manter a subsistência. Sob pretexto de demonstrar não se tratar de mendigo, criara-se mais um entrave para o alistamento eleitoral do trabalhador.¹²⁴

¹²² LOSURDO, *op. cit.*, p. 13.

¹²³ LAMOUNIER, B. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: PINHEIRO, P. S. *et. al. História geral da civilização brasileira (t. 3, v.9)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v), pp. 384-385.

¹²⁴ KAREPOVS, D. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 14-16.

No Brasil, como exemplo, no período da República Velha a participação popular nas eleições presidenciais oscilou entre 1,4%, da população brasileira, na eleição de Afonso Pena, em 1906, a 5,7% na de Júlio Prestes, em 1930.¹²⁵

Não bastasse a irrisória participação popular nos pleitos eleitorais, os resultados das urnas constantemente não eram respeitados. A fraude e a violência foram características marcantes do período.

A validade das eleições era conferida a partir das atas das seções eleitorais. Esses documentos eram constantemente fraudados ou falsificados. Entretanto, a eleição deveria ainda ser confirmada pela “comissão de degola”, como eram denominados os representantes políticos a quem incumbia a validação ou não dos resultados constantes nas atas das seções eleitorais. Referida comissão era formada pelos prováveis eleitos.

O sistema era possível mediante controle dos municípios pelos governadores e dos estados pelo presidente. Assim, normalmente eram empossados os candidatos indicados pelos governadores que, em contrapartida, mantinha-os fiéis às políticas da União. Na hipótese de dissenso ou recusa de submissão dos governadores, a Constituição de 1891 permitia a intervenção federal nos estados. Esse regime mostrou-se extremamente útil à formação de uma autocracia no país que serviu para alijar às classes populares da vida política e a tornar hegemônica a classe dirigente.¹²⁶

Os direitos de livre manifestação, de reunião e de associação das classes subalternas foram constantemente solapados.¹²⁷ A constituição republicana foi descumprida sistematicamente pelo Estado liberal brasileiro. Os movimentos sofreram forte repressão policial. As liberdades individuais foram desrespeitadas e um autoritarismo absolutista foi dispensado aos trabalhadores.

As medidas repressivas adotadas pelo Estado sempre foram ostensivas. Não faltam relatos e testemunhos de dispersão de greves ou manifestações mediante agressões físicas e prisões pela polícia. É bom lembrar que a Constituição liberal de 1891 assegurava no parágrafo oitavo do artigo 72¹²⁸ direito de reunião e

¹²⁵ FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 262.

¹²⁶ FAORO, *op. cit.*, pp. 641-643.

¹²⁷ A agitação operária e sua organização em entidades classistas serão objeto do próximo capítulo. Aqui a preocupação é a abordagem do tratamento dispensado pelo estado aos trabalhadores durante a Primeira República.

¹²⁸ “§ 8.º - A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública.”, *in*: BRASIL. Constituição da República dos Estados

associação para fins pacíficos. Todavia, na prática às classes populares essa garantia não era observada.

Nota-se que os conflitos coletivos de trabalho no período somente interessaram ao poder público quando necessário movimentar o aparelho repressivo do Estado, para dissolução de greves e prisão de líderes operários.¹²⁹

A Primeira República foi marcada por periódicas quarteladas, além de uma revolta popular episódica (Revolta da Vacina), ocorrida em 1904. A reação do governo central a essas insurreições foi desproporcional. Ocorreram centenas de prisões, torturas, mortes e, principalmente, o desterro. Nessas situações o Estado brasileiro aproveitou para realizar limpeza racial e classista nas ruas da capital federal, enviando a colônias penais, além de revoltosos presos, mendigos e pobres operários que nenhuma relação possuíam com o movimento.¹³⁰

Interessa revelar que a Constituição de 1891 permitia o regime de exceção, que durante a Primeira República, foi instaurado tantas vezes a ponto de se firmar como estado de sítio (quase que) continuado. Tal regime possibilitava suspender as garantias individuais, além de prever medidas repressivas contras as pessoas, resumindo-as em detenção em local distinto de presos comuns e o desterro para outras regiões no território nacional.¹³¹

A pesquisa de Paulo Sérgio PINHEIRO indica que Rui Barbosa denunciava a detenção de prisioneiros políticos e comuns durante o estado de sítio. Aliás, a autoridade policial aproveitava a suspensão das garantias individuais para realizar prisões sem necessidade de mandado judicial ou sequer justificativa. Este procedimento evidentemente contrariava a disposição constitucional referida, contudo, não foi desaprovado pelas autoridades do Poder Executivo, que de tudo sabiam. O mesmo procedimento foi adotado por Artur Bernardes (1922-1926), que praticamente governou sob estado de sítio.¹³²

Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 12 abr./2010.

¹²⁹ SIMÃO, *op. cit.*, p. 123.

¹³⁰ PINHEIRO, *Estratégias...*, p. 90.

¹³¹ Trata-se do parágrafo segundo do artigo 80 que estabelece: “§ 2.º - Este, porém, durante o estado de sítio, restringir-se-á às medidas de repressão contra as pessoas a impor: 1.º) a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns; 2o.) o desterro para outros sítios do território nacional.” *In*: BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 13 abr./2010.

¹³² PINHEIRO, *Estratégias...*, p. 92.

O abuso policial e a repressão ao operariado não se restringiam a essas situações. Nessa época o que ocorria era a intensificação das barbáries praticadas contra os trabalhadores, contudo, o expediente da violência foi adotado pelo Estado e pelos empresários contra a militância sindical durante toda a república liberal. O depoimento do militante sindical Everardo DIAS é sintomático:

Foi esse um dos períodos de cruciantes e verdadeiramente angustiosos passados pelos militantes em nosso país. As sedes das associações fechadas, móveis e utensílios removidos para os depósitos policiais, os livros de tendência socialista ou anarquista incinerados, não só os que se encontravam nas sedes, mas igualmente os que eram apreendidos nas buscas constantes nas residências dos suspeitos.¹³³

Nos dois primeiros decênios do século passado a atuação do empresariado industrial dividia-se em duas frentes. A primeira visava à regulamentação estatal de tarifas alfandegárias com sentido protecionista à indústria, ao mesmo tempo em que lançava esforços para impedir a regulamentação de leis do trabalho. A segunda versava sobre a solicitação do aparato repressivo do Estado para inibir ou dissipar os movimentos grevistas.¹³⁴

Evidentemente, o empresariado colaborou com as autoridades policiais. Em São Paulo, no ano de 1925, foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social que desempenhará um papel fundamental na supressão das liberdades individuais durante sua existência. Sua tarefa, bem recebida pelo setor empresarial, seria de controlar preventivamente as ações da classe operária. Para tanto, haveria cadastramento dos operários e de suas principais lideranças, a partir de fichas repassadas pelos empresários ao Centro dos Industriais de Fiação de São Paulo e por este à polícia. Em 1928, dos aproximadamente 300 mil operários do estado precisamente 102.654 haviam sido identificados.¹³⁵

Claramente a polícia passou a cumprir tarefa àquela altura já desempenhada pelo empresariado que elaborava uma “lista negra”, contendo os “indesejáveis”, para que fossem despedidos de seus empregos e impedidos de se recolocarem em outros.¹³⁶ Em circular informativa aos associados, em 1921, o secretário-geral do

¹³³ DIAS, *op. cit.*, p. 95.

¹³⁴ BERNARDO, A. C. *Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p. 52.

¹³⁵ PINHEIRO, *Estratégias...*, p. 111.

¹³⁶ DIAS, *op. cit.*, p. 94.

Centro dos Industriais de Fiação de São Paulo não poderia ser mais explícito, deixando assentado o tratamento merecido pelos “agitadores profissionais”:

Estamos certos de que a grande massa do operariado paulista é boa, é sã mas ninguém ignora que no meio dela existem elementos francamente indesejáveis, que vivem no sonho de reivindicações abstrusas e criminosas. Refiro-me aos agitadores profissionais.

Nada impede que as fábricas, doravante, expurquem o seu pessoal de agitadores profissionais, que operam na classe operária como um fermento de desordem e de morte.

Quando qualquer dos senhores associados quiser livrar-se de um agitador, nada mais tem a fazer do que comunicar-se com este Centro e o Centro providenciará imediatamente no sentido de ser o elemento perigoso afastado da fábrica, pela polícia, identificado.

A sua ficha será comunicada às fábricas associadas, tal e qual como se fará com os ladrões.¹³⁷

Paulatinamente, o Estado propicia meios jurídicos para legalizar os atos de repressão e violência contra o operariado e seus líderes. Em janeiro de 1907, o Decreto n.º 1.641, que ficou conhecido pelo nome de seu autor (Lei Adolpho Gordo), passou a regular a expulsão de imigrantes. Em seu artigo 1º dispunha que “O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo território nacional”. No ano de 1907, foram expulsos 132 estrangeiros ligados ao movimento operário.¹³⁸

Em 1912, o mesmo Adolpho Gordo será relator de um projeto de lei que eliminará as garantias remanescentes aos estrangeiros previstas em sua iniciativa anterior, tais como as restrições às expulsões dos que fossem casados com brasileiras; tivessem filhos brasileiros; ou ainda, residentes no país por mais de dois anos. São instigantes os termos adotados pelo parlamentar para defender a supressão de tais restrições, rebatendo as críticas formuladas pelos adeptos do liberalismo e da legalidade, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, na sessão de 29 de novembro de 1912:

(...) Se as necessidades da vida moderna e o extraordinário desenvolvimento do comércio estreitaram de tal modo as relações entre os povos que o seu isolamento é hoje impossível e que a hospitalidade é um dever, por seu lado o estrangeiro que recebe a hospitalidade tem também o dever de se conformar com as leis e instituições do país que o acolhe e de não se constituir um perigo para a ordem e tranqüilidade públicas. (*Apoiados*).

¹³⁷ Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, “Repressão dos roubos e furtos nas fábricas”, 4 abr. 1921, *apud*: HALL, *op. cit.*, v. 2, p. 197.

¹³⁸ CARVALHO, *op. cit.*, p. 169.

São funções essenciais do Estado velar pela segurança das pessoas e da propriedade e manter a ordem pública e para que bem possa desempenhar a sua missão, é evidente que deve ter o direito de remover os embaraços que perturbem a sua ação. Toda a nação tem o direito de viver, de trabalhar e de progredir e tem por isso mesmo, o direito de expulsar do seu território o estrangeiro que for um perigo para a sua vida, para o seu trabalho, para a sua prosperidade, para a sua segurança, para a sua propriedade e para a sua honra. (*Apoiados*.)

Diz muito bem um publicista, que sob o fundamento de uma fraternidade ideal, não se pode sacrificar os direitos da comunhão aos direitos de alguns indivíduos.

Facilitem os povos, sobretudo os novos que tanto precisam do braço e do capital estrangeiros para o seu desenvolvimento econômico, facilitem, tanto quanto puderem, a entrada e a permanência do estrangeiro em seu território, mas, quaisquer que sejam as medidas que tenham tomado com esse intuito, quaisquer que sejam as suas declarações oficiais, os princípios consagrados em sua Constituição Política e as disposições de suas leis ordinárias, terão sempre o direito de conduzir a suas fronteiras os estrangeiros que atentarem contra a segurança nacional e causarem outros males. (*Apoiados*).

O direito de expulsão é uma manifestação do direito de soberania, é o *jus imperii*: não é a lei que o cria, pois que é anterior a lei, e esta regula, apenas, o seu exercício.

O direito de expulsão é inerente à soberania nacional e é essencial à segurança e à defesa das nações.

O direito que tem o estrangeiro de entrar e de fixar-se em nosso território tem uma restrição — qual é a de conformar-se com a nossa vida social, respeitando as nossas leis e instituições, obedecendo as nossas autoridades e não constituindo jamais um perigo para a ordem e segurança públicas.

A expulsão é uma medida de alta polícia, de prevenção, de segurança social e política, é um instrumento de governo, de defesa, que cabe ao Estado no exercício de sua soberania.¹³⁹

Ao comentar a lei em questão, o militante Everardo DIAS deixou assentado qual foi sua consequência ao movimento operário, pois “era uma constante ameaça a todos, meio de intimidação e violência, um cutelo suspenso sobre a cabeça do irreverente ou inconformado.” Para que ocorressem prisões e a consequente expulsão do imigrante operário, não se exigiam maiores provas, porque “a informação policial era suficiente”.¹⁴⁰

Em 1908, ao regulamentar um estabelecimento prisional, o Decreto n.º 6.994, prevê expressamente seu destino aos “vadios, mendigos validos, capoeiras e desordeiros”¹⁴¹. Isso, além de retratar a repressão estatal com a normalização da

¹³⁹ Congresso Nacional. A expulsão dos estrangeiros. *Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de Novembro e de 14 de Dezembro de 1912 pelo Sr. Adolpho Gordo*. São Paulo: Espíndola & COMP., 1913, disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/gordo.html>, acesso em 13 abr. 2010.

¹⁴⁰ DIAS, *op.cit.*, p. 56.

¹⁴¹ “Art. 51. A internação na Colônia é estabelecida para os vadios, mendigos validos, capoeiras e desordeiros.” *In*: BRASIL. Decreto n.º 6994, de 19 de junho de 1908. Regulamento da colônia

classe trabalhadora ao impor à cultura de valor ao trabalho, também demonstra o caráter autoritário do Estado. Nota-se que as disposições legais restaram concebidas para legalizar a repressão de manifestações de rua, próprias dos movimentos contestatórios. Não houve outro sentido na pretensão de estender a definição legal de “vadio” àquele que causa tumulto em movimentos populares, reuniões ou solenidades públicas.¹⁴²

A essa altura evidenciava-se a intenção do Estado em legalizar os atos de violência e arbítrio praticados contra o proletariado.

Em 1921, um novo golpe será desferido contra os imigrantes com o Decreto n.º 4.247 que regulamentava mais uma vez a possibilidade de expulsão de estrangeiros, mesmo que residentes no país há mais de cinco anos. Dentre as várias hipóteses, chamam atenção as previstas com finalidade de inibir ação dos líderes operários, porque permitiam sua expulsão por incitação política, ou mesmo diante da discricionariedade excessiva atribuída ao Estado.¹⁴³ Celebrou-se o autoritarismo estatal com a inclusão da expulsão de imigrantes no texto constitucional de 1891.¹⁴⁴

Poucos dias depois, entraria em vigor a denominada lei de repressão ao anarquismo, com claras intenções de permitir legalmente o arrefecimento do movimento sindical. O Decreto n.º 4.269 de 1921, dentre outras arbitrariedades, possibilitava o fechamento de entidades sindicais de trabalhadores, pelo governo, com grande discricionariedade.¹⁴⁵

correcional de dois rios. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>, acesso em 13 abr./2010.

¹⁴² “Art. 52. São compreendidos nessas classes:

§ 2º Os que, por hábito, andarem armados em correrias provocando tumultos e incutindo terror, quer aproveitando o movimento da população em festas e solenidades públicas, quer em manifestações de regozijo e reuniões populares ou em outras quaisquer circunstâncias. (Decreto citado n. 145, art. 2º, § 2º. Código Penal, arts. 402 e 403.)”, *idem*.

¹⁴³ “3º, que, dentro do prazo acima referido, provocou atos de violência para, por meio de fatos criminosos, impor qualquer seita religiosa ou política;

4º, que, pela sua conduta, se considera nocivo à ordem publica ou à segurança nacional;” *In*: Decreto n.º 4.247, de 6 de Janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no Brasil. *In*: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1921. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 13/04/2010.

¹⁴⁴ A possibilidade de expulsão de militantes estrangeiros foi incorporada no texto constitucional, pela inclusão do parágrafo 33 ao artigo 72, da Constituição de 1891 (BERNARDO, *op. cit.*, p. 66), *in verbis*: “§ 33 – É permitido ao Poder Executivo expulsar do território nacional os súditos estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República.” *In*: BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 13 abr. 2010.

¹⁴⁵ “Art. 12. O Governo poderá ordenar o fechamento, por tempo determinado, de associações, sindicatos e sociedades civis quando incorram em atos nocivos ao bem público.

O sistema jurídico repressivo ainda não estava completo. Em 1923, a denominada Lei Infame, também de autoria do então senador Adolpho Gordo, cerceava a liberdade de imprensa, permitindo o fechamento de jornais opositores. Não foi outro o destino dos principais folhetins operários e dos veículos que se contrapunham aos ditames da república liberal. Para ilustrar, “No Rio, foram suspensas todas as publicações operárias, fechados os sindicatos e presos os mais destacados militantes”.¹⁴⁶

Para Ângela Maria de Castro GOMES, o governo Artur Bernardes (1922-1926) significou grande repressão ao movimento operário, recorrendo constantemente ao estado de sítio.¹⁴⁷

Com a eleição de Washington Luís, houve a suspensão dessa medida de exceção, mas permaneceu o tratamento violento dispensado ao operariado. Certamente, a iniciativa legislativa que melhor encarna o caráter autocrático do período compreendido foi elaborada em seu governo. Trata-se do Decreto n.º 5.221 de 1927, apelidado de Lei Celerada. Seus quatro artigos ampliavam o arbítrio estatal em relação às associações operárias ou qualquer entidade que desafiasse os interesses do governo.

O primeiro artigo tornara inafiançável e elevava as penas àqueles que incitassem movimento paredista. Já o segundo alterara a redação do artigo 12 do Decreto n.º 4.269 de 1921¹⁴⁸, a fim de autorizar ao governo cerrar as portas, sem necessidade de processo judicial, bastando iniciativa da polícia, de entidades que

§ 1º Ao Poder Judiciário compete, porém, decretar a dissolução em ação própria, de forma sumária, promovida pelo Ministério Público.

§ 2º O ato do Governo será fundamentado e expedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores se a sociedade, associação, ou sindicato funcionar no Distrito Federal ou no Território do Acre.” In: BRASIL. Decreto n.º 4.269, de 17 de Janeiro de 1921. Regula a repressão ao anarquismo. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1921. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 13 abr. 2010.

¹⁴⁶ PINHEIRO, *Estratégias...*, p. 109.

¹⁴⁷ GOMES, *Burguesia...*, p. 92 et seq.

¹⁴⁸ “Art. 2º O art. 12 da lei n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921, fica substituído pelo seguinte: O Governo poderá ordenar o fechamento, por tempo determinado, de agremiações, sindicatos, centros ou sociedades que incidam na prática de crimes previstos nesta lei ou de atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, e, quer operem no estrangeiro ou no país, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham, sem prejuízo respectivo processo criminal.” In: BRASIL. Decreto n.º 5.221, de 12 de agosto de 1927. Determina que no crime definido no Decreto n.º 1.162, de 12 de dezembro de 1890, a pena será de prisão celular e o crime inafiançável, e dá outras providências. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 13 abr. 2010.

oferecessem perigo à ordem social, leia-se ordem capitalista, além de repelir qualquer propaganda contrária aos seus interesses.¹⁴⁹

Sua promulgação levou ao imediato fechamento do periódico *A Nação*, utilizado pelo Partido Comunista do Brasil – PCB – para propaganda de suas ideias, assim como o relegou à ilegalidade.¹⁵⁰

A partir da criação do Bloco Operário Camponês – BOC - a classe operária almejou ocupar espaços institucionais, na política burguesa. Dois intendentess municipais foram eleitos no Rio de Janeiro como representantes dos trabalhadores. Mesmo em relação a eles, o autoritarismo da república liberal não ofereceu trégua, cassando-lhes o direito à manifestação na Câmara Municipal, além de obrigá-los à vida em clandestinidade em face das perseguições policiais.¹⁵¹

Todas as iniciativas legislativas acarretaram a capitulação do proletariado pelo Estado, mediante perseguição e violência. Desvelaram a prática autoritária das elites políticas contra as classes subalternas. Como observou Adalberto PARANHOS demonstraram “culto ao ‘Estado Autoritário’”.¹⁵² Mais que isso. Indicaram um sentimento de superioridade dos dirigentes do país sobre as camadas mais baixas, pois, afinal, “a população não tinha condições de produzir ideias próprias”, em razão disso os governantes não haveriam de ser controlados.¹⁵³

Antonio PAIM, liberal convicto, constata, com consternação, que o regime da Primeira República não passou de precursor daqueles autoritários verificados na Europa após a Primeira Guerra Mundial, assim como no Brasil após a Revolução de 1930.¹⁵⁴ Referindo-se ao mesmo período, Paulo Sérgio PINHEIRO menciona que a inovação brasileira consistiu na “combinação de leis de exceção, regime de exceção (mesmo que provisório, como o estado de sítio) e de autoritarismo socialmente implantado¹⁵⁵, uns e outros validando-se reciprocamente”.¹⁵⁶

¹⁴⁹ PINHEIRO, *Estratégias (op.cit.)*, p. 126.

¹⁵⁰ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 74.

¹⁵¹ Ibidem, pp. 115-117.

¹⁵² PARANHOS, *op. cit.*, p. 44.

¹⁵³ PINHEIRO, *Estratégias...*, p. 114.

¹⁵⁴ PAIM, *op. cit.*, p. 127.

¹⁵⁵ A expressão foi originalmente concebida por Guillermo O'DONNELL, na obra: O'DONNELL, G. *Contrapontos, autoritarismo e democratização*, apud PINHEIRO, *Estratégias ...*, 346.

¹⁵⁶ PINHEIRO, *Estratégias...*, p. 114.

A síntese de Sérgio Buarque de HOLANDA é esclarecedora sobre o caráter oligárquico da Primeira República ao asseverar que a “democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”,¹⁵⁷

Não deixa de ser pertinente a menção de Domenico LOSURDO sobre a utilidade das ditaduras aos liberais. Para ele, a “comunidade dos livres” a adota sempre que não consegue pelas vias regulares solucionar seus problemas. Ou, melhor dizendo, há uma contraposição entre o exercício radical da liberdade para aqueles que pertencem às classes dominantes (liberais) e a “inclinação ao despotismo censurada nos adversários”¹⁵⁸ (classes populares).

Nesse aspecto, Evaristo de MORAES FILHO é irrepreensível ao afirmar que

(...) o nosso liberalismo nunca foi o que pretendeu ser, mantendo-se puro e absoluto somente no texto constitucional de 91. Desde logo, com o protecionismo alfandegário e com o autoritarismo estatal, notadamente oriundo de um Executivo forte e hipertrofiado, foram desaparecendo as primitivas características didáticas e teóricas do liberalismo nacional.¹⁵⁹

Torna-se evidente a subjugação da classe trabalhadora pelo Estado capitalista. As iniciativas populares de manifestação para melhoria das condições de trabalho e de vida foram reprimidas com violência e abuso policial. Trabalhadores foram mortos, presos, deportados. Em defesa do liberalismo, ironicamente, o Estado violentou as liberdades individuais, em nome de sua concepção oligárquica de liberdade.¹⁶⁰

Resta elucidativa a observação do cônsul americano em São Paulo, nos idos de 1922, sobre a realidade brasileira: “É duvidoso que exista em algum lugar um setor industrial que ofereça melhores condições de trabalho do ponto de vista do empregador”.¹⁶¹ Afinal, o capitalismo permitira a exploração completa do trabalhador.

Não foi por outro motivo que, apesar de toda violência e repressão, os movimentos operários surgiram, organizaram-se e, num primeiro momento, impuseram à burguesia industrial e comercial as primeiras leis que regulamentaram as relações de trabalho.

¹⁵⁷ HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 176

¹⁵⁸ LOSURDO, *op. cit.*, pp. 269-270.

¹⁵⁹ MORAES FILHO, E. Prefácio. In: GOMES, *Burguesia...*, pp. 13-14.

¹⁶⁰ LOSURDO, *op. cit.*, p. 136.

¹⁶¹ LAWTON, E. M. Labor conditions in São Paulo. Records of the Department of State Relating to International Affairs of Brazil 1910-1929 *apud* HALL, *op. cit.*, v.2, p. 126.

3 PRETENSÃO DE RESISTIR, PRETENSÃO RESISTIDA

A história das lutas populares no Brasil relata elevado número de movimentos reivindicatórios, especialmente no âmbito das relações de trabalho. Resta difícil e sem sentido compreender o processo de implantação dos alicerces da estrutura sindical no país, sem antes tratar das organizações operárias, agitações sociais e da reação conservadora.

3.1 ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

Comumente, os autores brasileiros de Direito Sindical ao referirem-se à origem do sindicalismo na Europa mencionam as corporações de ofício.¹⁶² Há quem retorne à Idade Antiga para citar outras formas de agrupamento como “tribo, o clã, a frátria, a *gens*, a cúria” ou no período romano “*societates, collegia, corpora, milites collegia* ou *sodalitia*”¹⁶³ para, após elaborar uma evolução linear, demonstrar como as organizações se desenvolveram com o passar do tempo até se aperfeiçoarem e adquirirem o formato atual. Esta é uma maneira equivocada de abordagem do discurso histórico.

No caso brasileiro, muitas vezes, a doutrina faz menção às primeiras associações durante o Império como precursoras das organizações profissionais no país. São vários os autores que consideram a existência de uma fase embrionária¹⁶⁴ ou mutualista¹⁶⁵ que se encerraria com o aparecimento dos sindicatos de resistência.

As sociedades de socorro mútuo, como se denominavam essas associações, tinham por finalidade amparar assistencialmente o trabalhador na doença, velhice ou a sua família com pagamento de pensão quando de sua morte.¹⁶⁶ Constituíam-se mediante agrupamento de trabalhadores, comumente pelo

¹⁶² NASCIMENTO, A. M. *Compêndio NASCIMENTO, A. M. Compêndio de Direito Sindical*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 42.

¹⁶³ BATALHA, W. S. C; BATALHA, S. M. L. *Sindicatos, sindicalismo*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: LTr, 1994, p. 19.

¹⁶⁴ BERNARDO, *op. cit.*, p. 32.

¹⁶⁵ RODRIGUES, J. A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 6.

¹⁶⁶ RAMOS FILHO, *op. cit.*

critério geográfico, que contribuía economicamente para arrecadação de fundos. Não raro, os compradores de trabalho impunham desconto salarial obrigatório aos operários a fim de subsidiar essas organizações.¹⁶⁷

Independente de serem relatadas greves arquitetadas por instituições mutualistas, como em 1858, quando os tipógrafos de três jornais cariocas paralisaram suas atividades para protestarem contra atraso no pagamento de salários e por aumento salarial¹⁶⁸, certamente, essas associações não podem ser relacionadas como entidades sindicais, ante seu caráter assistencial, passivo e por não compreender a pretensão de defesa dos trabalhadores diante do capital.¹⁶⁹

Essa assertiva não importa o equívoco de analisar o passado, com a perspectiva de outra época, identificando os institutos jurídicos, as mentalidades, a partir de concepções ou conceitos atuais.¹⁷⁰ Não se pretende aqui relatar fatos históricos sob viés contemporâneo.

Adverte Paolo GROSSI que o historiador deve mergulhar no passado afastando-se do hoje. Deve encará-lo não como uma realidade passada, mas um momento da vida que ele emprestará vivacidade. Para tanto, adota como ferramenta metodológica, para ordenar seu discurso histórico-jurídico, “a experiência jurídica”, que “significa, de fato, um modo peculiar de viver o direito na história, de percebê-lo, contextualizá-lo, aplicá-lo relacionando-o a determinada visão de mundo, a determinados pressupostos culturais”.¹⁷¹

Assim, partilha-se a posição de Aziz SIMÃO a quem “as mutuais contribuíram para a emergência do movimento operário, de um modo geral, mas não deram origem ao sindicalismo que apareceu quase na mesma época”.¹⁷² Afinal, em uma “sociedade escravocrata, toda ela baseada no trabalho servil, com um longo território, com escassa densidade populacional, não era possível encontrar clima próprio à organização coletiva do trabalho”.¹⁷³ Aliás, seria precário falar-se em

¹⁶⁷ BERNARDO, *op. cit.*, p. 32.

¹⁶⁸ TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962, pp. 18-20.

¹⁶⁹ RODRIGUES, L. M, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1966, pp. 148-149.

¹⁷⁰ FONSECA, *Modernidade...*, pp. 26-27.

¹⁷¹ Tradução livre de: “significa infatti um modo peculiare di vivere Il diritto nella storia, di percepirlo concettualizzarlo applicarlo, in connessione a una determinata visione del mondo sociale, a determinati presupposti culturali;”, In: GROSSI, P. *L’ordine giuridico medievale*. 10. ed. Roma-Itália: Laterza, 2003, p. 23.

¹⁷² SIMÃO, *op. cit.*, p. 162.

¹⁷³ MORAES FILHO, E *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 182.

sindicalismo quando o capitalismo encontrava-se em estágio precário de desenvolvimento.

Ao tratar, portanto, das organizações sindicais no país, a perspectiva adotada parte da premissa de que sua existência pressupõe o antagonismo entre classes, além de privilegiar a posição dos dominados nas relações contratuais e perante o Estado.¹⁷⁴

3.1.1 Fases e classificação do sindicalismo

Pela advertência anterior denota-se a impossibilidade de se considerar as antigas sociedades de socorro mútuo como organizações sindicais. O desenvolvimento do sindicalismo no país, assim como em outras localidades, vinculou-se à supremacia do capitalismo como modo de produção e dependeu diretamente da emergência do trabalho assalariado.

Constitui tarefa árdua a divisão das etapas de desenvolvimento das organizações sindicais. Os critérios indicados pelos diversos autores que se debruçaram sobre o tema não permitem concluir pela existência de fases estanques e claramente dissociadas (se é que isso seria possível no que se refere aos eventos históricos). Ao contrário, muitas vezes as características se sobrepõem, confundindo-se com as de outros períodos. Além disso, deve-se atentar ao fato de que a história dos sindicatos não se apresenta linear, pois se notabiliza por avanços e retrocessos, o que prejudica a adoção de um critério absoluto para sua categorização.¹⁷⁵

Sem pretendê-las estritamente à realidade nacional, Evaristo de MORAES FILHO apresenta algumas condicionantes ao desenvolvimento dos sindicatos: “a) os vícios e as consequências da liberdade econômica e do liberalismo político; b) o maquinismo e a concentração de massas humanas e de capitais; c) as grandes lutas sociais; d) os livres acordos entre grupos profissionais.” Todos esses fatores teriam implicado o recrudescimento das organizações sindicais.

¹⁷⁴ ARIÈS, P. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 209.

¹⁷⁵ VIANNA, L. W, *op. cit.*, p. 40.

A evolução do sindicalismo, segundo os critérios de Alain TOURAINE, pode ser dividida em três grandes etapas. Na primeira fase haveria expansão do sindicalismo revolucionário, influenciado por anarcossindicalistas e restaria caracterizada pela repressão sistemática pelo Estado. A eclosão da Primeira Guerra significaria seu encerramento. Na segunda fase desenvolver-se-iam grandes organizações sindicais e partidos políticos operários de inspiração marxista. Nela se perceberia o crescimento da industrialização, do trabalho em série, além do ingresso do proletariado na vida política. Na terceira, haveria arrefecimento do movimento operário, pois corresponderia à expansão do consumo de massa com acesso dos trabalhadores a bens materiais permitido pelo crescimento econômico.¹⁷⁶

Evidentemente a citada categorização não se concebeu a partir da análise histórica do movimento operário brasileiro, embora, seja passível de conformação a ela. De acordo com essas bases, no período correspondente à Primeira República tornam-se nítidos aspectos da primeira fase, alguns traços marcantes da segunda, notadamente depois de 1925, sem que se vislumbre alguma característica da terceira etapa.

Com a percepção voltada às organizações nacionais, Antonio Carlos BERNARDO apresenta classificação em quatro fases distintas. A primeira (“embrionária”) teria predominância de associações mutuais às quais se apresentou a ressalva anterior, com início em 1853 e término em 1901. Entre 1901 e 1906 haveria uma etapa de “transição” notada pela concorrência das antigas sociedades de socorro mútuo com ligas operárias ou associações de resistência. A penúltima (“efetivação”) teria início com a realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, e finalizaria em 1929. Sua principal característica seria a proliferação de sindicatos e federações na tentativa de empregar maior organicidade ao movimento. A última etapa (“ministerial”) iniciaria ao final do período histórico aqui abordado e inauguraria um novo ciclo do sindicalismo.¹⁷⁷

Para Leôncio Martins RODRIGUES, deveria se dividir em duas fases, antes e depois de 1930:

A história do movimento sindical e operário brasileiro poderia ser dividida em dois grandes períodos: o anterior e o posterior à década de 1930. (...) essa década assinala alterações substanciais na sociedade brasileira,

¹⁷⁶ TOURAINE, A, *apud* RODRIGUES, L. M., *Conflito...*, pp. 32-34.

¹⁷⁷ BERNARDO, *op. cit.*, p. 32.

intensificando-se o processo de industrialização (...) afetando o antigo equilíbrio político, a estrutura de Poder e as posições e influências das diferentes camadas e classes sociais no controle do aparelho estatal.¹⁷⁸

Dentre os autores que trataram do tema, talvez o mais citado a esse respeito seja José Albertino RODRIGUES. Em obra com primeira edição em 1965, dissocia o desenvolvimento dos sindicatos em cinco períodos: mutualista (até 1888); de resistência (1889 a 1919); de ajustamento ou adaptação (1919 a 1934); de controle (1934 a 1945) e competitivo (1946 a 1964).¹⁷⁹

Essa divisão restou criticada por Luiz Werneck VIANNA, para quem a fase de adaptação não pode ser percebida como um único período entre 1919 e 1934. Para fundamentar sua posição cita duas rupturas: a primeira com a Emenda Constitucional, em 1926, que permitiu à União legislar em matéria trabalhista, significando rompimento com o liberalismo ortodoxo e o rearranjo na ordem política e econômica. A segunda consistiria na tentativa de controle pelo Estado das entidades sindicais a partir de 1930.¹⁸⁰

A esse respeito o autor criticado justificou que os antigos sindicatos resistiram a aderir à nova ordem institucional que pretendia oficializá-los. Assim, não teria havido migração imediata e espontânea ao modelo imposto pelo Estado.¹⁸¹ Apesar de ser correta sua observação, há que se mencionar que no plano das relações entre Estado e sindicatos, o período posterior a 1930 ao menos representou a tentativa de controle estatal dos trabalhadores por instrumentos até então não praticados abertamente e em larga escala, além da usual repressão.

Em contrapartida, Luiz Werneck VIANNA dissocia o desenvolvimento do sindicalismo em nove etapas¹⁸², quatro delas compreendidas na Primeira República: até 1889, marcada pelas associações mutuais; de 1889 a 1891, quando o Estado “intervém sob uma perspectiva modernizadora, na disciplina do mercado de trabalho”, mas a ação e organização sindicais são frágeis; de 1891 a 1919, quando o

¹⁷⁸ RODRIGUES, L. M, *Conflito...* p. 103.

¹⁷⁹ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 6.

¹⁸⁰ VIANNA, L. W, *op. cit.*, pp. 36-37.

¹⁸¹ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 13.

¹⁸² As demais etapas são sucintamente: 1931 a 1934, intervenção estatal nos sindicatos com o Decreto n.º 19.770/31; 1934 a 1935, breve período em que vigeu a pluralidade sindical; 1935 a 1946, quando os sindicatos são considerados como extensão do estado e passam a ser controlados diretamente por este; 1946 a 1964, os sindicatos recuperam sua personalidade jurídica privada, mas se mantém o espírito de colaboração entre as classes, relegando desta feita o papel de conciliador à Justiça do Trabalho; de 1964 em diante, vislumbra-se o total controle do mercado pelo estado e a inviabilização da vida associativa dos sindicatos. In: VIANNA, L. W, *op. cit.*, pp. 38-39.

liberalismo estatal induzirá a formação de sociedades de resistência com consequente repressão pelo aparato policial; de 1919 a 1930, iniciada com o Tratado de Versalhes, que significou em termos práticos ao governo brasileiro a necessidade de regulamentar as condições de trabalho, sendo efetivada a partir de 1923 com as primeiras leis trabalhistas. Nesse período também restou evidenciada a tentativa de ampliação da cidadania aos trabalhadores, a partir do espaço parlamentar que passara a ser disputado, notadamente, após a fundação do Partido Comunista do Brasil – PCB.¹⁸³

Independente das conclusões dos dois pesquisadores, não se verificou efetivamente o compromisso estatal em legislar sobre matéria trabalhista com a assinatura do Tratado de Versalhes. Nesse aspecto mostra-se inadequado referido marco temporal. Aliás, ambos concordam com isso. Luiz Werneck VIANNA reconhece que a concretização do Tratado ocorrera somente em 1923, com a edição de leis de proteção ao trabalhador¹⁸⁴. Por sua vez, José Albertino RODRIGUES admite a dificuldade de precisar termo inicial e final ao período de adaptação, por ser uma etapa de transição. Assim, na ausência de um evento significativo opta pela data de assinatura do Tratado a fim de designar o encerramento do ciclo de resistência e o princípio do novo período.¹⁸⁵

Da mesma forma, resta criticável a chamada fase de “efetivação” do sindicalismo proposta por Antonio Carlos BERNARDO por apresentar um período ininterrupto de 1906 a 1929, sem compreender alterações significativas nas relações políticas, econômicas e de trabalho.

Menos controvertida demonstra-se a proposta de Aziz SIMÃO, pois não se propõe a categorizar o desenvolvimento dos sindicatos a partir de períodos históricos, mas tem por critério o modo adotado pelos trabalhadores para se agruparem quando do surgimento de suas associações.

Para referido autor, no “sindicato profissionalmente indiferenciado” são agregados trabalhadores “de todo e qualquer ofício relacionado ou não pela mesma espécie de atividade ou atividades afins, local de trabalho e setor econômico”. São

¹⁸³ A terceira edição desta obra é de 1989. Não resta claro, porém, se o autor entendeu inexistir ruptura a partir de 1964 ou se não pretendeu atualizar sua classificação a partir de novos fatos históricos. Certamente, que o surgimento das centrais sindicais, a partir de 1982, a Constituição de 1988, constituem fatores que alteraram significativamente as bases sociais e jurídicas que pautaram a conclusão apresentada quando da primeira edição desta obra, em 1977.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 38.

¹⁸⁵ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, pp., 12-13.

citados os sindicatos formados por indivíduos de uma mesma etnia ou, mais comumente, por membros de uma localidade. A segunda espécie seria do “sindicato profissionalmente diferenciado”, tendo por critério de associação a ocupação dos trabalhadores. Seu exemplo mais recorrente percebeu-se nos sindicatos de ofícios. A última espécie seria do “sindicato profissionalmente articulado” que envolve elo mais complexo entre seus membros. A reunião dos trabalhadores independeria de seus ofícios, subordinando-se à “articulação das atividades no plano da empresa ou setor econômico”, tendo como formato o sindicato de indústria ou de categoria econômica.¹⁸⁶

A formação das associações não ocorreu aleatoriamente, mas atendeu às peculiaridades da indústria e do operariado na época. Os sindicatos profissionalmente indiferenciados consideram-se modos mais frágeis de associação em razão da pulverização das pressões do operariado sobre o empresariado. Entretanto, sua adoção mostrou-se necessária quando e onde fracassaram tentativas de constituição de outros modelos.

O sindicato profissionalmente diferenciado demonstrou alguma eficiência durante as duas primeiras décadas do século passado, quando a indústria organizava-se artesanalmente, permitindo sobressaírem-se os interesses dos trabalhadores em exercício de mesmo ofício. Igualmente, instigava a pressão sobre os industriais, o que justifica a predominância do modelo nessa época.

Com a maior experiência do operariado na ação sindical e com aumento da industrialização, que intensificou a especialização de atividades e, conseqüentemente, acarretou a diluição de força do movimento em vários ofícios e sindicatos, essa maneira de associação mostrou-se incapaz de atender às necessidades do movimento. Torna-se exemplar a clara predileção conferida no Terceiro Congresso Operário Brasileiro, em 1920, à organização de sindicatos por indústria.¹⁸⁷

Diferentemente das etapas de desenvolvimento do sindicalismo, as tendências ideológicas predominantes na Primeira República que deram impulso à constituição de sindicatos, federações e confederações são mais perceptíveis e, em razão disso, torna-se mais simples sua identificação.

¹⁸⁶ SIMÃO, *op. cit.*, pp. 172-178.

¹⁸⁷ *Ibidem*, pp. 189-192.

3.1.2 Tendências do sindicalismo

Torna-se possível classificar as organizações sindicais criadas no período em dois grandes grupos. O primeiro abrigaria sob a mesma bandeira as tendências socialistas. Evidentemente, o termo é genérico, pois abrange correntes em um mesmo campo com características, modo de pensar e de ação distintos. Para melhor compreensão, resta fundamental apresentar-se outra subdivisão, a fim de que esta possa compreender os libertários, revolucionários e reformistas dentre os socialistas.¹⁸⁸

A classificação proposta situa o debate entre reforma ou revolução, conformando-se às secções das Segunda e Terceira Internacionais Comunistas. Os socialistas revolucionários pertencem à última, enquanto na anterior manteve-se a hegemonia do socialismo reformista, na época, tratado como socialdemocracia. Os libertários não podem ser incluídos em ambas e por isso delas restam dissociados.¹⁸⁹

3.1.2.1 Anarquismo e anarcossindicalismo

O anarquismo surgiu na Europa com a Primeira Internacional Comunista (1864-1876). Sua finalidade seria a supressão do capitalismo a fim de atingir o socialismo pela via da ação direta, sem admitir, no entanto, a luta parlamentar. Pode ser entendido como

um sistema de pensamento social visando a modificações fundamentais na estrutura da sociedade com o objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres.¹⁹⁰

¹⁸⁸ O esquema proposto está distante de ser consensual. Boris FAUSTO indica que, até 1920, três correntes influenciaram o movimento operário: anarquismo, socialismo reformista e trabalhismo (conf. FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p. 41.) José Murilo de CARVALHO cita o anarquismo, o movimento comunista e separa reformistas de socialistas (conf. CARVALHO, *op. cit.*, p. 160-185).

¹⁸⁹ KONDER, L. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23.

¹⁹⁰ WOODCOCK, G, *apud*, FAUSTO, *Trabalho...*, p. 63.

Aos anarquistas a sociedade restaria segmentada em duas partes: exploradores e explorados. Além disso, as correntes que compunham o movimento libertário possuíam em comum a “crença na autodeterminação ou na liberdade do ser humano” que conduzia a outras duas características, ou seja, “a ênfase na livre associação dos indivíduos e à negação ao Estado”.¹⁹¹ Aliás, esta ideia é apreendida nas passagens de um de seus principais teóricos, que ainda auxiliam a demonstrar sua visão da Igreja:

Não hesito em dizer que o Estado é o mal, mas um mal historicamente necessário, tão necessário no passado quanto será sua extinção completa, cedo ou tarde; tão necessário quanto foram a bestialidade e as divagações teológicas dos homens. (...) Foi, desde sua origem e permanece ainda hoje, a sanção divina da força bruta e da iniquidade triunfante. (...) É necessária a abolição do Estado, que nunca teve outra missão a não ser a de regularizar, sancionar e proteger, com benção da Igreja, a dominação das classes privilegiadas e a exploração do trabalho popular em proveito dos ricos.¹⁹²

Desses pontos em comum, parte-se para traçar as distinções entre as correntes anarquistas. O mutualismo defendido por Pierre-Joseph PROUDHON pregará o fim do Estado capitalista com a geração de cooperativas de produção para substituí-lo.¹⁹³ Assim, cada trabalhador receberia seu quinhão decorrente de seu trabalho. O anarco-coletivismo influenciado por Michael Alexandrovich BAKUNIN se notabilizava pela coletivização dos meios de produção, pela adoção da violência e pelo papel dos sindicatos, mediante a ação revolucionária. Piotr Alexeyevich KROPOTKIN será o precursor dos anarco-comunistas, que buscarão a extinção do salário e do ganho econômico como retribuição ao trabalho. Para ele, os indivíduos deveriam receber de acordo com suas necessidades e não conforme sua produção. Tendiam a não aceitar o uso da violência para se chegar à revolução, que deveria surgir espontaneamente.¹⁹⁴

¹⁹¹ VALENTE, S. M. P. *A presença rebelde na Cidade Sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920*. Londrina: Ed. UEL, 1997, p. 28.

¹⁹² BAKUNIN, M. A. *Textos anarquistas*. Seleção e notas de Daniel Guérin. Tradução de Zilá Bernd. Porto Alegre: L&PM, 2006, pp. 42-43; p. 156, respectivamente.

¹⁹³ No Paraná instituiu-se uma comunidade-modelo anarquista, a Colônia Cecília, em 1890, sob nítida influência da teoria de PROUDHON. As agruras da vida no campo, as vicissitudes ocasionadas pela ausência de estrutura, entre outros fatores impuseram sua extinção em 1894. Parte de seus membros retornou a Itália, outra remanesceu no Brasil e migrou para as cidades, onde manteve a militância anarquista. (cf. MELLO NETO, C. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 1996), p. 253).

¹⁹⁴ FAUSTO, *Trabalho...*, pp. 64-66.

Percebido durante os anos 1890, principalmente na França, o anarcossindicalismo atribuíra aos sindicatos a função de primordial para estruturação da futura sociedade. Passara-se a considerar as entidades sindicais como núcleo essencial da revolução, enquanto as outras tendências o teriam na comuna. Do mesmo modo, a ação operária restara privilegiada em detrimento da insurrecional.¹⁹⁵

Mostra-se consensual entre os diversos autores que tratam do tema a relevância dos imigrantes europeus ao desenvolvimento das ideias anarquistas no Brasil. Fato reconhecido pelo Estado que pretendeu, em mais de uma oportunidade¹⁹⁶, impor freios ao movimento operário com a expulsão de estrangeiros. Entretanto, não há que se confundir influência ou importância com exclusividade. Ao contrário do que fora pregado com insistência pelas elites, a “questão social” não foi importada (alusão à ação operária integrada apenas por imigrantes). Como adverte Leandro KONDER “o movimento anarquista não teria alcançado as dimensões que chegou a ter se a sua causa não tivesse sido assumida por um número expressivo de aguerridos militantes brasileiros”.¹⁹⁷

O anarquismo propagou-se na Europa, principalmente nos países em que o estágio de industrialização não estava desenvolvido e onde a pobreza predominava.¹⁹⁸ No Brasil, os grandes difusores dos ideais ácratas foram os italianos, diferenciando-os das demais nacionalidades pelo fato de que ao emigrar transformavam-se em missionários anarquistas, buscando espalhar a ideologia por onde passaram.¹⁹⁹

Os libertários predominaram no cenário sindical brasileiro durante trinta anos, tendo declínio apenas em meados de 1920. Ao referir-se ao anarquismo trata-se da vertente anarcossindicalista, que ocupou posição de destaque no movimento operário. Sua pretensão era de abolir o Estado e organizar uma nova sociedade pelos sindicatos. As greves parciais para obtenção de melhorias econômicas ao proletariado significavam a preparação à greve geral revolucionária.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 66.

¹⁹⁶ Ver item 1.2.2.

¹⁹⁷ KONDER, L. *A derrota da dialética*, pp. 185-186.

¹⁹⁸ WOODCOCK, G. *História das ideias e movimentos anarquistas: o movimento*. Tradução de Júlia Tettamanzy et al. Porto Alegre: L&PM, 2006, v.2, p. 259

¹⁹⁹ Ibidem, p. 169.

Os anarquistas libertários criticavam os anarcossindicalistas por entendê-los reformistas, pois mantinham as atenções à luta econômica e sindical, o que trazia prejuízos à ação revolucionária.²⁰⁰

Os contingentes de imigrantes desembarcados no país mostram-se insuficientes a explicar as razões de predomínio do ideário anarquista no movimento sindical. Servem para identificar o acesso da classe operária às ideias, mas não justificam a facilidade na sua assimilação.

No Brasil, assim como nos países menos industrializados, predominava a pequena indústria, de base artesanal, formada pela proletarização dos artesãos, em que o papel do capitalista restringia-se ao investimento de capital e à comercialização de produtos.²⁰¹ Nesse terreno, havia mais espaço para propagação dos ideais anarquistas, pautados em “valores éticos, por uma conduta humana mais verdadeira, mais justa e mais autêntica”.²⁰²

O discurso anarquista pregando a extinção do Estado e negação à disputa parlamentar fazia transparecer um caráter economicista que interessava aos imigrantes, vindos ao país, não para ocuparem espaços na política local, mas para ascensão econômica. Isso se reforçava pela conduta do Estado e das elites dominantes que vislumbravam no imigrante apenas a força de trabalho, sem pretender permitir-lhe acesso à cidadania. O mesmo ocorria em relação ao trabalhador nacional. Assim, para as classes subalternas a política não passava de um “jogo sujo (...) destinado a perpetuar o autoritarismo dos exploradores.”²⁰³

O domínio anarcossindicalista restou percebido quando da realização dos Congressos Operários Brasileiros de 1906, 1913 e 1920. No primeiro, tiveram de disputar a hegemonia do movimento com a corrente socialista.²⁰⁴ A vitória dos ácratas foi percebida na resolução de “tema 1” do referido congresso, dispondo expressamente que

O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a por fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção,

²⁰⁰ CARVALHO, *op. cit.*, p. 161.

²⁰¹ FAUSTO, *Trabalho...*, p. 67.

²⁰² KONDER, *A derrota...*, p. 134.

²⁰³ FAUSTO, *Trabalho...*, p. 69.

²⁰⁴ CHACON, V. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 315.

pela associação de resistência de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral.²⁰⁵

Percebe-se com clareza a predileção pela ação direta ao mesmo tempo em que se negam a luta parlamentar e a participação política. A despeito disso, chama atenção o fato de quase inexistir referências à greve geral revolucionária, dentre as deliberações congressuais, além das inúmeras menções às questões econômicas e de interesse imediato dos trabalhadores.²⁰⁶

O Segundo Congresso, realizado em 1913, manteve as premissas anarcossindicalistas do anterior, especialmente em relação aos métodos de ação e objetivos do movimento, além de defender o distanciamento dos trabalhadores da política partidária.²⁰⁷

O Terceiro Congresso Operário Brasileiro realizou-se em 1920, em meio à “debilidade e desunião da classe”. De significativo restou a resolução sobre a predileção de associação dos trabalhadores por sindicatos de indústria²⁰⁸, ou, profissionalmente articulados, na classificação antes mencionada.

Na comparação de socialistas com anarquistas e anarcossindicalistas, percebe-se que os primeiros não conseguiram penetração na classe operária e nos meios intelectuais porque dependiam da demonstração da viabilidade de seu projeto revolucionário, o que no país não ocorria. Os socialistas libertários não necessitavam disso, pois a eles bastaria a negação, a recusa à sociedade burguesa.²⁰⁹ Essa característica também restou ressaltada por George WOODCOCK, para quem a “crítica implacável do presente sempre foi a grande força dos anarquistas”.²¹⁰

Entretanto, o movimento demonstrou visceralmente suas deficiências. O anarcossindicalismo e anarquismo brasileiros receberam influência teórica por autores evolucionistas e cientificistas como SPENCER, DARWIN, LAMARCK, RIBOT etc.²¹¹ A justificativa desse fenômeno residiria nas contradições internas entre as várias tendências que compunham o movimento. A ausência de coesão

²⁰⁵ HALL, *op. cit.*, v.1, p. 46.

²⁰⁶ Ibidem, p. 41.

²⁰⁷ CARVALHO, *op.cit.*, p. 166.

²⁰⁸ DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, pp. 115-116.

²⁰⁹ KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 134.

²¹⁰ WOODCOCK, *op. cit.*, p. 258.

²¹¹ CHACON, *op. cit.*, p. 301.

aliada à consciência rebelde permitiria conjugar ideias de esquerda e de direita, a partir da “ilusão de subordinar estas àquelas”.²¹²

Outros pontos falhos devem ser ressaltados. “O anarquismo sofreu com a fraqueza de suas próprias táticas revolucionárias”, isso porque ao pregar a absoluta liberdade individual no movimento abdicou, na prática, de coordenação.²¹³ As estruturas federativas maleáveis que significariam a forma de arregimentação de trabalhadores e sindicatos compatível com o espírito de liberdade anarquista²¹⁴, na verdade, não permitiram a organização do movimento sindical. As tentativas de dispor de organismos mais estruturados como a Confederação Operária Brasileira, criada em 1908, como cumprimento de resolução do congresso de 1906, naufragaram nas rígidas concepções libertárias e seus efeitos potencializaram as naturais dificuldades decorrentes das dimensões do país.²¹⁵

Mais que isso. Ao passo que negavam a luta parlamentar, a fim de não legitimarem as instituições do Estado²¹⁶, os anarquistas e anarcossindicalistas abdicavam do espaço político, restringindo sua atuação às relações de produção, em que combateriam o governo e o capitalismo. Mantiveram-se à espreita de uma greve geral revolucionária que imporia uma nova sociedade, enquanto a insistente negação do Estado impedia reivindicações de direitos aos operários, sem que isso representasse uma contradição insofismável.²¹⁷

As debilidades ideológicas e pragmáticas das organizações anarcossindicalistas restaram percebidas com nitidez nos momentos cruciais ao operariado, ou seja, quando não conseguiram fazer frente às demandas dos trabalhadores a partir dos levantes de 1917 e de 1919.²¹⁸ Contudo, não se deve subestimar a importância da ferrenha repressão imposta pelo Estado com as expulsões de estrangeiros, desterros de brasileiros, fechamento de sindicatos, prisões, torturas e mortes, para o arrefecimento do movimento anarcossindicalista.²¹⁹

²¹² KONDER, *A derrota...*, p. 140.

²¹³ WOODCOCK, *op. cit.*, p. 260.

²¹⁴ DULLES, *op. cit.*, p. 113.

²¹⁵ FAUSTO, *Trabalho...*, p. 247.

²¹⁶ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 26.

²¹⁷ FAUSTO, *Trabalho...*, pp. 246-247.

²¹⁸ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 26.

²¹⁹ MATOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 49.

Enfim, os anarquistas não se desvencilharam da tarefa de apresentar uma proposta alternativa que pudesse convencer a população, o que também contribuiu para que perdesse espaço nas disputas com outros movimentos contemporâneos da esquerda como o comunismo.²²⁰

3.1.2.2 Revolucionários e reformistas

Os dissensos entre tendências operárias foram (e ainda são) comuns. Desde os primeiros anos da República brasileira isso ocorreu. Inicialmente, as sociedades de trabalhadores receberam inspiração socialista. Em 1890, fundou-se o Partido Operário Brasileiro. O primeiro encontro de trabalhadores no país realizou-se em 1892 quando restou aprovado programa do partido, posteriormente submetido ao crivo do Congresso da Internacional Socialista de 1893. O segundo congresso brasileiro operário, em 1902, estabeleceu os alicerces à fundação do Partido Socialista Brasileiro.

Restou perceptível que o Partido Socialista Alemão, assim como Associação Geral dos Trabalhadores (*Allgemeiner Arbeiterverein*), exerceu influência direta sobre os iniciantes brasileiros. Data dessa época o controvertido debate sobre o método a ser adotado para alcance do socialismo, reforma ou revolução, sendo que a socialdemocracia em essência era reformista. Não poderia ser diferente a posição de seus seguidores brasileiros. Aliás, solidificada pela criação de partido político operário, a fim de disputar o espaço parlamentar.²²¹

Nesse aspecto torna-se imprescindível um esclarecimento. Alguns autores²²², ao abordarem as correntes sindicais na Primeira República, apresentam os anarquistas, os comunistas e os reformistas. Com estes são confundidos comumente os “amarelos”²²³, tendência que se tratará a seguir e que tinha como característica sua ação colaboradora com o Estado e com o capital.

²²⁰ WOODCOCK, *op. cit.*, p. 262.

²²¹ Constan no artigo 2º e 3º do programa partidário de 1892: “Art. 2 - Eleição direta em todos os postos eletivos pelo sufrágio universal e anulação dos mandatos anteriores. Art. 3 - Direito para todos os cidadãos de elegerem e serem eleitos.” In: HALL, *op. cit.*, v.1, pp. 26-28.

²²² Ilustra-se apenas com alguns dos autores citados nesta obra, sem a pretensão de exaustão: CARVALHO, *op. cit.*, p. 177; CARONE, *op. cit.*, p. 223; KAREPOVS, *op. cit.*, p. 33; etc.

²²³ A referência aos amarelos tem origem nas cores das bandeiras desfraldadas no movimento sindical. Os comunistas adotavam a vermelha; os socialistas reformistas a cor-de-rosa; os

Nas correntes socialistas a luta política ou parlamentar do operariado recebia aceitação, entretanto, com dissensos internos nos objetivos e métodos. Os debates mais significativos realizaram-se entre duas facções do Partido Socialdemocrata Alemão. Contrapunham-se reformistas, capitaneados por Eduard BERNSTEIN, e, revolucionários, liderados por Rosa LUXEMBURG.

Para os reformistas a revolução socialista seria dispensável, em decorrência de adaptações na economia capitalista, originadas de três fatores: “desaparecimento das crises gerais”, na persistência das classes médias; e na melhoria da condição social e econômica do proletariado, por meio da luta sindical. Isso conduziria, gradativamente, a alterações econômicas no capitalismo, a ponto de transformá-lo em socialismo.²²⁴

Sem negar a importância do partido ou do sindicato no processo, Rosa LUXEMBURG não os concebia como primordiais. Para os revolucionários, a conquista do poder pela classe operária somente ocorreria pela revolução social. O papel desempenhado por esses organismos seria o de preparar o proletariado para atingi-la. Na perspectiva reformista presumem-se a inviabilidade do processo revolucionário e a adoção do método exclusivo da luta sindical e parlamentar, a partir da minoração da exploração da classe trabalhadora pelo capitalismo.²²⁵

Os reformistas, membros da Segunda Internacional Comunista, eram socialistas, assim como os revolucionários. No entanto, a pedra de toque de distinção entre ambos seria o método, a ação. Percebe-se que esta tendência deve ser concebida dentro desses estritos termos, ou seja, a partir do campo ideológico socialista. Os sindicatos que não aceitaram a noção de luta de classes e, ao contrário, defenderam a pacificação e harmonia entre elas, restarão referidos como colaboracionistas, os “amarelos”.

O dissenso entre reformistas e revolucionários persiste e ainda no final do século XX e início do seguinte o tema restou abordado por alguns autores. De acordo com Enrique DUSSEL, a ação reformista confirma o sistema formal dominador, pois

anarcossindicalistas a preta; os colaboracionistas a amarela, (conf. GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 99).

²²⁴ LUXEMBURG, R. *Reforma ou revolução?* Tradução de Livio Xavier. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 22.

²²⁵ Ibidem, pp. 58-59.

Reformista é aquele que, pretendendo cumprir com os princípios revolucionários, caiu na 'adaptabilidade do capitalismo', (...) que atua segundo os critérios (isto é 'adaptar-se') do sistema formal hegemônico ou dominante. (...) Reformistas são os que, parecendo críticos, adotaram os critérios do sistema formal que pretendem criticar.²²⁶

No país, os socialistas não se restringiram aos reformistas. Ao contrário, o socialismo dos primeiros momentos mostrou-se "ideológico e verbalmente violento". Entre 1900 e 1903 tornou-se político, caracterizando-se como socialismo mais sindical a partir deste período. As adversidades teóricas e pragmáticas enfrentadas pelos socialistas brasileiros eram de grande magnitude, como assentiu um militante do período, ao constatar que

Enquanto isso [tentativas frustradas] acontecia no campo da organização, não eram mais confortadores os resultados que se podiam constatar no campo intelectual, no que diz respeito ao socialismo. Os que tratavam desse tema eram místicos e sentimentais, em sua maioria crescidos e vivendo num ambiente perfeitamente refratário a essas ideias. Sentiam a injustiça social, mas estavam bem longe de perceber os meios escolhidos pelo materialismo histórico para transformar a sociedade.²²⁷

As ideias de Marx não tinham grande circulação no Brasil. Além disso, partiam de um pressuposto da existência de "certo nível de experiência política, certo nível de organização do movimento operário", condições concebidas à realidade europeia, bem distante da vivenciada na América Latina naquele período histórico. Em suma, quando a sua doutrina ingressou no país não havia se formado o proletariado, sendo uma teoria sem destinatário.²²⁸

Essa ausência de substrato teórico auxilia a explicar a assimilação, por contraditória que se mostre, de ideias socialistas por ex-militantes católicos oriundos da pequena burguesia. Influenciados pelo evolucionismo e diante da insistente recusa da Igreja Católica em reconhecê-lo, migraram ao positivismo que foi inicialmente percebido no país como doutrina progressista. Não tardou e converteram-se à esquerda, ao marxismo ou ao anarcossindicalismo.²²⁹

A percepção da atuação de entidades sindicais de tendência socialista revolucionária tornou-se mais evidente a partir da criação do Partido Comunista do

²²⁶ DUSSEL, E. *Ética da liberdade: na idade da globalização e da exclusão*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 536-537.

²²⁷ AMBRIS, A, *apud* HALL, *op. cit.*, v.1, pp. 35-39. O texto citado foi publicado originariamente em 1906.

²²⁸ KONDER, A *derrota...*, p. 79-81.

²²⁹ CHACON, *op. cit.*, pp. 298-299.

Brasil, em 1922. Entretanto, os comunistas buscaram infiltrar-se no movimento operário, desde antes.

Deve-se notar que na época os movimentos sociais contestatórios, por maior fragilidade que aparentassem, originavam-se dentre os operários, pautando-se principalmente na ação sindical. A criação de um grupo oposicionista não poderia dissociar-se desse foco.

O descrédito inicial do anarcossindicalismo coincidirá com o surgimento dos grupos comunistas no país e sua, conseqüente, guinada às organizações operárias.²³⁰ Apropriando-se de um resultado internacional, adotaram a Revolução Russa de 1917 como o principal diferencial entre eles e os anarcossindicalistas. Afinal, os libertários haviam fracassado na condução dos operários nos momentos mais importantes e sua concepção de sociedade sem Estado e de liberdade absoluta demonstrava-se inexequível. Os comunistas em contrapartida ofereciam um modelo concreto de revolução proletária.²³¹

Dentre os sindicatos de tendência socialista revolucionária, os comunistas foram os de maior destaque na ação sindical. A decisão do partido de competir pelo controle do movimento operário atingiu diretamente os anarcossindicalistas, ainda em predomínio.²³²

Após a fundação do PCB, com o enfraquecimento do anarcossindicalismo, os comunistas tentaram reestruturar o movimento sindical brasileiro a partir da apregoada unidade. Entretanto, os métodos eram bem distintos. O modelo nacional seguiu a linha da Terceira Internacional Comunista, o que significou a completa submissão das organizações sindicais aos interesses do partido. A unidade seria alcançada “não através das relações espontâneas dos grêmios, mas da execução de um plano de organização pré-estabelecido”. Isso se dirigia de encontro à posição do Partido Socialista para quem nas relações com os sindicatos não deveria haver hierarquia, apenas complementaridade. O que dizer dos anarcossindicalistas, que não aceitavam qualquer restrição à liberdade das associações sindicais?²³³

A despeito de coincidir o horizonte socialista a revolucionários comunistas e libertários, havia dissensos teóricos entre suas concepções. Os últimos defendiam a extinção do Estado, enquanto os comunistas valorizavam seu papel. Mais que isso.

²³⁰ CARVALHO, *op. cit.*, p. 188.

²³¹ KONDER, *A derrota...*, pp. 170-171.

²³² CARVALHO, *op. cit.*, p. 191.

²³³ SIMÃO, *op. cit.*, pp. 194-195.

Propunham um período de transição após a conquista do poder em que se implantaria a ditadura do proletariado que perduraria até o desaparecimento do Estado, algo inimaginável aos anarquistas.²³⁴

Decorrido curto espaço de tempo com harmonia entre comunistas e anarcossindicalistas, presenciaram-se duras campanhas difamatórias com trocas de acusação e ofensas pelos periódicos da imprensa sindical.²³⁵

A história demonstrou que essas diferenças não restaram contornadas e o movimento sindical cindiu-se ainda mais. Antigas associações sofreram fracionamento com a criação de novos sindicatos de tendências rivais. Os resultados da cisão foram notados, pois “a organização operária em São Paulo se achava extremamente precária”. No Rio de Janeiro, em 1923, da tentativa anarquista de reorganização das organizações sindicais resultou a fundação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), que funcionou paralelamente a antiga Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ).²³⁶

No final da década, o movimento comunista conseguiu a supremacia sobre anarcossindicalistas e socialistas reformistas como comprovou a criação da Confederação Geral do Trabalho do Brasil, em 1929, sob influência revolucionária.²³⁷ Entretanto, os sindicatos colaboracionistas ou “amarelos” também possuíam expressão numérica.²³⁸

3.1.2.3 Colaboracionistas

Essa tendência evidencia-se a partir de sua aproximação com o capitalismo e com seus representantes políticos e econômicos. No campo ideológico o vetor de agrupamento será a tentativa de promoção de melhorias à vida do trabalhador, mas com a manutenção do modo de produção vigente. Não pretendem a substituição do capitalismo, ao contrário, pugnam pela sua preservação. Trata-se de um movimento

²³⁴ FAUSTO, *História...*, p. 303.

²³⁵ DULLES, *op.cit.*, p. 185.

²³⁶ Ibidem, p. 152; p. 173.

²³⁷ MATOS, *op. cit.*, p. 51. ,

²³⁸ CARVALHO, *op. cit.*, p. 190.

de conservação e não de contestação. Há negação à luta de classes, sendo perceptível a defesa da pacificação social decorrente da harmonia e da colaboração entre elas. A ação direta não deve ser a única maneira de atingir esses objetivos, dependendo o movimento operário de direitos a serem reconhecidos pelo Estado por meio da “política, dentro dos quadros do sistema”, ou melhor, a pressão deveria ser exercida por uma “agitação ‘legal e ordeira’”.²³⁹

Preocupada com os possíveis desdobramentos da massificação da miséria na classe trabalhadora, a Igreja Católica rechaçou a concepção marxista de luta de classes ao empregar a ideia de colaboração entre elas. A encíclica *Rerum Novarum*, encetada pelo Papa Leão XIII, em 1891, chamou a atenção ao que denominou “questão social”, apregoando a necessidade de oferecer aos trabalhadores melhores salários, condições de vida mais digna e o direito a associar-se, nas corporações, contudo, preservando-se a família e a propriedade privada.²⁴⁰

Embora publicado em 1933, o texto abaixo demonstra com clareza a intenção da Igreja Católica:

condena essa mesma luta [de classes] e para aboli-la, definitivamente, de um terreno onde deve reinar harmonia, apresenta-se aconselhando as normas práticas que devem pautar o procedimento de ambas, inspirando a mais perfeita justiça.²⁴¹

A encíclica papal impulsionou a criação de associações e ciclos operários católicos, nutridos pelo espírito colaboracionista. As corporações criadas visaram reprimir os avanços dos socialistas junto ao operariado, além de significar ofensiva contra o Estado liberal e laico, pois deveria abster-se a interferir nestas associações.²⁴²

A finalidade conservadora de manutenção do capitalismo e da propriedade privada da referida encíclica resta nítida na refutação da divisão em igualdade entre os cidadãos, atingindo diretamente aos postulados do socialismo:

os socialistas, para curar este mal [exploração capitalista], instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem; pretendem que toda a propriedade de bens particulares se deve (sic) suprimir; que os bens de uns

²³⁹ FAUSTO, *Trabalho...*, pp. 57-58.

²⁴⁰ VIANNA, *op. cit.*, pp. 162-163.

²⁴¹ VIEIRA, P. *Organização profissional e representação de classes*. São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1933, p. 21.

²⁴² VIANNA, L. W., *op. cit.*, p.162.

devem ser comuns a todos e a sua administração voltar para o município ou para o Estado.²⁴³

Os sindicatos colaboracionistas não se restringiam aos católicos, pois albergavam diferentes correntes do pensamento político, como positivistas, sindicalistas, republicanos, cooperativistas etc..²⁴⁴ Apesar disso, inexistem dissensos entre eles no modo de agir ou nos objetivos, o que justifica tratá-los como grupo único.

Restou constante a presença do colaboracionismo durante a Primeira República, no entanto, com intensidade oscilante de acordo com época. No Rio de Janeiro o movimento teve mais influência entre o final do século XIX e início do seguinte. Com o passar dos anos foram perdendo espaço para os anarcossindicalistas, apesar de terem participação efetiva nas greves de 1917 e 1920.²⁴⁵

O peso dos colaboracionistas na Capital Federal poderia ser explicado

pela maior presença de nacionais na composição de classe, mais receptivos a um tipo de política que se coadunava com as velhas relações tradicionais e paternalistas; pelo papel de alguma importância correspondente ao núcleo estatal de serviços, em especial na navegação e ferrovias.²⁴⁶

Refere-se, portanto, à estruturação social do Rio de Janeiro. No período existia uma classe média vinculada à burocracia estatal, independente economicamente da oligarquia cafeeira. Do mesmo modo, percebia-se a formação de um proletariado em “setores vitais dos serviços (ferroviários, marítimos, doqueiros)” não afeitos ao anarcossindicalismo.²⁴⁷

O maior desenvolvimento de sindicatos colaboracionistas no Rio de Janeiro, se comparado ao polo industrial paulistano, também pode ser associado ao positivismo que detinha na Capital Federal melhor propagação. Essa ideologia conservadora teve nas classes médias brasileiras, notadamente “nas profissões liberais de formação científica”, seu foco de influência.²⁴⁸ Sua função residiu em

²⁴³ Texto da encíclica papal *Rerum Novarum* citado em *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1984, p.229.

²⁴⁴ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 23.

²⁴⁵ FAUSTO, *Trabalho...*, p. 59.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 52.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 42.

²⁴⁸ CARVALHO CARVALHO, J. M. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: TRINDADE, H (Org.). *Positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*; 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p. 182.

formar “uma crítica às instituições oligárquicas”, a fim de permitir constituir “um projeto de modernização para o país, de cunho nacionalista, autoritário e paternalista”.²⁴⁹

Nesse aspecto, o Rio de Janeiro presenciou alguns grupos e partidos operários dirigidos por membros das classes médias, técnicos liberais ou mesmo militares²⁵⁰, entre os quais os traços positivistas restaram nítidos. Sua atenção ao proletariado justificou-se pela adoção de um “programa mínimo comteano” com a previsão de alguns direitos a fim de permitir sua incorporação à sociedade moderna.²⁵¹

Se às organizações contestatórias, o tratamento dispensado pelas autoridades governamentais era a repressão, o mesmo não se pode asseverar em relação aos colaboracionistas. Sua recusa à ação direta, a censura ao anarcossindicalismo, aos comunistas ou socialistas conduziram rotineiramente à defesa dos mecanismos de repressão dirigidos pelo Estado contra os revolucionários.

Episódio sintomático pode ser mencionado. Um veículo de comunicação católico de São Paulo, *O Operário*, incitou as autoridades governamentais ao fechamento e à apreensão do jornal de orientação anarcossindicalista, *A Plebe*. Ao ser atendido, publicamente manifestou apoio à iniciativa e, vociferando contra outros órgãos da imprensa, taxou-os de instigadores do anarquismo. A posição autoritária e pré-fascista desta tendência mostra-se com a inclusão do insuspeito *O Estado de S. Paulo*, dentre os supostos apoiadores do anarquismo.²⁵² Não à toa que mais tarde o integralismo terá clara inclinação catolicista.

As oscilações e descontinuidades das organizações sindicais permitiram o recrudescimento do sindicalismo colaboracionista. Segundo pesquisa de José Murilo de CARVALHO, o congresso do Partido Comunista do Brasil de 1924 apontou que o controle do movimento operário no Rio de Janeiro estava com os colaboracionistas. Do mesmo modo, a aproximação entre essa tendência e as autoridades governamentais servirá para melhor compreensão do fenômeno da instauração do

²⁴⁹ ALONSO, A. De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. In: Ibidem, p. 167.

²⁵⁰ Por iniciativa de um tenente do exército, poucos dias depois da Proclamação da República foi fundado o primeiro partido operário brasileiro. Em 1890, a insatisfação com o fato de um membro da classe média presidir um partido de trabalhadores é externada por um jornal socialista (conf. CARONE, *Movimento...*, p. 154-157.)

²⁵¹ FAUSTO, *Trabalho...*, pp. 48-49.

²⁵² *O Operário*. São Paulo, 2. nov./1919 apud CARONE, *Movimento...*, pp. 165-169.

corporativismo no país²⁵³, a partir das formas de reação conservadora, resistindo às transformações almejadas pelas organizações de oposição.

3.2 AÇÃO OPERÁRIA E REAÇÃO CONSERVADORA

No dizer de Evaristo de MORAES, em 1905, “a evolução do movimento operário mostra que a greve precede o sindicato”.²⁵⁴ Em sentido complementar, pode-se asseverar que os distúrbios nas relações de produção em busca de melhoria nas condições de trabalho, a fim de atender a interesses coletivos, por reivindicações grupais, greves ou manifestações públicas, constituirão “o fato primeiro que define a ação social denominada movimento operário”.²⁵⁵

Não quer significar que devam ser considerados apenas os movimentos de trabalhadores surgidos espontaneamente, sem a intervenção de organismo de classe, pois isso não lhe retiraria autenticidade ou legitimidade. Evidencia-se somente que os movimentos podem ocorrer sem intermédio de sindicatos.

José Albertino RODRIGUES propõe distinção – aqui adotada – entre movimento e organização sindical. O primeiro concebe-se como “esforço informal e autêntico de levar a classe trabalhadora a lutar por suas reivindicações”. A tentativa formal e oficial será tratada como organização sindical.²⁵⁶

Como aludido, os movimentos reivindicatórios de trabalhadores se evidenciaram pelas práticas grevistas e de manifestações de rua, principalmente, durante os dois primeiros decênios do século passado. Ao estudo importará pequeno resgate dos eventos mais significativos aos operários.

A submissão do trabalhador aos ditames da lei da oferta e da procura, pregada pelo princípio da liberdade de trabalho, em um contexto em que o Estado recusara-se a intervir nas relações contratuais, não poderia acarretar algo além da exploração desmedida da mão de obra.

A presença de diversas etnias de trabalhadores, além dos estreitos limites do mercado de trabalho urbano no país, constituiu obstáculos à formação da classe

²⁵³ CARVALHO, O proletariado..., pp. 175-176.

²⁵⁴ MORAES, *op. cit.*, p. 96.

²⁵⁵ SIMÃO, *op. cit.*, p. 100.

²⁵⁶ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 4.

trabalhadora. Por outro lado, crescia o grupo de pessoas que partilhavam experiências de vida e de trabalho comuns, ao menos, permitindo concluir que a classe encontrava-se em desenvolvimento.²⁵⁷

As condições de vida do trabalhador assalariado contrastavam com o rápido desenvolvimento do capitalismo que permitira maior acumulação de riquezas aos detentores dos meios de produção. A participação política da classe operária era insignificante,²⁵⁸ sendo suficiente apenas para legitimar a manutenção do poder pela oligarquia.

Não restaram alternativas viáveis para obtenção de transformações sociais ou econômicas, além da ação direta. Com ela, principalmente nos dois primeiros decênios do século passado, significativa parcela da militância do proletariado almejou afetar as bases estruturais do regime.²⁵⁹

Por questão didática, com a finalidade de melhor permitir a compreensão do texto, sem torná-lo exaustivo ou repetitivo, adota-se a periodização proposta por José Albertino RODRIGUES para análise da ação operária na Primeira República. Ressalva-se, porém, que se concebe a fundação do Partido Comunista do Brasil, no ano de 1922, como marco temporal mais adequado à realidade brasileira para determinar a transição entre a fase de resistência e de adaptação.

3.2.1 Fase de resistência (1889-1922)

As primeiras organizações sindicais no país foram ligas operárias cuja associação entre trabalhadores assalariados ocorreu, na maioria das vezes, por ofícios vários, caracterizando o sindicato profissionalmente indiferenciado.²⁶⁰ Mais tarde sobrevieram sociedades de resistência, em claro antagonismo de classes, com a perspectiva de resistir à ordem capitalista. A influência das organizações francesas resta notada no periódico *A Terra Livre*, no qual se afirma que a “sociedade de

²⁵⁷ MATOS, *op. cit.*, p. 37.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 44.

²⁵⁹ A assertiva não pode induzir a conclusão de que a ação direta constituiu único meio do movimento operário, pois dentre as tendências que o formaram nem todas possuíam idêntica concepção sobre os modos de ação para obtenção de conquistas, como se verá adiante. Entretanto, esta maneira foi a mais corriqueira de manifestação operária no período.

²⁶⁰ *Ibidem*, pp. 162-163.

resistência mais perfeita e mais completa, embora não sem defeitos, é o ‘sindicato’ francês....”. Antes, porém, o mesmo folhetim define as referidas sociedades como “associações operárias destinadas à defesa dos interesses dos trabalhadores contra a exploração capitalista”.²⁶¹

Apenas a partir de 1906 ou 1907 as novas associações surgiram com autodenominação de “sindicato de operários” ou de “sindicato de resistência”, o que serve para explicar a cognominação dessa fase.²⁶² Nesta etapa, denota-se o caráter anticapitalista e insurrecional das entidades sindicais que buscavam na ação direta a concretização de seus ideais.

Um expressivo militante anarquista no período apresentou com clareza a distinção entre ação direta, entendida pelo anarquismo e pelos revolucionários como única forma de atingir à revolução social, e a ação indireta, por eles condenada:

O nosso método é a ação direta, que, desde já, na conquista de pequenos melhoramentos atuais, tende a despertar a iniciativa, o espírito de espontaneidade, a decisão, a coragem, ensinando a massa popular a agir por conta própria, a unir-se e viver em luta. Hoje, mais do que nunca, ação direta, é o processo exato de rebelião proletária. Fora da ação direta, só um método existe: o colaboracionismo, o reformismo, as eleições com vistas ao poder – numa palavra, a ação indireta.²⁶³

Mesmo sendo necessário desconsiderar o juízo crítico sobre os adeptos da ação indireta, a distinção mostra-se útil por retratar outra maneira de atuação pelo operariado, além daquela prevista pelos anarquistas. Isso não quer dizer que socialistas e comunistas não adotassem também a ação direta, mas revela o sectarismo dos anarquistas em relação a outras formas de manifestação do proletariado.

Os militantes anarquistas julgavam que os sindicatos cumpriam papel reformista, pois na luta por melhores condições de vida e de trabalho da classe operária acabariam por refrear a revolução socialista. Os pertencentes à corrente anarcossindicalista concebiam ao sindicato uma função essencial para condução à revolução proletária, “pois ele expressaria claramente os antagonismos de classe”. Ambas as tendências do anarquismo recusavam a organização partidária do operariado, porque se contrapunha a sua negação do Estado.²⁶⁴

²⁶¹ A Terra Livre, São Paulo, 13. jan./1906 *apud* CARONE, *Movimento...*, p. 413.

²⁶² RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 30.

²⁶³ OITICICA, J, *apud* RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 11.

²⁶⁴ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 25.

O folhetim anarcossindicalista do Rio de Janeiro, *Voz do Povo*, deixa transparecer sua concepção sobre a luta parlamentar. Nele percebe-se que a ação sindical não deveria imiscuir-se no debate político ou parlamentar. Resta perceptível também a influência da revolução russa na avaliação anarquista sobre o marxismo, pois fundamentara o movimento insurrecional:

Por outro [lado], anos e anos de lutas em trégua têm revelado que os trabalhadores só poderão resolver suas questões pela Ação Direta, pelas batalhas sindicalistas, pelas greves revolucionárias.

Nada de panos mornos como o parlamentarismo e outros quaisquer socialismos, à acepção do marxismo, que é genuinamente revolucionário, conduzindo as massas à subversão como aconteceu com os russos em outubro de 1917!

Abcessos (sic) putrefatos como a sociedade atual devem ser sarjados com o bisturi rebelde; então, o tratamento pelas cataplasmas socialistas é completamente ilusório e inútil.

É um crime querer prolongar com as inalações de oxigênio e as injeções de óleo canforado, da Arbitragem, a agonia da Sociedade Burguesa. Quanto mais cedo esta morrer tanto melhor.

Por isso, os operários conscientes não devem consentir nas suas associações, propagandas políticas, religiosas ou parlamentaristas.

(...) Todo partido é uma estreiteza; a grandeza do ideal revolucionário não pode ser comportada dentro de facções mesquinhas como partidos e parlamentos.²⁶⁵

A ação direta do movimento operário notabilizou-se pela prática de “greves, boicotes, atos de sabotagens e manifestações públicas”.²⁶⁶ Constituiu-se na principal forma de atuação dos militantes sindicais pertencentes às correntes do sindicalismo anarquista e comunista no país.

O dia 1º de maio passou a ser apropriado pelo movimento operário para realização de protestos e reivindicações de caráter geral. Essa medida consubstanciou-se em resolução extraída do Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906, ao determinar a ofensiva pela jornada de oito horas no 1º de maio do ano seguinte.²⁶⁷ O perfil oposicionista dessas manifestações restou percebido pelas autoridades policiais que, em muitas vezes, proibiram sua realização.²⁶⁸

Das formas de ação direta vislumbrou-se a greve como a mais usual e importante.²⁶⁹ No movimento sindical não havia posição uníssona sobre ela. Isso

²⁶⁵ *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 22. ago./1920, apud CARONE, *Movimento...*, p. 365.

²⁶⁶ DULLES, *op. cit.*, p. 27.

²⁶⁷ *Resoluções do I Congresso Operário Brasileiro efetuado de 15 a 20. abr./1906*, apud HALL, *op. cit.* v. 1, pp. 52-53.

²⁶⁸ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 39.

²⁶⁹ Aziz SIMÃO elaborou quadro analítico das greves em São Paulo, com indicação de datas, setores, número de operários, amplitude e duração dos movimentos, além de seus motivos e reivindicações.

porque a corrente anárquica libertária restringia sua tarefa à mobilização do proletariado para atingir a greve geral revolucionária. Para a tendência anarcossindicalista, que predominou no movimento durante as duas primeiras décadas do século passado, os conflitos coletivos de trabalho e as greves parciais teriam por finalidade a preparação do proletariado com vistas à revolução. Aos socialistas a greve possuía duplo caráter: seria ao mesmo tempo reformista e revolucionária, pois retrataria oposição do proletariado ao poder econômico da burguesia.²⁷⁰

No Brasil republicano considerou-se, inicialmente, a greve como ilícito penal. O tipo se caracterizaria com o aliciamento de operários a aderirem a movimento paredista ou com a suspensão de trabalho.²⁷¹ Contudo, a matéria mereceu atenção do Poder Executivo que, pelo Decreto n.º 1.162 de 1890, alterou a redação do Código Penal para restringir o tipo à hipótese de prática de constrangimento mediante ameaças, fraude ou violência que resultasse a paralisação do trabalho. Logo, se não restara reconhecido o direito de greve, ao menos, seu simples exercício não seria imputável como crime.²⁷²

A ausência de tipicidade penal na greve, entretanto, não quis significar respeito a sua prática, como se verá adiante. Vale recordar que o país atravessou inúmeros períodos de estado de sítio, sem observância das garantias individuais. Além disso, gradativamente a legislação passou a oferecer instrumentos jurídicos ao Estado para cercear os direitos dos trabalhadores.

A intensificação dos movimentos paredistas acontecerá no principiar do século seguinte, em razão das condições de vida e de trabalho dos operários durante a expansão da industrialização. Para isso, também contribuíram as notícias internacionais sobre movimentos insurrecionais de trabalhadores (como na Rússia

Segundo sua pesquisa, há notícia de que as primeiras greves no país ocorreram na segunda metade do século XIX, tendo como objeto pagamento de salários em atraso ou como protesto contra o tratamento dispensado pelas chefias aos operários (cf. SIMÃO, *op. cit.*, p. 101 *et. seq.*)

²⁷⁰ SIMÃO, *op. cit.*, pp.118-119.

²⁷¹ “Art. 205. Seduzir ou aliciar operários ou trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa ou ameaça de algum mal: Penas: de prisão celular por um a três meses e multa de 200\$ a 500\$000.

Art. 206. Causar ou provocar cessação ou suspensão do trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário: Pena: de prisão celular por um a três meses.” In: MORAES, *op. cit.*, pp. 58-59.

²⁷² MORAES, *op. cit.*, p. 64.

em 1905 e 1917) e as influências das ideias socialistas trazidas da Europa, principalmente pelos imigrantes.²⁷³

Mesmo assim, a análise numérica de greves realizadas durante a Primeira República demonstra oscilação e descontinuidade nos movimentos. Resta possível justificar a maior ou menor efervescência da ação operária a partir da relação estabelecida com o desenvolvimento da atividade econômica. Isso porque nos períodos de maior expansão industrial houve intensificação das greves. Em contrapartida, nos momentos de depressão da economia ocorreu o inverso.²⁷⁴ O receio do desemprego certamente explica o arrefecimento no ânimo contestatório dos operários.

Boris FAUSTO apresenta um balanço dos ciclos grevistas entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Nele é possível identificar-se uma fase de ascensão entre 1905 e 1908, sucedida de redução nas mobilizações entre 1909 e 1912. Em início de 1913, uma rápida retomada com decréscimo em meados do mesmo ano, em razão de recessão econômica, logo, seguida do início da guerra.²⁷⁵

Entre os anos de 1908 e 1912, houve refluxo no movimento sindical relacionando-se a “repressão contínua, as deportações maciças de 1907 e o desemprego que atinge o Brasil em 1908 (...), somadas às dificuldades para aprofundar os laços de solidariedade efetiva entre o proletariado”. Isso porque os principais líderes eram imigrantes, o que tornava o movimento suscetível às deportações de suas lideranças e às campanhas de xenofobia.²⁷⁶

Resta possível ilustrar o número de mobilizações paredistas na capital paulista, sendo 81 entre 1901 e 1914, e 75 entre 1915 e 1929.²⁷⁷ Esses dados, contudo, destoam dos apresentados por outro pesquisador, que demonstra entre 1917 e 1920 a ocorrência de 109 greves na cidade de São Paulo.²⁷⁸ O dissenso nos números não compromete a conclusão de que o período fora marcado pela agitação operária.

Idêntico fenômeno percebe-se em Curitiba. A despeito de a primeira greve noticiada nesta cidade ocorrer no ano de 1900, pelos trabalhadores da Empresa de Saneamento, seguida no ano posterior do movimento dos ferroviários, o maior

²⁷³ VIANA, N, *op. cit.*, p. 32.

²⁷⁴ SIMÃO, *op. cit.*, p. 109.

²⁷⁵ FAUSTO, *Trabalho...*, pp. 133-134.

²⁷⁶ CARVALHO, O proletariado..., p. 170.

²⁷⁷ SIMÃO, *op. cit.*, pp. 134 e 137.

²⁷⁸ FAUSTO, *Trabalho...*, pp. 162-163.

número de paredes registra-se no ano de 1913 (três) e de 1917 (nove, sendo uma geral). Outras duas mobilizações grevistas constataram-se em 1919 e uma em 1920.²⁷⁹

As reivindicações operárias desses movimentos restringiam-se à melhoria das condições de trabalho ou “exprimiam a espera da revolução social que deveria vir, tentando desenvolver uma estratégia onde a greve ocupava o papel principal.” Denotava-se a desarticulação entre as duas formas de atuação operária, pois se prescindia de uma análise acurada do contexto nacional.²⁸⁰

O movimento voltará suas atenções e esforços à formação da consciência de classe operária, além da formulação “de reivindicações que significassem melhorias imediatas nas condições de vida e de trabalho e com a difusão de ideais socialistas”.²⁸¹ Os trabalhadores não objetivaram a revolução social, contudo, isso não deve resultar a conclusão de que inexistisse por parte de suas lideranças a pretensão de preparar a greve geral insurrecional com as mobilizações reivindicatórias.²⁸² Torna-se patente esse fato no depoimento do memorialista Everardo DIAS ao asseverar que “o pensamento dos elementos mais emancipados culturalmente e revolucionariamente voltou a persistir na preparação (...) de um movimento com caráter bem determinado de Sovietismo”.²⁸³

Parte do movimento operário, entretanto, movia-se pelos seus interesses imediatos. Em levantamento dos motivos de greves nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, percebe-se a estreita ligação entre as mobilizações e a queda do nível de vida, gerada pela carestia desacompanhada de reajuste salarial. Os movimentos tiveram caráter reivindicatório e voltaram-se principalmente ao cotidiano do operariado.

A maior parte dos movimentos grevistas realizados durante essa fase foi ocasionada por questões salariais (reajustes, contra multas, reduções ou atrasos), condições gerais de trabalho (contra acidentes, trabalho de mulheres e crianças, maus tratos, etc.) e pela redução da jornada. Podem ser indicadas também as greves geradas por razões político-sindicais, tais como: as de solidariedade com outros movimentos, contra prisões ou dispensas de trabalhadores, além daquelas

²⁷⁹ VALENTE, *op. cit.*, pp. 176-177.

²⁸⁰ PINHEIRO, *Política...*, p. 97.

²⁸¹ RODRIGUES, L. M, *Conflito...*, p. 121.

²⁸² FAUSTO, *História do Brasil...*, p. 300.

²⁸³ DIAS, *op. cit.*, p. 90.

que buscaram o reconhecimento dos sindicatos pelo empresariado como representantes legítimos dos trabalhadores.²⁸⁴

Jover TELLES cita duas greves ocorridas, no início do século passado, na cidade de São Paulo, com o objetivo de regularização do pagamento de salários aos operários. Outra, no mesmo ano, realizada pelos trabalhadores em pedreiras que obteve a minoração da jornada de trabalho de doze para dez horas.²⁸⁵

A reivindicação da redução da jornada também levou, em 1902, os operários têxteis do Rio de Janeiro a paralisarem suas atividades por vinte dias. No auge do movimento 25 mil trabalhadores estavam em greve. No ano seguinte, os carroceiros e cocheiros suspenderam suas atividades, acompanhados pelos trabalhadores da indústria têxtil que mais uma vez ingressaram em greve, dessa feita, com mobilização de 40 mil operários. Em 1906, ocorreu a primeira grande paralisação em Porto Alegre, com doze dias de duração e finalidade de redução da jornada para nove horas.²⁸⁶ As entidades sindicais organizaram nos meses de maio e junho de 1907, na cidade de São Paulo uma greve geral pela adoção da jornada de oito horas de trabalho.²⁸⁷ O êxito fora parcial, todavia, serviu para expor a luta de classes que se desenhara no âmbito do incipiente capitalismo industrial.²⁸⁸

Os resultados na maioria das vezes não se mostraram alentadores. Para os líderes dos movimentos isso decorreria da precária organização, e, para reversão do quadro, fazia-se necessária a ampliação do número de entidades sindicais, além do desenvolvimento da educação do operariado.²⁸⁹

Outras paralisações merecem especial menção por serem emblemáticas. Inicia-se pela greve de 1917 na cidade de São Paulo. Sua importância resta revelada pela força do movimento, por seu caráter espontâneo e pelas repercussões em outras cidades. Mais que isso. “Ela se define antes de tudo pela emergência de um movimento social de base operária, nos centros urbanos do país”, com manifestações de massa, aumento de sindicalização de trabalhadores e ampliação da imprensa operária.²⁹⁰

²⁸⁴ FAUSTO, *Trabalho...*, pp. 166 et seq.

²⁸⁵ TELLES, *op. cit.*, pp. 18-19.

²⁸⁶ MATOS, *op. cit.*, pp. 54-55.

²⁸⁷ RODRIGUES, L. M., *Conflito...*, p. 43.

²⁸⁸ FAUSTO, *História do Brasil*, p. 149.

²⁸⁹ DULLES, *op. cit.*, p. 27.

²⁹⁰ FAUSTO, *Trabalho...*, p. 159.

O movimento teve início numa tecelagem com a reivindicação de reposição salarial. O não atendimento das exigências pelos proprietários induziu a adesão de outras categorias em solidariedade. A carestia do custo de vida e a defasagem salarial deixaram os ambientes de trabalho em ebulição.²⁹¹ Rapidamente, durante o mês de junho o movimento ganhou adesão de trabalhadores de diversas fábricas. A essa altura, tratava-se de greve geral.

No dia 10 de julho, um mês após a deflagração do movimento, recebe-se a notícia da morte de um operário, vítima de um confronto entre manifestantes e a polícia no dia anterior. O cortejo fúnebre de Antonio Iniguez Martinez reuniu milhares de pessoas. No retorno do enterro, parte da multidão cumpriu trajeto nas ruas dos bairros operários do Brás, Mooca e Cambuci. “Alguns grevistas assaltaram uma carrocinha de pão, fugindo com a mercadoria; outros saquearam mercados, depósitos de mantimentos, armazéns.”²⁹² Em resposta, as organizações sindicais foram fechadas pela polícia, que passou a dissolver aglomerações nas ruas. Houve diversos confrontos entre a população, tentando praticar furtos famélicos, e a polícia, garantidora da propriedade. No dia 13 de julho mais duas mortes foram registradas.²⁹³

Nos três dias posteriores ao enterro de Martinez a greve atingiu seu apogeu com mais de 45 mil operários paralisados.²⁹⁴ Nem os militantes anarquistas esperavam tamanho movimento popular, sendo surpreendidos com sua amplitude e força.²⁹⁵

Para Boris FAUSTO, torna-se desnecessária revisão historiográfica ou sociológica sobre o caráter espontâneo do movimento de 1917, contudo, ressalta que este deve ser mais bem explicado. Para ele, o cerne do debate perpassa pela contínua tensão acumulada durante o ano, além de um maior esforço de organização sindical. Em que pese tenha inexistido preparação à greve geral, havia “consciência desta perspectiva (...) no interior de um pequeno grupo”. Esse fato restaria demonstrado pela representatividade dos líderes que assumiram a organização do movimento com a criação do Comitê de Defesa Proletária.²⁹⁶

²⁹¹ DIAS, *op.cit.*, p. 84.

²⁹² DULLES, *op. cit.*, p. 52.

²⁹³ Ibidem, pp. 51-53.

²⁹⁴ FAUSTO, *Trabalho...*, p. 196.

²⁹⁵ DIAS, *op. cit.*, p. 86.

²⁹⁶ FAUSTO, *Trabalho...*, pp. 203-204.

A ausência de uma organização prévia restou demonstrada pela falta de reivindicações concretas do movimento operário como um todo. Aliás, essas foram formuladas após a criação do Comitê de Defesa Proletária a partir da compilação das principais exigências dos diversos sindicatos que compuseram a mobilização no seu curso. Nesse aspecto, as exigências nada tiveram de revolucionárias, restringindo-se às melhorias de condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora.²⁹⁷

Diante da recusa do Comitê em negociar diretamente com os empresários formou-se uma comissão de jornalistas que se dispôs a mediar o conflito. Após as investidas chegou-se a um acordo com os industriais, contudo, os operários exigiram que o governo do Estado de São Paulo se dispusesse a soltar os trabalhadores presos durante o movimento e que viesse a respeitar o direito de reunião. Além disso, pretendiam o compromisso da prefeitura da cidade com políticas públicas para diminuição do custo de vida. Vencida essa etapa, o Comitê submeteu as propostas aos operários que deliberaram pelo fim da greve.²⁹⁸

Diversas cidades no país sofreram os impactos da greve paulistana de 1917. Em Curitiba, organizaram-se manifestações para denunciar as condições de vida e de trabalho das classes subalternas. Estas mobilizações resultaram na greve geral “que se estenderia até que os patrões aceitassem a lista de reivindicações²⁹⁹ que foi proposta por Octavio Prado e aclamada pela multidão que estava presente”. Os grevistas tomaram de assalto a usina de energia elétrica da cidade, deixando a cidade às escuras. Houve enfrentamento com a polícia, que mais tarde conseguiu restabelecer o fornecimento. A ação direta vislumbrou-se pela depredação de bondes e trens, sabotagens contra postes telefônicos e elétricos, danificação de

²⁹⁷ “1. que sejam postas em liberdades todas as pessoas por motivo de greve; 2. que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores; 3. que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista; 4. que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas etc.; 5. Que os trabalhadores com menos de 18 anos (não) sejam ocupados em trabalhos noturnos; 6. que seja abolido o trabalho noturno das mulheres; 7. aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados; 8. que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, cada 15 dias e, o mais tardar, cinco dias após o vencimento; 9. que seja garantido aos operários trabalho permanente; 10. jornada de oito horas e semana inglesa; 11. Aumento de 50% em todo trabalho extraordinário”. In: RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, pp. 44-45.

²⁹⁸ DULLES, *op. cit.*, pp. 54-55.

²⁹⁹ Dentre as reivindicações figuravam: jornada de oito horas; abolição das multas; proibição de trabalho a menores de 14 anos e moças menores de 21 anos; abolição do trabalho noturno; aviso prévio de 18 dias; responsabilidade dos patrões nos acidentes; redução de impostos aos carroceiros; redução dos preços dos alimentos, principalmente a farinha de trigo e o açúcar; diminuição dos preços dos aluguéis das casas e higiene nas fábricas, cf. FONSECA, R. M; GALEB, M; *A Greve Geral de 17 em Curitiba*: resgate da memória. Curitiba: IBERT, 1996, pp. 38-39.

pontes a fim de impossibilitar acesso do comércio à água e a gêneros alimentícios. Evidentemente, essas práticas implicaram a reação das elites.³⁰⁰

Outro movimento operário que merece especial destaque ocorreu em novembro de 1918 no Rio de Janeiro. Sua relevância justifica-se no seu caráter insurrecional, embora também contemplasse reivindicações econômicas em relação ao empresariado. Instigados por duas recentes revoluções, a russa e a mexicana, militantes anarquistas planejaram a tomada do poder por um golpe popular. A iniciativa previa deflagração de greve geral com a ocupação do palácio presidencial, invasão de depósitos de armas e munições, ataque ao quartel da polícia. Também se concebeu uma tentativa de sedição no exército, a cargo de um tenente. Antes da execução do plano os líderes do movimento foram presos, denunciados pelo conspirador militar, um espião.

As manifestações operárias foram reprimidas pela polícia. As organizações sindicais fechadas. Seus líderes foram presos ou fugiram. A União Geral dos Trabalhadores – UGT – restou dissolvida por decreto presidencial. Diante desse quadro, os trabalhadores mantiveram-se em greve até o final do mês de novembro, quando o movimento arrefeceu.³⁰¹

A agitação popular foi intensa até o início de 1920, quando as ações operárias se enfraqueceram. Isso não quer significar ausência de greves em alguns segmentos.³⁰² Se o número de mobilizações paredistas pode ser considerado como termômetro da organização e da capacidade de aglutinação dos trabalhadores³⁰³, resta asseverar que no período observou-se refluxo no movimento operário. Talvez, mais significativo ainda seja constatar a ausência de greves gerais ou interprofissionais.³⁰⁴

O debate sobre a atuação política do proletariado por meio de partidos operários permeou as organizações sindicais e meios progressistas desde o final do século XIX. De um lado, defensores da ação direta e da via revolucionária, de outro, os chamados reformistas que pregavam a ação indireta como modo de alcançar ao socialismo.

³⁰⁰ Ibidem, pp. 40-42.

³⁰¹ DULLES, *op. cit.*, pp. 66-69.

³⁰² É um exemplo a greve dos trabalhadores gráficos de São Paulo que, em 1929, paralisaram suas atividades por setenta e dois dias. *In*: CARONE, *Movimento...*, p. 99.

³⁰³ MATOS, *op. cit.*, p. 52.

³⁰⁴ SIMÃO, *op. cit.*, p. 112.

3.2.2 Fase de adaptação ou ajustamento (1922-1934)

Por contraditório que possa parecer, as agitações de 1917 a 1920 significaram o ápice e início do declínio do anarcossindicalismo no Brasil, pois desnudaram suas debilidades. A década de vinte representou ao movimento operário o enfraquecimento das lutas vivenciadas no período anterior. Tal situação restou motivada pelo insucesso de duas greves realizadas pelos operários da indústria têxtil de São Paulo e Rio de Janeiro que serviu de desalento aos trabalhadores. Esse fato fora agravado pela repressão estatal contra os líderes operários, envolvendo deportações, prisões e desterro. Por fim, as contradições das organizações anarquistas que, na sua recusa à luta política, limitaram seu campo de atuação à questão econômica, em um momento em que o proletariado buscava o reconhecimento de sua cidadania.³⁰⁵

As principais manifestações oposicionistas na década de vinte surgiram dos quadros militares, pois não havia condições políticas para o operariado manter os picos de greve dos anos anteriores. As causas residiram no aumento da repressão às organizações e aos movimentos e as migrações de trabalhadores do Nordeste, transformando a característica da mão de obra, além de servir para deprimir os salários.³⁰⁶

Aziz SIMÃO afirma que na década de vinte houve decréscimo acentuado no ritmo da industrialização. Este fato, aliado ao excesso de disponibilidade de mão de obra, seria um fator econômico a justificar a diminuição das agitações populares. Para referido autor, também há outra condicionante. As greves quando vitoriosas, mesmo que parcialmente, resultaram em acordos com o patronato suscetíveis à resilição unilateral, sem cumprimento do pactuado e sem mecanismos jurídicos para garantir sua exigência. Isso permitia aos empregadores subtrair as conquistas dos trabalhadores, tornando os esforços inúteis.³⁰⁷

A desmobilização operária do período pode ser medida pela participação apática dos trabalhadores na comemoração do dia 1º de maio de 1924. No Rio de

³⁰⁵ FAUSTO, *Trabalho...*, *passim*.

³⁰⁶ GOMES, *Burguesia...*, pp. 92-93.

³⁰⁷ SIMÃO, *op. cit.*, pp. 109-110.

Janeiro reuniram-se menos de 2 mil trabalhadores na Praça Mauá, em contraste com os 60 mil verificados em 1917.³⁰⁸

A fase de adaptação ou ajustamento representa um período de transição entre os movimentos operários de caráter insurrecional, notados anteriormente, e a etapa de submissão dos sindicatos ao controle estatal, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Significa o deslocamento do movimento sindical, ocupando de forma mais clara o campo reformista, inclusive com atuação parlamentar.³⁰⁹ Sob esse viés, mostra-se adequado fixar em 1922 o termo inicial desse período, afinal, foi marcado pela fundação do principal partido operário da Primeira República.

No horizonte deste debate inserem-se as iniciativas de formação de partidos operários. Alguns com viés reformista com a pretensão de “melhorar” o capitalismo, tornando-o menos cruel à classe trabalhadora. Outros surgem com finalidade de cumprir as etapas preparatórias à emancipação proletária pela via revolucionária.

No Brasil, há registros de alguns partidos operários instituídos, contendo programas com viés reformista. A opção pela forma institucional de organização dos trabalhadores a fim de participarem da vida política do país tem por fundamento, na maior parte das vezes, a conclusão de ser impossível a emancipação econômica sem antes adquiri-la politicamente, por meios pacíficos.

A composição do operariado na época mostra-se suficiente a explicar o insucesso dos partidos políticos criados. Formado, em maioria, por mulheres, crianças, estrangeiros e analfabetos, todos sem direito a voto, num período em que a economia ainda se sustentava em bases agrárias³¹⁰, ele não possuía peso eleitoral significativo.³¹¹ Do mesmo modo, as limitações apresentadas pela democracia oligárquica brasileira tinham por consequência afastar a participação política popular.³¹² Há que se mencionar ainda a faceta elitista dos socialistas brasileiros que por suas manifestações demonstravam “desprezo pela massa trabalhadora e incapacidade de sintonizar-se com ela, para mobilizá-la”. Fizeram transparecer a maneira excludente de agir das classes no poder. O efeito gerado, embora não desejado, era de “reprodução da ideologia dominante conservadora”.³¹³

³⁰⁸ DULLES, *op. cit.*, p. 184.

³⁰⁹ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 16.

³¹⁰ Vide nota 90.

³¹¹ RODRIGUES, L. M, *Conflito...*, pp. 117-118.

³¹² Sobre o tema ver item 2.2.2.

³¹³ KONDER, *A derrota...*, pp. 131-132.

Tornam-se evidentes as deficiências dos socialistas para adquirir a confiança das classes populares, o que auxilia a explicar o insucesso de suas tentativas na formação de um partido político. Entretanto, em março de 1922, um grupo de militantes sindicais, originado do anarcossindicalismo, funda o Partido Comunista do Brasil – PCB – que será o principal representante político operário no período. Poucos meses depois, em julho de 1922, o estado de sítio levará o partido à clandestinidade, sendo sua sede invadida pela polícia, “além da prisão de vários militantes e do confisco de seus arquivos e da sua documentação”.³¹⁴

A disseminação das ideias comunistas no país recebeu impulso da revolução russa de 1917. Todavia, somente em meados de 1921 registrou-se a criação do primeiro grupo comunista na Capital da República. Constituído basicamente por militantes anarquistas, suas concepções não albergavam, inicialmente, a luta parlamentar. Seus objetivos eram de espalhar os princípios comunistas pelo proletariado, além de defender a Terceira Internacional dos ataques perpetrados pela imprensa burguesa.³¹⁵

Reproduziram-se grupos comunistas em outros Estados, até que em março de 1922, deliberou-se pela criação do PCB. De imediato, aprovaram-se as 21 resoluções elaboradas pela Terceira Internacional para postular o reconhecimento em seus quadros do partido brasileiro. Dentre elas, obrigaram-se a luta parlamentar e política.³¹⁶

As condições da Internacional Comunista haviam sido formuladas no Segundo Congresso, em 1921. Pautaram-se na premissa de que se avizinhava uma conturbação revolucionária na Europa e que seria primordial a existência de quadros preparados para liderá-la. A luta parlamentar e as eleições teriam caráter instrumental, eis que permitiriam mobilizar ‘as massas sob as consignas da revolução proletária’, com a clara finalidade de utilizar as “instituições governamentais burguesas para sua destruição”.³¹⁷

A ação parlamentar estaria vinculada à conscientização e à agitação das classes subalternas. A avaliação equivocada da Internacional Comunista foi reconsiderada nos seus Terceiro e Quarto Congressos. Não mais existiriam condições pré-revolucionárias. Ao contrário. O capitalismo emitiria sinais de força. A

³¹⁴ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 32.

³¹⁵ DULLES, *op. cit.*, pp. 142-143.

³¹⁶ *Ibidem*, pp. 146-147.

³¹⁷ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 31.

deliberação foi no sentido de orientar os partidos comunistas a formarem frentes proletárias únicas.

Deveriam se unir, para tanto, à socialdemocracia. O PCB pretendeu cumprir a recomendação. Entretanto, no país nada havia de similar a ela. A primeira alternativa de aliança, descartada pouco tempo depois em razão do insucesso, foi com organismos vinculados ao sindicalismo cooperativista.³¹⁸

A opção por coligações transparecia uma perspectiva utilitarista e pragmática da política, para a qual, o PCB concebia três maneiras distintas de se concretizar, a partir do horizonte correspondente a cada classe social. A grande burguesia seria composta pelas elites oligárquicas, tidas como conservadoras, e pelos industriais, comerciantes e alguns proprietários de terras, tratados por liberais. A classe proletária tinha no PCB seu legítimo representante.³¹⁹

Restava a pequena burguesia, formada pela classe média e por pequenos proprietários. Evidentemente que a decisão seria de procurar alianças políticas com os setores mais próximos ao proletariado, ou seja, a pequena burguesia segundo avaliação dos membros do partido.³²⁰

Para o núcleo dirigente do PCB a pequena burguesia segmentara-se em dois grupos. O primeiro, por ele denominado de confusionista, seria formado por políticos defensores das causas operárias, mas que pregavam a harmonia entre as classes. Os revoltosos, como o outro grupo era tratado, reuniram os elementos militares descontentes e que tinham Luiz Carlos Prestes como seu principal expoente.³²¹

Entre julho de 1924 e 31 de dezembro de 1926, o país atravessou períodos de turbulência social diante de novo estado de sítio. Como consequência, o PCB retornou à clandestinidade.

A fim de levar adiante a política de alianças, seus dirigentes lançaram o Bloco Operário, com disposição de apresentar candidatos às eleições, como representantes da classe trabalhadora. Com o final do estado de sítio, em janeiro de 1927, até a entrada em vigor da Lei Celerada, em agosto do mesmo ano, houve acentuada propagação do movimento e de ideais comunistas.

³¹⁸ Ibidem, p. 35.

³¹⁹ Ibidem, p. 82.

³²⁰ DEL ROIO, M. T. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 43.

³²¹ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 83.

A estratégia incluiu divulgação de carta aberta, no jornal *A Nação*, em 05 de janeiro de 1927, dirigida a entidades sindicais e a parlamentares confusionistas (Maurício de Lacerda e Azevedo Lima). Desejava-se uma resposta pública de adesão. Mais que um convite era um ultimato que demonstra falta de habilidade dos dirigentes. No documento as referências ao parlamentar Maurício Lacerda são elucidativas: “(...) de modo algum com sua [Maurício de Lacerda] política individualista, não-partidária, geradora de confusões e mal-entendidos, que só podem servir aos inimigos da política proletária (...)”. Ao final elaborava-se o convite para que integrasse a frente única parlamentar. Apenas Azevedo Lima e duas entidades sindicais responderam afirmativamente.³²²

A condução dos dirigentes do PCB afastou potenciais aliados como o Partido Socialista Brasileiro – PSB -, Maurício de Lacerda e outros. Mais que isso. Durante a campanha para eleger os representantes do Distrito Federal no Congresso, o veículo de propaganda do BOC, jornal *A Nação*, lançou campanha agressiva contra Maurício de Lacerda e contra Nicanor Nascimento, a ponto de comemorar sua derrota eleitoral. O mesmo tratamento dispensou-se ao candidato do PSB, Carlos Dias.³²³

Ao menos, a carta aberta continha as premissas políticas e programáticas do Bloco. Dentre as principais propostas destacam-se: voto universal e secreto, defesa de direitos de associação e reunião de trabalhadores urbanos e rurais, reconhecimento da URSS, combate às leis de repressão e ao imperialismo, o que envolvia a nacionalização de empresas estrangeiras e anistia dos militares revoltosos (tentativa de agradar a pequena burguesia).

Também podem ser mencionadas propostas para proteção dos trabalhadores, por intermédio de leis, tais como: jornada de oito horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos, salário-mínimo, proteção assistencial ao desemprego, contratos coletivos de trabalho etc.. Igualmente, apresentaram intenções para solução dos problemas de moradia da classe trabalhadora e de educação de seus filhos.³²⁴

No ano de 1928, tomou-se a opção de ampliar a articulação política, para agrupar trabalhadores urbanos e rurais. Criara-se, portanto, o Bloco Operário e

³²² DEL ROIO, *op. cit.*, p. 26.

³²³ DULLES, *op. cit.*, p. 257-258.

³²⁴ O programa do Bloco Operário, *A Nação*, 17. fev./1927, *apud* HALL, *op. cit.*, v. 1, pp. 290-293.

Camponês – BOC – que de representação camponesa nada possuía. Nas eleições desse ano, para o Conselho Municipal da Capital Federal, apesar de toda repressão policial durante a campanha, o BOC elegeu dois intendentess, Octavio Brandão e Minervino de Oliveira.

A intolerância das classes dominantes com os representantes do operariado demonstrou-se no exercício dos mandatos. Tolheram suas ações parlamentares. Suas emendas e propostas legislativas não recebiam encaminhamento. A publicação de suas intervenções na tribuna restou censurada no final de 1929. Em 1930, Octavio e Minervino viviam na clandestinidade para evitar suas prisões.³²⁵

Ademais, os representantes comunistas no parlamento sofreram seguidas repreensões de seu partido. Isso ocorreu sempre que propuseram medidas paliativas para melhoria de comunidades pobres. Estariam eles desviando-se de seu foco, ou seja, a promoção da revolução proletária.³²⁶

Em 1930, o BOC disputou sua última eleição. Tratava-se da sucessão de Washington Luís, na Presidência da República. Após os fracassos na tentativa de fazer de Luiz Carlos Prestes seu candidato, a opção foi por Minervino de Oliveira.³²⁷

Durante a campanha houve muita repressão policial às manifestações públicas e comícios organizados pelos candidatos do BOC. Mesmo com essa atenuante, o desempenho eleitoral mostrou-se insatisfatório. Além disso, boa parte do operariado apoiou Getúlio Vargas, pois as propostas sociais da Aliança Liberal apresentavam-se mais factíveis que a revolução propugnada pelos comunistas.³²⁸

O Quarto Congresso da Terceira Internacional Comunista adotou política de alianças diametralmente oposta à anterior. Como sintoma da tendência à radicalização de esquerda que assumira o controle, vislumbrara-se a presença de condições pré-revolucionárias em larga escala. Houve mudança de orientação. A nova posição, dizia-se, destinava aos trabalhadores papel protagonista no processo revolucionário, não podendo permanecer a reboque da pequena burguesia. Com efeito, tornara-se inviável a manutenção de um bloco operário de amplo aspecto, como coalizão de diversos segmentos de forças progressistas.³²⁹

³²⁵ DULLES, *op. cit.*, p. 333.

³²⁶ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 171.

³²⁷ Ibidem, p. 120.

³²⁸ DULLES, *op. cit.*, p. 337.

³²⁹ KAREPOVS, *op. cit.*, pp. 170 *et seq.*

A Internacional Comunista determinou a extinção do BOC, após acusar os membros do partido brasileiro “de desvios de direita”.³³⁰ Mesmo descrentes na determinação, seus dirigentes a obedeceram.

A ação indireta pela luta parlamentar objetivou transportar a representação operária para dentro das instituições burguesas. Os dirigentes do PCB pretendiam aproveitar o espaço do parlamento para espalhar as ideias comunistas e induzir à agitação operária. Na concepção nacional, a revolução proletária deveria ser precedida da democrático-burguesa, o que explica a insistência do PCB para alcançar os setores da classe média, especialmente os militares revoltosos.³³¹

Cumpra mencionar uma ressalva. Para Edgar Salvadori de DECCA, o BOC aliou-se à pequena burguesia e aos liberais do Partido Democrático de São Paulo. Ao analisar a movimentação política da capital paulista, no ano de 1928, segundo o autor, houve uma aliança entre os atores citados que se tornou viável enquanto o BOC relegou a luta de classes em nome de um inimigo comum (a oligarquia), afastando-se da cena revolucionária. Entretanto, quando o movimento operário deu sinais de se reestruturar com a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores, em 1929, o proletariado restou excluído por receio de aprofundamento da revolução democrático-burguesa em revolução operária.³³²

Algumas objeções a essa conclusão devem ser apresentadas. Primeiro, a análise exposta parte da conjuntura da cidade de São Paulo, onde o BOC acabara de ser criado e onde o movimento comunista não conseguira maior penetração junto às massas populares, dadas as resistências dos anarquistas. Ou, na síntese de Marco DEL ROIO, “no centro fabril do país que era a cidade de São Paulo, o PCB era muito frágil”.³³³

A desarticulação do BOC-SP restou percebida no próprio ano de 1928 quando seus dirigentes abdicaram de candidatura própria para apoiar candidatos liberais, por falta de estrutura e em razão do acirramento da repressão policial. A partir disso, o BOC se anulou politicamente, diante da “escassez de militantes, da baixa qualificação destes e de uma situação financeira muito difícil”.³³⁴

³³⁰ DULLES, *op. cit.*, p. 340-341.

³³¹ DEL ROIO, *op. cit.*, p. 41.

³³² DECCA, E. S. 1930, *o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 79-96.

³³³ DEL ROIO, *op. cit.*, p. 67.

³³⁴ *Ibidem*, p. 65.

Boris FAUSTO discorreu sobre a posição de Edgard Salvadori DECCA, ressaltando que

No Brasil da década de 20 não havia conjuntura revolucionária em que o proletariado tivesse a iniciativa, não chegando a classe operária organizada a constituir um ator político relevante. Quanto ao BOC, foi uma organização minúscula que interessa apenas à história da esquerda.³³⁵

Não se mostra factível a articulação de um movimento insurrecional, envolvendo uma dissidência burguesa, as classes médias revoltosas e um contingente inexpressivo do operariado. A dificuldade reside exatamente em definir a contribuição fornecida pelo BOC ao processo revolucionário quando se sabe que o grupo paulistano era fraco, limitado e ainda controlado pelos membros do Rio de Janeiro. Nota-se isso facilmente na advertência pública formalizada pelo Comitê Central ao grupo de São Paulo, quando da iniciativa de recomendar apoio aos candidatos liberais após a renúncia de candidatura própria.³³⁶

A concepção brasileira da revolução por etapas influiu na política de alianças do PCB e no que os membros do partido pensaram ser uma unidade política proletária. Os resultados demonstraram os equívocos cometidos nesse íterim. As vicissitudes, o sectarismo e a inabilidade política dos dirigentes do PCB serviram para afastar possíveis aliados, isolando-os na imaginária revolução proletária.³³⁷

Paulo Sérgio PINHEIRO aponta outro equívoco de avaliação cometido pelo partido, que também se adota como argumento contrário à tese de DECCA. A aliança entre proletariado e pequena burguesia revelara-se infactível. Os movimentos operários percebiam nos militares revoltosos vínculos com os aparatos estatais. Isso interferira na sua concepção sobre a transformação, tendendo a vislumbrá-la a partir de dentro, o que impediria a ação proletária.

Essa atitude demonstrava o receio das classes médias de um proletariado não sujeito à repressão policial. Do mesmo modo, a pequena burguesia dependia economicamente da classe dominante tradicional, o que também influenciara sua ação, para dentro dos limites “dos interesses dos setores agrário-comerciais”.³³⁸

Por essa razão,

³³⁵ *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. rev. e ampl. 4. reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 17.

³³⁶ DEL ROIO, *op. cit.*, p. 64.

³³⁷ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 165.

³³⁸ PINHEIRO, *Política...*, pp. 100-101.

as classes médias jamais atuaram, nem tinham condições para tanto, no sentido de uma transformação radical (...), jamais tiveram um desempenho que visasse diretamente o aumento de seu poder no sistema político brasileiro e jamais foram capazes de promover transformações que pusessem em risco a pauta de dominação vigente.³³⁹

Outro ponto que dificultou a frente proletária única foi a divergência existente entre o discurso político e a práxis sindical do PCB. Enquanto pregava coalizão de forças operárias sob seu comando para forjar história na representação parlamentar, o partido no âmbito sindical disputava controle e tomava sindicatos de outras tendências.

Isso acirrou as lutas internas no movimento operário. As organizações sindicais penavam com acusações mútuas de corrupção e falta de representatividade, desde a criação do PCB, quando se realizaram inúmeros debates pelos veículos de imprensa operários, entre seus militantes e os anarcossindicalistas. Sob esse viés residem os efeitos negativos da incursão proletária na política parlamentar pelo BOC.³⁴⁰

Verifica-se a virtude da ação indireta na elevação das reivindicações da classe trabalhadora do patamar sindical das relações de produção à cena política, inserindo-as nos mecanismos institucionais, para de lá não mais sair.³⁴¹ Aliás, isso certamente descontentaria os antigos dirigentes do PCB, que a entenderiam como demérito, por retardar a revolução proletária.

Diante do quadro político e social narrado até o momento, importa tratar das maneiras adotadas pelas classes conservadoras para refrear a ação operária. Se ao proletariado resta possível relacionar duas condutas distintas, uma direta e outra indireta, o mesmo pode-se asseverar sobre a reação das classes dominantes às postulações dos trabalhadores. Tratou-se de resistir à resistência.

3.2.3 A reação conservadora

³³⁹ PINHEIRO, P. S. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: PINHEIRO, P.S. *et. al.*, *op. cit.*, p. 44.

³⁴⁰ DULLES, *op. cit.*, pp. 184-185, p. 235.

³⁴¹ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 170.

Em sua obra clássica Evaristo de MORAES FILHO recordou que o surgimento das associações profissionais, a partir da segunda metade do século XIX, gerou problemas nas novas relações entre Estado e sindicatos. A questão se coloca sob o ângulo pelo qual “pode escapar a atividade dessas associações à autoridade do Estado, exercida sob a dupla forma de tutela administrativa e controle judiciário”.³⁴²

O tema insere-se na autonomia sindical, que pode ser entendida como “o limite de ação do sindicato, é o direito da auto-determinação (*sic*) sindical, é o poder reconhecido ao sindicato para alcançar suas finalidades, dentro dos meios não contrários à lei e normas estabelecidas para a manutenção da ordem pública”. Sempre que o Estado legislou sobre as associações sindicais o fez para impor limites a essa autonomia.³⁴³

A Constituição de 1891 permitira a associação para fins pacíficos, o que era suficiente a possibilitar a criação de sindicatos, embora ainda não figurassem com essa denominação.³⁴⁴ Se não havia menção constitucional à organização dos trabalhadores, por outro lado, nada a impedia. A despeito disso, pretendeu o Estado regular as associações profissionais. Iniciou essa tarefa pelos trabalhadores e produtores rurais.³⁴⁵

O Decreto n.º 979 de 1903 tratou do agrupamento de trabalhadores e de industriais rurais, para “estudo, custeio e defesa de seus interesses”.³⁴⁶ Para criação dos sindicatos não eram exigidas maiores formalidades, bastando o depósito de duas vias dos estatutos em cartório de registros de hipotecas, contendo “assinatura e responsabilidade dos administradores”, além de ata de instauração e lista de

³⁴² MORAES FILHO, *O problema...*, pp. 131 et. seq.

³⁴³ *Ibidem*, p. 137.

³⁴⁴ “§ 8.º A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública.”, *in*: BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 12 abr./2010.

³⁴⁵ MORAES FILHO, *O problema...*, p. 183.

³⁴⁶ Estabelece o artigo 1º do Decreto: “É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses”. *In*: BRASIL. Decreto n.º 979, de 6 de Janeiro de 1903. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. *In*: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1903, v.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 17, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 23. maio/2010.

sócios. Após o registro dos documentos haveria encaminhamento à Associação Comercial do Estado, posteriormente, Junta Comercial.³⁴⁷

Menos que uma entidade de classe, a finalidade precípua do regramento, numa época em que a circulação de dinheiro era escassa, tornara-se permitir a “organização de caixas de crédito agrícola e cooperativas de produção ou de consumo”.³⁴⁸ A regulamentação das associações sindicais no país principiou pelas relações rurais, enquanto nos demais locais do mundo voltou-se aos trabalhadores urbanos, notadamente, aos operários. A explicação desse fenômeno suplanta o predomínio e importância econômica da agricultura naquela época, pois a preocupação governamental com a sindicalização não se dirigiu à permissão de melhor coordenação dos trabalhadores do campo para obtenção de benefícios nas relações com seus empregadores. Na verdade, a intenção precípua foi a de propiciar maior circulação de crédito na economia agrícola.³⁴⁹

Sem apresentar maior repercussão prática, de significativo sobre o Decreto n.º 979, tem-se a instituição de uma ideia que será mais bem aproveitada posteriormente. Esse decreto de sindicalização permitia a criação de sindicatos compostos por trabalhadores e produtores rurais com a mencionada finalidade de “estudo, custeio e defesa de seus interesses”,³⁵⁰ demonstrando um incipiente preceito corporativista.

O marco regulatório sindical resta percebido no Decreto n.º 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que regulamentou as associações profissionais e sociedades cooperativas.³⁵¹ Seu projeto fora apresentado pelo mesmo autor do Decreto n.º 979, Deputado Inácio Tosta, a partir de solicitação formulada pela Corporação Operária Cristã de Pernambuco. Segundo Evaristo de MORAES FILHO, sua fonte inspiradora

³⁴⁷ A matéria tratou-se no artigo 2º do Decreto: “A organização desses sindicatos é livre de quaisquer restrições ou ônus, bastando, para obterem os favores da lei, depositar no cartório do Registro de hipotecas do distrito respectivo, com a assinatura e responsabilidade dos administradores, dois exemplares dos estatutos, da ata da instalação e da lista dos sócios, devendo o escrivão do Registro enviar duplicatas à Associação Comercial do Estado em que se organizarem os sindicatos.” *In*: Idem.

³⁴⁸ Regram os artigos 9º e 10 do referido Decreto: “Art. 9º É facultado ao sindicato exercer a função de intermediário do crédito a favor dos sócios, adquirir para estes tudo que for mister aos fins profissionais, bem como vender por conta deles os produtos de sua exploração em espécie, bonificados, ou de qualquer modo transformados. Art. 10. A função dos sindicatos nos casos de organização de caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativa de produção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência, etc., não implica responsabilidade direta dos mesmos nas transações, nem os bens nelas empregados ficam sujeitos ao disposto no n. 8, sendo a liquidação de tais organizações regida pela lei comum das sociedades civis.” *In*: Idem.

³⁴⁹ MORAES FILHO, *O problema...*, pp. 184-186.

³⁵⁰ Vide nota 346.

³⁵¹ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, pp. 50-51.

foi a Lei Francesa de 1884, como admitira o autor do projeto no discurso de sua apresentação.³⁵²

Alguns pontos do decreto mostram-se relevantes para observação. Nota-se, por primeiro, que o Estado não assume a pretensão de controlar os sindicatos. Ao contrário, admite sua constituição sem necessidade de prévia autorização.³⁵³ Independente disso, prevê como condição de agrupamento o exercício “de profissões similares ou conexas”.³⁵⁴ Também garantiu aos sindicatos o direito de reunirem-se em federações ou sindicatos centrais, sem limitação territorial, além de prever o direito de livre associação ao indivíduo.³⁵⁵

O espírito de harmonia entre as classes sociais nas relações contratuais de trabalho, típico do pensamento católico no período, encontra-se no decreto. Um de seus dispositivos³⁵⁶ aprofundou a noção corporativista estabelecida no Decreto n.º 979 de 1903, regrando de forma mais clara e detalhada a possibilidade de criação do que restou denominado de “sindicatos integrais”, a partir da união entre trabalhadores e patronato com o fim de solução de controvérsias nas relações de trabalho.³⁵⁷

Evaristo de MORAES FILHO aborda as disposições da referida lei com enfoque nas suas relações com o Estado, a partir de três critérios objetivos,

³⁵² MORAES FILHO, *O problema...*, pp. 186-188.

³⁵³ É o que se infere do caput do artigo 2º: “Os sindicatos profissionais se constituem livremente, sem autorização do Governo, bastando, para obterem os favores da lei, depositar no cartório do registro de hipotecas do distrito respectivo três exemplares dos estatutos, da ata da instalação e da lista nominativa dos membros da diretoria, do conselho e de qualquer corpo encarregado da direção da sociedade ou da gestão dos seus bens, com a indicação da nacionalidade, da idade, da residência, da profissão e da qualidade de membro efetivo ou honorário.” *In*: BRASIL. Decreto n.º 1.673, de 5 de Janeiro de 1907. Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. *In*: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1907, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 17, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. maio/2010.

³⁵⁴ Estabelece o artigo 1º: “É facultado aos profissionais de profissões similares ou conexas, inclusive as profissões liberais, organizarem entre si sindicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros.” *In*: Idem.

³⁵⁵ O artigo 4º e artigo 5º prevêm, respectivamente: “Art. 4º Os sindicatos terão a faculdade de se federar em uniões ou sindicatos centrais, sem limitação de circunscrições territoriais. As federações terão personalidade civil separada e gozarão dos mesmos direitos e vantagens dos sindicatos isolados. Art. 5º Ninguém será obrigado a entrar para um sindicato sob pretexto algum, e os profissionais que forem sindicatários poderão retirar-se em todo tempo, perdendo, porém, as cotizações realizadas, os direitos, concessões e vantagens inerentes ao sindicato, em favor deste, sem direito a reclamação alguma e sem prejuízo da cotização do ano corrente.” *In*: Idem.

³⁵⁶ Refere-se ao artigo 8º: “Os sindicatos que se constituírem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerado como representantes legais da classe integral dos homens do trabalho e, como tais, poderão ser consultados em todos os assuntos da profissão.” *In*: Idem.

³⁵⁷ RODRIGUES, J.A., *op. cit.*, p. 51.

vinculados à liberdade de: os sindicatos ditarem as regras essenciais de seu funcionamento (autogoverno), de constituição de sindicatos, possibilitando a coexistência de mais de uma associação (pluralidade sindical), e de o indivíduo associar-se ou exonerar-se da entidade sem interferência estatal ou do empresariado. A partir desta análise conclui que “a lei era boa em suas linhas gerais. Liberal, democrática, respeitando o que hoje chamamos de **autonomia sindical**”.³⁵⁸

A despeito de garantir legalmente o direito de livre funcionamento aos sindicatos, na prática o Estado constantemente os impediam de exercê-lo. Se, por um lado, previa o direito de associação aos operários, por outro, quando exercido era frequentemente tolhido, em nome da liberdade de trabalho. A esses obstáculos os sindicatos tentaram transpor almejando maior influência nas relações de trabalho de seus associados, em duas frentes. Contra os capitalistas, com a finalidade de regradar as condições de trabalho, e contra o Estado, objetivando a produção de leis de proteção ao trabalhador.³⁵⁹

A resposta conservadora não tardou. A reação deve ser desdobrada. Num primeiro momento ao movimento operário dispensou-se o aparato repressivo das forças policiais. A história da Primeira República assinala inúmeros atos atentatórios à liberdade de associação e de expressão dos operários. Alguns, fundamentados nos recorrentes estados de sítio, outros nos mecanismos jurídicos criados para legitimar a repressão contra os sindicatos e seus militantes, e muitos praticados em absoluta arbitrariedade e ilegalidade.³⁶⁰

A despeito de a repressão perpetrada, a década de 1910 notabilizou-se pelo clima de intensa agitação operária. Os movimentos grevistas de 1917 e de 1919, além da tentativa frustrada de golpe de orientação anarcossindicalista, em 1918, contribuíram para que a elite dirigente rompesse com a ortodoxia liberal e admitisse legislar em matéria de trabalho. No âmbito internacional, a Revolução Russa, em 1917, serviu como alerta ao capitalismo brasileiro.³⁶¹

Independente da superficial participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, o país firmou o Tratado de Versalhes, assumindo o compromisso de formar um “aparelho técnico-burocrático para organizar a legislação do trabalho e

³⁵⁸ MORAES FILHO, *O problema...*, pp. 147-148; p. 190 (destaque no original).

³⁵⁹ VIANNA, L. W., *op. cit.*, pp. 50-51.

³⁶⁰ Sem pretender ser repetitivo, pois o tema foi tratado no item 1.2.2., são exemplos as Leis Adolpho Gordo, a Lei de repressão do anarquismo, a Lei Infame e etc.

³⁶¹ GOMES, *op. cit.*, p. 86.

superintender sua aplicação”.³⁶² Vale lembrar que o país sofria pressões internacionais para regulamentar as condições de trabalho do operariado, pois a finalidade precípua do Tratado era a de reger as relações de concorrência internacional entre os países capitalistas, ao mesmo tempo em que criava instrumentos para inibir o comunismo.

Antes disso, no Congresso Nacional erguia-se a voz de Maurício de Lacerda em prol da elaboração de leis de proteção aos trabalhadores. Em 1917, apresentou dois relevantes projetos. O primeiro criava um Código do Trabalho. Essa iniciativa sofreu resistência “dentro e fora do Congresso”, naufragando nos “tabus do privatismo”, sendo sua sorte cerrada com a emissão de um telegrama pelo presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, taxando-o de inconstitucional por ofender a liberdade contratual.³⁶³

Do projeto resultou o Decreto n.º 3.724, de 15 de janeiro de 1919, que regulamentou o direito à reparação dos trabalhadores vitimados por acidentes de trabalho, posteriormente regulamentado pelo Decreto n.º 13.498, de 12 de março de 1919. Dentre as diversas regras que compõem os dois decretos, destaca-se a adoção da responsabilidade objetiva do comprador de trabalho em relação ao dever de reparar o trabalhador acidentado³⁶⁴, além dos critérios definidos para fixação da indenização.³⁶⁵

Maurício de Lacerda também foi autor do projeto, convertido no Decreto n.º 3.550, de 16 de outubro de 1918, que criou o Departamento Nacional do Trabalho, com a finalidade de

³⁶² MORAES FILHO, *O problema...*, p. 209.

³⁶³ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 53.

³⁶⁴ Dispõe o artigo 2º do Decreto n.º 13.498: “O acidente, nas condições do artigo anterior, quando ocorrido pelo fato do trabalho ou durante este, obriga o patrão a pagar a indenização ao operário ou à sua família, excetuados apenas os casos de força maior ou dolo da própria vítima ou de estranho. Parágrafo único. Não constitui força maior a ação das forças naturais, quando ocasionada ou agravada pela instalação do estabelecimento, pela natureza do serviço ou pelas circunstâncias que efetivamente o cercarem.” *In*: BRASIL. Decreto n.º 13.498, de 12 de março de 1919. Aprova o regulamento para execução da Lei n.º 3.724, de 15 de janeiro de 1919, sobre as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. *In*: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1919, V. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 163, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010.

³⁶⁵ Como exemplo cita-se o artigo 8º do Decreto 3.724: “Em caso de incapacidade total e permanente, a indenização a ser paga à vítima do acidente consistirá em uma soma igual á do seu salário de três anos.” *In*: BRASIL. Decreto n.º 3.724, de 15 de janeiro de 1919. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. *In*: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1919, V. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 166, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010.

a) preparar e dar execução regulamentar às medidas referentes ao trabalho em geral; b) dirigir e proteger as correntes emigratórias que procurarem o país e amparar as que se formarem dentro do mesmo; c) superintender a colonização nacional e estrangeira; d) executar todas as medidas atinentes ao serviço das terras devolutas do Acre, a que se referem os decretos números 10.105 e 10.320, de 5 de março e 7 de julho de 1915, exercendo, para isso, as atribuições que deveriam ser conferidas à Diretoria de Terras Públicas, conforme o disposto no primeiro dos aludidos decretos; e) regulamentar e inspecionar o Patronato Agrícola.³⁶⁶

A efetividade da medida dependia de regulamentação, que somente ocorreu em 1923, quando houve sua substituição com a criação do Conselho Nacional do Trabalho que detinha, além da denominação, atribuições distintas, pois serviria de órgão consultivo do Poder Executivo em “assuntos atinentes à organização do trabalho e da previdência social”.³⁶⁷ A alteração implicou a passagem de um organismo com responsabilidade de elaboração, fiscalização e execução da legislação trabalhista, como concebido inicialmente, para uma mera instituição consultiva.

De interesse dos trabalhadores urbanos em geral, podem ser citadas duas iniciativas legislativas nesse período. A primeira estabeleceu o direito à fruição de quinze dias anuais de férias aos trabalhadores da indústria, comércio, bancos e outros. O Decreto n.º 4.982, de 24 de dezembro de 1925, teve sua regulamentação pelo Poder Executivo apenas em outubro de 1926.³⁶⁸

O mecanismo previsto para fiscalização do cumprimento do referido direito pelo patronato foi prorrogado duas vezes.³⁶⁹ Independente disso, a queixa dos trabalhadores e de seus sindicatos residiu no descumprimento do preceito, sem que o Estado impusesse sanções aos empresários.³⁷⁰

Objeto de incessante reivindicação durante os movimentos operários na Primeira República a regulamentação do trabalho do menor somente ocorreu com a edição do Decreto n.º 5.083, de 1 de dezembro de 1926. Dentre seus inúmeros

³⁶⁶ Artigo 2º do Decreto 3.550. BRASIL. Decreto n.º 3.550, de 16 de outubro de 1918. Autoriza o Presidente da República a reorganizar, sem aumento de despesas, a diretoria do serviço de povoamento dando-lhe a denominação de Departamento Nacional do Trabalho. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1918, V. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 168, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010

³⁶⁷ MORAES FILHO, *O problema...*, p. 209.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ O artigo 21 do Decreto n.º 17.496 estabelecia um prazo de noventa dias para os trabalhadores entregarem as “cadernetas de trabalho” aos tomadores do trabalho, também prevendo 120 dias para que estes encaminhassem ao Conselho Nacional do Trabalho a relação dos operários com as datas de fruição das férias. Os prazos foram prorrogados até 30 de junho de 1927 pelos Decretos n.º 17.759 e n.º 17.760.

³⁷⁰ GOMES, *op. cit.*, p. 181.

dispositivos constou a proibição do trabalho de menores de doze anos e com idade entre doze e quatorze anos que não tivessem concluído o ensino primário, à exceção daqueles cujo trabalho tornasse “indispensável para a subsistência” da família, desde que com autorização governamental para tanto.³⁷¹

Outro modelo de iniciativa em prol dos trabalhadores foi a que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões às empresas da Estrada de Ferro. O Decreto n.º 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como Lei Elói Chaves, inovou ao tratar da questão previdenciária no país. Sua importância refletiu na introdução dos princípios que nortearão o sistema de previdência social, a partir da participação econômica tripartite³⁷² (Estado, trabalhadores e empresariado).³⁷³ Tais vantagens restaram estendidas pelo Decreto n.º 5.109, de 20 de dezembro de 1926, regulamentado pelos Decretos do Poder Executivo n.º 17.940 e n.º 17.941, ambos de 1927, aos trabalhadores portuários e marítimos.³⁷⁴

A relevância jurídica da Lei Elói Chaves é notada na criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões, mas também na instituição da estabilidade no emprego dos trabalhadores que completassem dez anos de contrato na empresa, que somente poderiam ser dispensados do emprego por falta grave “constatada em inquérito administrativo, presidido por um engenheiro da Inspetoria e Fiscalização

³⁷¹ Infere-se dos artigos 59 e 60 do Decreto n.º 5.083: “Art. 59. É proibido em todo o território da Republica o trabalho aos menores de 12 anos. Art. 60. Igualmente não se pode ocupar maiores dessa idade que contem menos de 14 anos, e que não tenham completado sua instrução primária. Todavia a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus pais ou irmãos, contanto que recebam a instrução escolar, que lhe seja possível.” In: BRASIL. Decreto n.º 5083, de 01 de dezembro de 1926. Institui o Código de Menores. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1926, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 79, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010.

³⁷² Estabeleceu o artigo 3º do Decreto: “Formarão os fundos da caixa a que se refere o art. 1º: a) uma contribuição mensal dos empregados, correspondente a 3 % dos respectivos vencimentos; b) uma contribuição anual da empresa, correspondente a 1 % de sua renda bruta; c) a soma que produzir um aumento de 1 1/2 % sobre as tarifas da estrada do ferro; d) as importâncias das jóias pagas pelos empregados na data da criação da caixa e pelos admitidos posteriormente, equivalentes a um mês de vencimentos e pagas em 24 prestações mensais; e) as importâncias pagas pelos empregados correspondentes à diferença no primeiro mês de vencimentos, quando promovidos ou aumentados de vencimentos, pagas também em 24 prestações mensais; f) o importe das somas pagas a maior e não reclamadas pelo público dentro do prazo de um ano; g) as multas que atinjam o público ou o pessoal; h) as verbas sob rubrica de venda de papel velho e varreduras; i) os donativos e legados feitos à Caixa; j) os juros dos fundos acumulados.” In: BRASIL. Decreto n.º 4.682 de 24 de janeiro de 1923. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1923, v.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 126, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. maio/2010.

³⁷³ GOMES, *op. cit.*, p. 95.

³⁷⁴ MORAES FILHO, *O problema...*, p. 209.

das Estradas de Ferro”.³⁷⁵ Essa regra será mais tarde aperfeiçoada constando tanto na Lei 62, de 1935, quanto no artigo 492 da CLT.

Como restou mencionado, parte do movimento sindical pretendeu resistir à ordem capitalista, opondo-se à exploração desmedida pelo empresariado, propugnando por melhores salários, condições de vida, enfim, na busca pela inclusão social. Outro segmento objetivou a concretização do sonho de uma sociedade mais justa e igualitária com a superação do modo de produção capitalista.

A elaboração de algumas leis estipulando direitos aos trabalhadores não quis significar o reconhecimento pelo Estado da necessidade de ampliação da cidadania às classes subalternas ou a efetividade da pretensão proletária. Representou, em verdade, a cessão parcial a uma fração do movimento sindical que procurou implementar melhorias nas condições de vida do operariado. Ao mesmo tempo, exprimiu a resistência estatal às organizações sindicais no que concerne à modificação do sistema. As primeiras leis trabalhistas expressaram, ainda que timidamente, mudança de concepção estatal sobre o dogma da liberdade de trabalho. Isso melhor se evidenciou com a emenda constitucional 22 de 1926 que alterou a redação do artigo 34 da Constituição liberal de 1891, a fim de permitir à União legislar em matéria de trabalho e previdência, competência anteriormente atribuída aos estados federados.

A legislação trabalhista teve por finalidade a preservação do sistema, com a tentativa de acomodar o operariado com a concessão de alguns direitos, além de subjugar a classe trabalhadora impondo-lhe mecanismos de controle.³⁷⁶ Apesar disso, a burguesia industrial ofereceu resistência à elaboração legislativa. Seu comportamento revelou, contudo, uma guinada de direção com o passar dos anos. Contudo, isso não quis significar cumprimento das leis existentes, que permaneceram sendo desrespeitadas.

Em um primeiro momento, a atuação empresarial ocorrerá com a finalidade de impedir a criação de leis em favor dos trabalhadores em nome do liberalismo ortodoxo a que se vinculava. A resistência será oferecida a partir de associações de classe, fundadas com objetivo de defender os interesses dos industriais. Nessa

³⁷⁵ Artigo 42 do Decreto n.º 4. 682, de 1923: “Depois de 10 anos de serviços efetivo o empregado das empresas a que se refere a presente lei só poderá ser demitido no caso de falta grave constatada em inquérito administrativo, presidido por um engenheiro da Inspetoria e Fiscalização das Estradas de Ferro.” In: MORAES FILHO, Prefácio..., p. 16.

³⁷⁶ BERNARDO, *op. cit.*, p. 86.

etapa apoia-se nos aparelhos repressivos do Estado para conter as manifestações operárias.³⁷⁷

O crescimento da agitação popular com consequente recrudescimento de distúrbios nos centros urbanos induzirá a elite política, pertencente à oligarquia agroexportadora, a romper com o dogma da liberdade absoluta de trabalho e a aceitar a regulação das relações contratuais, mantendo-as intocadas no campo.³⁷⁸ Antes disso, porém, o Estado buscou imiscuir-se no movimento operário, com a tentativa de aproximação de trabalhadores mediante o incentivo à criação de sindicatos colaboracionistas ou mesmo com a organização de um congresso operário em 1912.³⁷⁹

Se num primeiro momento houve a contestação, no seguinte a burguesia industrial e comercial tentará minimizar os prejuízos, opondo argumentos para restringir a ação estatal. Nesse sentido, procurou estabelecer a distinção entre tutela e regulamentação estatal, a partir da aceitação de limites às relações contratuais, desde que sem exageros. Mais uma vez, a atuação burguesa junto ao Estado ocorreu por seus organismos classistas, especialmente na Comissão de Legislação Trabalhista da Câmara dos Deputados, que tinha por atribuição o debate e elaboração sobre os projetos de lei de iniciativa estatal.³⁸⁰

Mais tarde, entretanto, o pensamento das elites amadurecerá, especialmente quando vislumbrar a utilidade da legislação trabalhista de caráter estatal. Isso não significará concordância com novas medidas, pois nesse aspecto a resistência patronal é histórica, mas sim, assimilação da importância e defesa da legislação existente. O patronato também superou sua ortodoxia liberal.

Os trabalhadores pretenderam opor resistência ao capitalismo. Contra ela, o Estado oligárquico resistiu. Inicialmente, com os usuais instrumentos de repressão aos operários. Depois, adotou forma mais sutil e inteligente de capitulação das classes dominadas com ferramentas conhecidas, mas que eram por elas postuladas. Os primeiros direitos trabalhistas não significaram a cessão dos dedos, mas dos anéis por parte do Estado capitalista.³⁸¹ Representaram a pretensão do operariado resistida.

³⁷⁷ GOMES, *op. cit.*, p. 105.

³⁷⁸ VIANNA, *op. cit.*, p. 47.

³⁷⁹ CARVALHO, O proletariado..., p. 179.

³⁸⁰ GOMES, *op. cit.*, p. 107.

³⁸¹ RAMOS FILHO, *op. cit.*

O período da República oligárquica encerrou-se com um golpe militar, em outubro de 1930, que se convencionou tratar por revolução, e que inaugurará uma nova etapa histórica no país, com a adoção deflagrada de um Estado forte e autoritário, a partir da opção pelo corporativismo.

4 A IMPLANTAÇÃO DO CORPORATIVISMO NO BRASIL

A Primeira Guerra Mundial produziu efeitos desastrosos na Europa. Países considerados como berço do liberalismo sofreram com suas economias arruinadas pela inflação e pelo desemprego. Após o armistício, guerras civis ocorreram obrigando o deslocamento de um grande contingente humano que criou apátridas e minorias, alimentando o ódio latente.³⁸² O sentimento de revanche, humilhação, a grave crise econômica e o receio declarado do comunismo criaram campo propício à proliferação de regimes autoritários em vários países. Mostra-se emblemático o fato de que pouco antes de iniciar a Segunda Guerra Mundial o número de governos constitucionais existentes no mundo fosse inferior à metade daquele constatado em 1920.³⁸³

A ameaça ao liberalismo-democrático, até então reinante, não proveio de regimes de esquerda, mas sim, da direita conservadora, cujas forças que o derrubaram tinham três características comuns: (i) eram contra a revolução social; (ii) eram autoritárias e hostis às instituições liberais; (iii) eram nacionalistas, seja por ressentimento aos Estados estrangeiros, seja porque com isso obtinham popularidade.³⁸⁴

Na Europa, a crítica das correntes reacionárias centrava-se na democracia e em seus postulados, podendo ser seccionada em cinco perspectivas: filosófica, histórica, ética, científica e política.

Na primeira, o pensamento autoritário contrapunha-se à democracia porque a entendia como produto do iluminismo, sendo questionada a sua concepção de sociedade e de Estado, ou seja, “individualista, não-solidária, mecanicista, não-orgânica, não-qualitativa, naturalista, ou, sem mais, materialista, não espiritualista, atomista e atomizante, não-comunitária”. Na perspectiva histórica percebe-se o olhar pejorativo sobre a Revolução Francesa com as censuras formuladas sobre as noções de progresso constante da humanidade a partir dos ideais de liberdade e

³⁸² ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. 6. reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 2006, pp. 300-301.

³⁸³ Eric HOBSEBAWN demonstra que em 1920, havia, ao menos, trinta e cinco governos democráticos no mundo, enquanto em 1938 existiam dezessete e, apenas, sete em 1944 (cf. HOBSEBAWN, E. *A Era dos Extremos*: O breve século XX: 1914-1991. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.115).

³⁸⁴ *Ibidem*, pp. 116-117.

igualdade. Contra isso, opõe-se uma filosofia da história que apregoa alternância em ciclos, com crescimento e queda das civilizações.³⁸⁵

Do ponto de vista ético, os críticos reacionários se debruçam sobre os valores do sistema democrático, entendendo-os como depreciativos e inúteis, especialmente “o espírito de compromisso”, que aponta soluções aos problemas políticos pela negociação, e o sufrágio universal. Em seu aspecto mais negativista os conservadores identificam a moral democrática com a da sociedade de massas e das soluções pacíficas de conflitos, enquanto eles celebram a guerra como virtude das raças destinadas a comandar.³⁸⁶

No viés científico, a análise conservadora reside no questionamento da soberania popular como ‘fórmula política’ e não como teoria científica. Nesse aspecto, a verdade se encontraria na diferenciação entre as poucas pessoas aptas a dirigirem a sociedade e as muitas que devem ser guiadas. Segundo seus formuladores, esse fato restaria cientificamente comprovado. Politicamente as críticas residem contra o parlamentarismo e as relações internacionais. A democracia permitira o acesso de representantes das classes populares ao parlamento, rompendo com a premissa de que a função dirigente competiria somente às elites. Mais que isto. O sistema parlamentar significaria a representação de diversos segmentos sociais, disseminando ainda mais as divisões internas. Por outro lado, o crescente nacionalismo implicava supremacia das forças bélicas, necessitando da demonstração da potência estatal por conquistas militares.³⁸⁷

O corporativismo, surgido na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se principalmente no período entre as duas guerras mundiais a partir dessas perspectivas históricas, ou seja, como negação à democracia e como reação capitalista autoritária contrária ao crescimento do socialismo.

³⁸⁵ BOBBIO, N. *Do BOBBIO, N. Do fascismo à democracia: os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 47.

³⁸⁶ Ibidem, pp. 52-53.

³⁸⁷ Ibidem, pp. 53-57.

4.1 A DOUTRINA CORPORATIVISTA

Em meio ao receio das elites dominantes de instituir-se o sistema socialista foi elaborada a teoria corporativista.³⁸⁸ Esta doutrina fora apresentada como alternativa entre o liberalismo e o socialismo. O primeiro era indicado pelos corporativistas como propulsor de desigualdades que acirravam a luta entre classes. O socialismo era criticado por “impor pela força o que seria uma falsa igualdade social, por pregar o materialismo e, ainda, por negar valores tradicionais das culturas e das religiões de cada país”.³⁸⁹

Tornara-se indispensável implementar um modelo que corrigisse as mazelas causadas pelo acento exagerado no individualismo liberal, sem recorrer-se ao sistema socialista. Adverte-se que, ao contrário do sustentado por alguns autores, os corporativistas não pretendiam (e nem assumiam interessar-lhes) a superação do regime capitalista com sua substituição pelo corporativismo.³⁹⁰ De acordo com os principais teóricos desta doutrina, seu escopo residiria na promoção de melhorias ao capitalismo, por medidas estatais que visassem à minoração dos lucros e, conseqüentemente, atenuassem a exploração da classe operária. Afinal, o corporativismo permitiria a manutenção do sistema capitalista a partir da supressão de suas primordiais vicissitudes.³⁹¹

A doutrina corporativista tem a pretensão de ser universal. Para atender a esta finalidade foi elaborada com “suficiente elasticidade”, a fim de não impor “aos povos senão certos princípios gerais, que não envolvem a aplicação uniforme do

³⁸⁸ REALE, M. *Obras Políticas (1ª Fase – 1931/1937)*. Brasília: UNB, 1983. 3v, pp. 8-10.

³⁸⁹ D'ARAUJO D'ARAUJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J. (Org.), DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu ao Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil republicano; v.2), p. 217.

³⁹⁰ Não pode ser distinta a conclusão a partir da leitura do seguinte trecho: “No início do século XX, a doutrina ganhava vigor em vários países e era apresentada como alternativa tanto para o capitalismo quanto para o socialismo.” (Idem).

³⁹¹ Vale a menção: “Verifica-se, assim, que o capitalismo, como sistema econômico, não pode ser suprimido. Fala-se atualmente, com frequência em *falência do capitalismo*; mas é exagero. Porque a falência e até a morte é do liberalismo capitalista, assim como falido à nascença é o capitalismo socialista. (...) No sistema corporativo trata-se, apenas, de eliminar os defeitos do capitalismo individualista ou socialista. (Cf. GONÇALVES, L. C. *Princípios de Direito Corporativo*. Lisboa: Livraria Teixeira, 1935, p. 46, destaque no original). No mesmo sentido, CHIARELLI, G. *Lo stato corporativo*. Padova: CEDAM, 1936, p. 57.

sistema”.³⁹² Logo, o corporativismo mostrou-se maleável e pôde ser adaptado às condições presentes nos países em que restou implantado, com variações nas “mais diversas e contraditórias crenças políticas”.³⁹³ Isso significa que esta abordagem enfocará aspectos doutrinários gerais sem ambicionar discorrer sobre as peculiaridades do corporativismo, nos mais diversos países que o adotaram.

4.1.1 Aspectos teóricos do corporativismo

Sem pretender exaurir os diversos significados atribuídos ao corporativismo, para Leôncio Martins RODRIGUES, em perspectiva economicista da doutrina, pode-se definir corporativismo como modo de articulação das “classes sociais, ou das ‘forças produtivas’, através de uma ação reguladora do Estado, que busca integrar os grupos profissionais representativos do Capital e do Trabalho em organizações verticais e não-conflitivas”.³⁹⁴

Na concepção de Philippe SCHMITTER, corporativismo define-se como

um sistema de representação de interesses no qual as unidades componentes são organizadas num número limitado de categorias singulares, compulsórias, não competitivas, ordenadas hierarquicamente e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou licenciadas (se não criadas) pelo estado e providas de um monopólio representativo deliberado dentro de suas respectivas categorias observando em troca certos controles em sua escolha dos líderes e articulação de exigências e apoios.³⁹⁵

Por essa razão o corporativismo é caracterizado por ser uma forma vertical (de cima para baixo) de organização, em que cada indivíduo é considerado uma parte do Estado, pois compõe uma estrutura que pertence à máquina estatal. Nele não há lugar para os interesses individuais ou coletivos, disputas políticas ou

³⁹² MANOÏLESCO, M. *O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro*. Tradução de Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. XI. Evaldo VIEIRA retrata que Oliveira Vianna apropriou-se da teoria deste autor romeno para fundamentar seu corporativismo, entretanto, abstraindo seus traços totalitários. (cf. VIEIRA, E. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*: Oliveira Vianna & companhia. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1981, p. 43.)

³⁹³ GOLOB, E. O. *Os “ismos”: história e interpretação*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ipanema, s/d, p. 535.

³⁹⁴ RODRIGUES, L. M. *Partidos e sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990, p. 54.

³⁹⁵ SCHMITTER, P. C., *apud* STEPAN, A. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Tradução de Mariana Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Paz e Terra, 1980, p. 92.

classistas, pois devem ser sobrepostos pelos interesses nacionais.³⁹⁶ Sua finalidade, portanto, resta evidenciada na promoção de harmonia e colaboração entre as classes sociais em nome de valores superiores identificados com a nação.³⁹⁷

A teoria corporativista significa a negação aos preceitos liberais. O excesso de individualismo causara egoísmo acentuado. Seus efeitos acirrariam a luta de classes, gerando intranquilidade na sociedade. Aos conservadores restou a alternativa de retomar instituições e valores do medievo, adaptando-os à nova realidade. Buscou-se, nostalgicamente, uma época em que a divisão entre classes não implicava confronto, diante da consciência do papel exercido dentro da hierarquia social. Assim, cada estamento teria a noção de sua função na sociedade orgânica.³⁹⁸

Os regimes corporativos foram adotados por governos nacionalistas, autoritários e fortes que costumavam governar de cima para baixo, muitas vezes renegando também a democracia eleitoral, contando com apoio da Igreja Católica Romana.³⁹⁹ Para eles, não havia espaço para o antagonismo entre classes sociais, o que induziu sua identificação com os movimentos fascistas. Assim, restaria necessária a harmonização entre os objetivos de trabalhadores e capitalistas em prol de interesses gerais da nação, esta considerada o Estado. Assim, interesses nacionais seriam os arbitrados pelo Estado.⁴⁰⁰

Cumprir mencionar as imbricações nas relações mantidas entre indivíduo, corporações e ente estatal. Este se impõe como representante dos objetivos gerais da sociedade, estabelecendo a “coordenação e a limitação dos interesses particulares”.⁴⁰¹ Cabe a ele submeter pretensões individuais e coletivas às gerais, que significariam o desenvolvimento e a proteção da produção nacional.

Os corporativistas negavam a noção atinente ao contrato social de que os indivíduos seriam preexistentes à sociedade, contratando livremente o Estado. Com uma forma de pensar peculiar, afirmavam que “a sociedade é um fato histórico e psíquico nitidamente ligado à própria estrutura do indivíduo”. Assim, o “Estado é, pois, a expressão suprema da coletividade nacional e aparece como um

³⁹⁶ D'ARAUJO, *op. cit.*, p.220.

³⁹⁷ SÁ SÁ, M. A. *O corporativismo no campo da Economia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942, p. 46.

³⁹⁸ HOBBSAWN, *op. cit.*, p. 117.

³⁹⁹ *Ibidem*, p.118.

⁴⁰⁰ BARASSI, L. *Diritto Sindicale e Corporativo*. 2. ed. Milano: D. A. Giufrfré, 1934, p. 58.

⁴⁰¹ Tradução livre de: “(...) nel coordinamento e nella limitazione degli interessi particolari.” (cf. CHIARELLI, *op. cit.*, p. 94.)

instrumento, não ao serviço do indivíduo, mas ao de uma finalidade, que o ultrapassa”.⁴⁰²

As corporações seriam as instituições onde se estabeleceria a conciliação social, propiciada pela supremacia dos interesses gerais. Isso permitiu a elaboração da teoria que sustentou identidade entre indivíduo e Estado dentro dos organismos corporativos, a partir da abstração de sua vontade singular e com atuação em benefício da sociedade.⁴⁰³

Essa linha de raciocínio fora adotada para justificar a eliminação dos interesses particulares dentro das corporações, além de possibilitar a conclusão de que o direito se restringiria ao direito público. Contudo, este não constituiu pensamento dominante. Isso porque mesmo nos períodos de turbulência social e de negação radical aos preceitos liberais houve autores – do campo autoritário e corporativista – que se posicionaram contrariamente. A crítica corriqueira seria de que a identificação entre indivíduo e Estado significaria dizer que a vontade do sujeito seria igual à do Estado, o que levaria ao individualismo radical ou ao absolutismo. Igualmente, propugnavam pela clara distinção entre direito público e privado.⁴⁰⁴

Se os direitos (ou interesses) individuais não deveriam ser anulados dentro das corporações, como pretenderam os doutrinadores mais autoritários, isso não quer significar que se equiparariam aos coletivos e gerais. Ao contrário. Neste caso, há hierarquia entre os interesses, formando-se uma pirâmide que detêm no vértice o Estado, seguido das corporações, dos sindicatos e na base os indivíduos.⁴⁰⁵

A supremacia dos interesses gerais sobre os coletivos e particulares deveria ser realizada por duas formas. A primeira consiste na formação da consciência corporativa, afinal, seria necessário que o indivíduo ou as categorias abdicassem de seus objetivos em favor daqueles definidos pelo Estado. Isso somente tornar-se-ia factível através da educação e da “elevação moral” dos membros de uma corporação, o que forjaria a “ética funcional”. Para tanto, adotou-se a propaganda

⁴⁰² MANOILESCO, *op. cit.*, pp. 44-45.

⁴⁰³ A teoria referida é de autoria de VOLPICELLI, descrita em CEZARINI-SFORZA, W. // *corporativismo come esperienza giurídica*. Milano: Dott. A. Giuffré, 1942, pp. 158-159.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 170 *et. seq.*

⁴⁰⁵ MANOILESCO, *op. cit.*, p. 49.

em grande escala dos valores corporativistas. Nesta ética os interesses superiores suplantariam os inferiores e ambos seriam fiéis aos interesses nacionais.⁴⁰⁶

Os doutrinadores corporativistas aproveitaram o espírito nacionalista em efervescência na Europa do período entre guerras para elaborar o fundamento ético da pacificação entre as classes sociais. Com a perspectiva de que a luta de classes enfraquecia o sentimento nacionalista entre os cidadãos e que, em certo aspecto, os capitalistas nacionais seriam espoliados internacionalmente, fazia-se, portanto, necessária a colaboração entre as classes a fim de que juntas contribuíssem para formação do Estado Nacional.⁴⁰⁷

Sem negar a existência de contradições econômicas, que induzia ao antagonismo entre capitalistas e proletários, os corporativistas defendiam a supremacia da vontade nacional a partir de um Estado que se dissimulara neutro e não classista, como se percebe da seguinte passagem: “o nacionalismo não justificava nem admitia a soberania burguesa, proletária ou capitalista; reconhecia somente a soberania da nação;”.⁴⁰⁸

A outra forma de submissão de indivíduos, sindicatos e corporações aos interesses gerais ou nacionais tornou-se viável pelo direito, a partir de um ordenamento jurídico corporativo que regulamentara a economia coletiva, organizando-a juridicamente.⁴⁰⁹

A doutrina jurídica italiana elaborou preciso conceito de princípio jurídico corporativo, entendendo-o como “o princípio da representação dos interesses coletivos da categoria, que objetiva a organização e a proteção jurídica dos mesmos, além de perseguir os interesses superiores da produção nacional”.⁴¹⁰ Do conceito extraem-se seus aspectos, identificando-os como a (i) finalidade de organizar e reger a economia considerando-a como de interesse público, (ii) mediante a tutela jurídica dos interesses coletivos constituídos nas relações econômicas e de trabalho;

⁴⁰⁶ Ibidem, pp. 139-144.

⁴⁰⁷ BELLOMO BELLOMO, P. B. *Dallo stato liberale alla politica corporativa*. Padova: CEDAM, 1936, p.110.

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 109.

⁴⁰⁹ CHIARELLI, *op. cit.*, *passim*.

⁴¹⁰ Tradução livre de: “*il principio della rappresentanza degli interessi collettivi di categoria, diretta alla organizzazione e alla protezione giuridica degli interessi medesimi, e al contemporaneo perseguimento degli interessi superiori della produzione nazionale*”. In: CHIARELLI, *op. cit.*, p. 101.

(iii) a partir de instrumentos jurídicos que permitam ação direta ou indireta do Estado nas relações produtivas.⁴¹¹

Esse princípio corporativo possibilitou a intervenção estatal, pelas corporações, nas relações jurídicas privadas.⁴¹² Mais pretensiosamente, asseverou Giuseppe CHIARELLI que esta premissa fora incorporada às fontes de direito, somando-se a outros princípios gerais a fim de interferir nas relações privadas, por restringir a autonomia da vontade contratual.⁴¹³ Assim, o ordenamento jurídico corporativo tem como características fundamentais “a representação dos interesses coletivos da categoria; a eficácia substitutiva do ato coletivo; administração coletiva dos interesses da produção nacional”.⁴¹⁴

Para facilitar o cumprimento dessa finalidade estatal os sindicatos se transformariam de órgãos privados de luta de classe em instituições de direito público que deveriam colaborar com o Estado para que este atingisse seus fins. Com isso, almejava-se a pacificação social que seria alcançada nas corporações.⁴¹⁵

A imperiosa harmonia entre as classes somente seria obtida por um Estado não classista que se impusesse como neutro e pacificador dos conflitos sociais. Um Estado que permitisse o desenvolvimento econômico ao passo que inibiria à exploração do proletariado. Evidentemente, que se trata de um poder constituído dissimulado⁴¹⁶ a fim de sonegar seu caráter classista.

Para atender a essa perspectiva restaria indispensável negar o exercício da autotutela pelas classes sociais na ocorrência de um conflito coletivo de trabalho. O ordenamento jurídico corporativo não poderia, portanto, reconhecer a greve e o locaute como meios juridicamente válidos para solução de conflitos. Ao contrário, a preservação de harmonia e colaboração nas relações de produção interessava ao Estado e se constituía em dever tanto de trabalhadores quanto de capitalistas. Logo, tratara-se de “dever de trabalhar”, “dever de colaborar” com o Estado, abstendo-se de realizar a greve.⁴¹⁷

⁴¹¹ MAZZONI, G. *Il principio corporativo: nell'ordinamento giuridico italiano*. Padova: CEDAM, 1940, p. 12.

⁴¹² Ibidem, p. 17.

⁴¹³ CHIARELLI, *op. cit.*, pp. 116-117.

⁴¹⁴ Tradução livre de: “a) *rapresentanza degli interessi collttivi di categoria*; b) *efficacia sostitutiva dell'atto collettivo*; c) *amministrazione collettivaq degli interessi della produzione nazionale*.” In: Ibidem, p. 99.

⁴¹⁵ CABANELLAS, G. *Derecho sindical e corporativo*. Buenos Aires: Atalaya, 1946, p. 159.

⁴¹⁶ No item 4.2 o tema será retomado.

⁴¹⁷ BARASSI, *op. cit.*, p. 66.

As entidades sindicais detinham poder para celebrar instrumentos coletivos de trabalho, criando regras com eficácia *erga omnes*, ou seja, aplicação aos representados entendendo-os como os pertencentes às categorias, independentemente de serem associados ou não às entidades de classe. Na existência de um conflito coletivo causado pelo dissenso entre os sindicatos, para seu encerramento, sem prolongar o enfrentamento, seria necessária decisão jurisdicional ou corporativa com a mesma eficácia.⁴¹⁸

Nas ocasiões em que o conflito seria inevitável caberia ao Estado resolvê-lo. O modo em que isso aconteceu diferenciou-se. Em alguns países as corporações alcançavam a solução do conflito pelo direito que lhes era conferido de criar normas impessoais, abstratas, gerais, de eficácia *erga omnes* e com força coercitiva para conciliar os interesses do capital e do trabalho. Em outros países esse poder foi conferido à Magistratura do Trabalho.⁴¹⁹

Não se pode olvidar que tanto as corporações como o Poder Judiciário tinham a finalidade precípua de sobrepor os interesses nacionais aos dos litigantes⁴²⁰, ou melhor, deveriam visar ao desenvolvimento da produção nacional. Para tanto, a solução residia na imposição autoritária da vontade estatal pelo poder normativo concedido ou às corporações ou à Justiça do Trabalho.

Revela-se, portanto, a necessidade de o Estado submeter os sindicatos ao seu controle. A atuação como órgãos de representação de classe somente seria permitida aos reconhecidos pelo poder estatal. Somente poderiam participar das corporações os sindicatos oficiais, pois nelas exerceriam função pública, agindo como organismos auxiliares do Estado. Para que a subserviência se garantisse, restou essencial impedir o reconhecimento de mais de um sindicato ou corporação com a finalidade de representar as mesmas atividades profissionais ou econômicas.⁴²¹

Em linhas gerais, pode-se tecer distinção entre duas espécies de doutrinas corporativistas. A forma mais branda fora denominada por “corporativismo social” ou de associação⁴²², sendo mais corriqueira a católica, em que os “grupos são

⁴¹⁸ CHIARELLI, *op. cit.*, pp. 88-89.

⁴¹⁹ BARASSI, *op. cit.*, pp. 81 *et. seq.*

⁴²⁰ MILANI, F. *Il diritto sindacale nel sistema del diritto*. Milano: D. A. Giuffré, 1940, p. 204.

⁴²¹ BARASSI, *op. cit.*, pp. 79 *et. seq.*

⁴²² Os autores portugueses da época identificaram o corporativismo instituído durante a ditadura de Salazar (1932-1968), especialmente antes de iniciar a Segunda Guerra Mundial, como corporativismo híbrido porque não seria de Estado nem de associação. (cf. MARQUES, H. *A essência do*

independentes do estado e na verdade penetram neste”.⁴²³ A despeito de necessitar de chancela estatal a partir da outorga de reconhecimento para que exista e exerça suas funções, as corporações não se constituem em órgãos de direito público ou mesmo integram o aparato do Estado.⁴²⁴ Pode-se asseverar que há reconhecimento estatal para que as corporações e os sindicatos possam exercer funções que são concebidas como públicas, logo, tratar-se-ia de uma espécie de descentralização do poder do Estado.

Como reação ao socialismo, crescente na Europa, no final do século XIX, a Igreja Católica dirigiu olhar à questão proletária. A transformação na sua posição diante das classes subalternas intensificou-se a partir da Encíclica *Rerum Novarum*, editada pelo Papa Leão XIII. Os termos da obra permitem assimilação de seus verdadeiros objetivos: ao mesmo tempo em que condena a prática socialista trata do direito das classes subjugadas com a visão paternalista da caridade cristã:

E os deveres de justiça e de caridade pertencem ao domínio da moral, portanto da Igreja sua guarda vigilante. (..) Igreja que, pelas suas numerosas instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; (...) De uma maneira geral recordem-se o rico e o patrão que explorar a pobreza e a miséria, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas...⁴²⁵

O corporativismo abraçado pela Igreja Católica demonstrara a concepção antiliberal que permeava referida instituição religiosa. Também representava o retorno aos “valores perdidos”,⁴²⁶ após a influência iluminista que acarretou a superação da época em que o poder da Igreja confundia-se com o estatal. A retomada corporativista importava a tentativa de recuperar espaços na estrutura do Estado.

Para difusão do movimento operário católico foram lançadas três tendências importantes na luta contra o comunismo: a afirmação dos valores tradicionais e cristãos; nova noção das relações entre política econômica e social; criação de

Corporativismo em Portugal. 2.ed. Braga: Cruz, 1952, *passim*; BASTOS, J. P. *O Estado Corporativo*. Salvador: Progresso, 1958, *passim*).

⁴²³ STEPAN, *op. cit.*, p. 100.

⁴²⁴ SÁ, *op. cit.*, pp. 29-30.

⁴²⁵ Texto citado da Encíclica *Rerum Novarum* extraído de: BEJA, M. F. *A Igreja, o operário e o Corporativismo*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1940, pp. 160 *et. seq.*

⁴²⁶ STORNI, H. J. *El parlamentarismo y la representacion corporativa*. Buenos Aires: Valerio Abeledo, 1943, p. 109.

instituições corporativistas.⁴²⁷ Para instigar o desenvolvimento da organização católica tornou-se primordial defender a autonomia das novas organizações perante o Estado (o racionalismo impusera o Estado laico, o que desagradava os católicos), além de apregoar a pluralidade sindical. Evidentemente que se mostrara crucial a Igreja a criação de condições de concorrência com os sindicatos oficiais, controlados pelo Estado. Isso somente se viabilizaria com a possibilidade jurídica de fundação de outras entidades sindicais sob influência católica.⁴²⁸

A despeito de ser considerado menos austero que a outra espécie, o corporativismo católico circulou com facilidade no pensamento autoritário. Sua interferência na formação do corporativismo em Portugal resta perceptível, assim como se demonstrou efetivo na organização do movimento integralista no Brasil. A perspectiva elitista evidenciada na *Rerum Novarum* ao negar o direito à igualdade entre os homens, na tentativa de justificar a desigualdade social e econômica, pode ser relacionada como possível justificativa. Aliás, modo de pensar que transparece no texto de um dos arautos do integralismo brasileiro:

Suposta a colaboração orgânica, para a tranquilidade, a doutrina católica reivindica para o Estado a dignidade e a autoridade de defender vigilante e providente dos direitos divinos e humanos, sobre os quais as Sagradas Escrituras e os Padres da Igreja frequentemente insistem. Não é verdade que na sociedade civil todos temos direitos iguais, e que não exista hierarquia legítima. Basta que nos reportemos às Encíclicas de Leão XIII, acima citadas (...). Nelas encontra o católico com muita clareza expostos os princípios da razão e da fé, que o tornarão capaz de precaver contra erros e perigos da concepção comunista do Estado.⁴²⁹

O poder constituído da Igreja Católica Apostólica Romana calou-se quando o autoritarismo dos mais diversos Estados violou os direitos humanos na brutal repressão ao movimento comunista.

A segunda espécie, o corporativismo de Estado⁴³⁰, quando restou implementada, ocorreu autoritariamente em países em fase de desenvolvimento econômico.⁴³¹ Caracterizou-se pela criação e manutenção de corporações pelo

⁴²⁷ GOLOB, *op. cit.*, p. 546.

⁴²⁸ VIANNA, L. W, *op. cit.*, pp. 156 et. seq..

⁴²⁹ BARROSO, G. *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*, pp. 129-130.

⁴³⁰ Gaétan PIROU indica duas outras modalidades de corporativismo: autônomo, similar ao de associação; e o subordinado ao poder político (cf. PIROU, G. *Néo-Libéralisme, Néo-Corporatisme, Néo-Socialisme*. 2. ed. Paris: Gallimard, 1939, *passim*.)

⁴³¹ RODRIGUES, L. M. *Partidos e sindicatos*, p.57.

Estado, tornando-se parte dele e se constituindo em instituições de direito público com a finalidade de exercer função estatal.⁴³²

O objetivo de conciliação entre as classes mostrou-se possível com cooptação dos trabalhadores, a partir da incorporação de suas associações ao aparato do Estado ou pelo uso da violência, comumente vista na repressão às greves e às mobilizações dos trabalhadores.

A partir desses patamares estabelece-se a distinção entre corporativismo estatal inclusivo e exclusivo. Antes, porém, de melhor explicá-los, cabem duas advertências. As espécies constituem formas analíticas referentes à linha predominante adotada pela elite do Estado, sendo possível a constatação de características entrelaçadas. Trata-se de classificação que indica predominância e não exclusividade. O vocábulo inclusivo não se relaciona a políticas democráticas, liberais ou socialistas, pois esta forma de corporativismo remanesce como tipicamente autoritária.⁴³³

O corporativismo inclusivo caracteriza-se pela tentativa de a elite estatal equilibrar a sociedade a partir de “políticas destinadas a incorporar grupos importantes da classe trabalhadora no novo modelo político e econômico”. Ocorreu com maior frequência quando a mobilização das classes subalternas encontrava-se em crescimento, mas ainda contida, em uma sociedade em processo de industrialização, ao mesmo tempo em que a oligarquia dominante demonstrava sinais de fraqueza. A reação das elites aspiraria à manutenção da hegemonia com a extensão de frações estratégicas das classes subjugadas à cidadania.⁴³⁴

As condições de implantação do corporativismo exclusivo residem na maior mobilização e autonomia popular com traços ideológicos definidos. A finalidade das elites será de excluir da arena política “as estruturas institucionais relativamente autônomas” de parte da classe operária para incluí-las a partir de novas instituições criadas e controladas pelo Estado. Esse processo torna-se viável a partir da repressão estatal às classes subalternas com a consequente ampliação “do campo e da penetração do aparelho do Estado”. Tais situações são prováveis nos movimentos de estagnação econômica, após iniciada a fase de industrialização,

⁴³² SÁ, *op. cit.*, p. 30.

⁴³³ STEPAN, *op. cit.*, pp. 99-100.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 101 *et. seq.*

quando a intensificação do embate político e econômico demonstra proximidade de um equilíbrio de forças.⁴³⁵

O modelo de Estado corporativo não significou rompimento com o princípio liberal da separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A distinção principal, contudo, resta percebida na pretensão de delegação ao parlamento corporativo das prerrogativas inerentes ao parlamento constitucional. Neste regime não cabe a participação por partidos políticos e tampouco importará o sufrágio. Trata-se do *corporativismo puro*. O caráter maleável do corporativismo permitiu sua adoção em concomitância com o regime parlamentar constitucional. Nessa situação o Poder Legislativo divide-se entre um parlamento corporativo e um parlamento constituído pelo voto universal ou por um partido político constitucionalmente definido. Trata-se do *corporativismo misto*. Também se pode identificar a formação de corporações como órgãos auxiliares ao Estado, submetidas ao controle de um partido político único que desempenhará a função legislativa dominando todo sistema corporativo. Refere-se ao *corporativismo subordinado*.⁴³⁶

Se corporativismo “é a doutrina da organização funcional”, como asseverou um de seus principais teóricos, compete às corporações a execução de suas funções.⁴³⁷

4.1.2 As corporações e o fascismo

Com a intenção de ser universal e permitir assimilação de sua teoria por diversos países, Mihaïl MANOÏLESCO definiu corporação como

uma organização coletiva e pública, composta pela totalidade de pessoas (físicas ou jurídicas) que desempenham em conjunto a mesma função nacional, e tendo por objetivo assegurar o exercício desta no interesse supremo da Nação, através de regras de direito impostas aos seus membros.⁴³⁸

⁴³⁵ Ibidem, pp. 106-107.

⁴³⁶ MANOÏLESCO, *op. cit.*, pp. 108-109.

⁴³⁷ Ibidem, p. 50.

⁴³⁸ Ibidem, p. 126.

Da definição, ressaltam os principais elementos que a compõem, ou seja, as corporações devem ser estabelecidas como órgãos vinculados ao Estado, com a finalidade de impor a representação dos interesses nacionais e com a possibilidade de criar regras jurídicas a seus membros ou mesmo a quem não a constitua, mas com ela se relacione.⁴³⁹ Trata-se, em suma, de “uma organização de direito público de interesses econômicos privados, coletivamente coordenados”.⁴⁴⁰

Houve quem justificasse a formação de corporações a partir de fundamentos éticos com a finalidade de desenvolver a moral profissional, que por ser coletiva se sobreporia à individual. Nessa perspectiva, as corporações deveriam se aproximar do Estado e organizar-se nacionalmente como órgãos secundários para auxiliarem, como fiscais, na regulamentação da vida econômica.⁴⁴¹

Pode-se atribuir às corporações as características de serem “nacionais, unitárias, totalitárias, abertas e não-exclusivas”: *nacionais* – inspirada no exacerbado espírito nacionalista que impunha a necessidade de preservação deste caráter quando exercidas as funções corporativas; *unitárias* – esta característica decorre da primeira, pois para manter este caráter nacionalista a função corporativa deve ser “una e indivisível”; *totalitárias* – asseverar que as corporações são totalitárias significa dizer que todas as funções e atividades estão representadas nas mais diversas corporações; *abertas* – o caráter aberto apresenta-se como a possibilidade de qualquer pessoa jurídica ou física ter o direito de postular seu ingresso em dada corporação, desde que se conforme com sua disciplina interna. Os cidadãos podem exercer mais de uma função econômica ou social, o que implica a possibilidade de participar de tantas corporações quantas posições ele ocupa. Este é o caráter *não-exclusivo* das corporações.⁴⁴²

Em outra perspectiva, pode-se afirmar que as corporações detêm os seguintes elementos característicos: representam o agrupamento de “todos os integrantes da profissão ou atividade econômica” (individual ou coletivamente a trabalhadores e capitalistas); necessitam de reconhecimento estatal; têm por finalidade a regulação de todos os aspectos desta atividade ou profissão, incluindo

⁴³⁹ Ibidem, p. 127.

⁴⁴⁰ Tradução livre de: “(...) *una organizzazzione di diritto pubblico degli interessi economici privati collettivamente coordinati*” (cf. CHIARELLI, *op. cit.*, p. 55).

⁴⁴¹ DURKHEIM, E. *Lições de Sociologia*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2002, *passim*.

⁴⁴² MANOÏLESCO *op. cit.*, pp. 128-135.

salários, preços de produtos etc.; o Estado poderá intervir sempre que houver divergência entre os interesses dos membros da corporação.⁴⁴³

Cumpra mencionar que as corporações podem ser classificadas em econômicas e não econômicas. A distinção entre ambas residiria no fato de que as primeiras teriam por função a subsistência da nação enquanto as segundas se ocupariam de atividades sociais e culturais. Neste caso poderiam organizar-se em forma de corporações: a Igreja, o Exército e a Magistratura, além de outros exemplos. Algumas aéreas também poderiam ser agrupadas em corporações, tais como: saúde, ciências e tecnologias, artes e educação.⁴⁴⁴

A doutrina corporativista objetivou a organização e regulamentação de todas as atividades nacionais, contudo, onde restou implantado o corporativismo, optou-se na maior parte das vezes por corporações econômicas. A estas se pode atribuir as funções normativa, conciliadora e administrativa. *Normativa* – significa a capacidade de criar normas gerais sobre as condições de trabalho ou a respeito das relações econômicas existentes no âmbito interno à corporação. *Conciliadora* – representa a necessidade de dirimir os conflitos coletivos de trabalho originados entre as categorias profissionais e econômicas que compõem a corporação. *Administrativa* – trata-se da faculdade de promover as iniciativas para melhoria da organização produtiva, emissão de pareceres sobre temas que lhe são afeitos e a fiscalização das relações comerciais de concorrência entre aqueles que exercem mesma atividade econômica.⁴⁴⁵

Os países corporativistas instituíram as corporações como organismos dotados de personalidade jurídica de direito público ou sem personalidade jurídica, mas considerados como “órgãos administrativos do Estado”,⁴⁴⁶ situação do corporativismo italiano. Há alguns importantes fundamentos por esta opção. Em uma perspectiva ética o caráter estatal permitiria o desenvolvimento de uma moral profissional a “diferentes profissões econômicas”, sendo indispensável que se estabeleça em um “grupo definido, organizado, (...) uma instituição pública”.⁴⁴⁷ A este argumento pode-se acrescentar uma justificativa jurídica, pois as corporações

⁴⁴³ SÁ, *op. cit.*, pp. 33-34.

⁴⁴⁴ MANOÏLESCO, *op. cit.*, pp. 166-184.

⁴⁴⁵ LESSONA LESSONA, S; MAZZONI, G. *Corso di Diritto Corporativo*: anno accademico 1938-1939. Padova: CEDAM, 1939, pp. 388-412.

⁴⁴⁶ LESSONA, *op. cit.*, p. 357.

⁴⁴⁷ DURKHEIM, E. *Da divisão do Trabalho Social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. XII.

representariam os interesses da produção, em última análise, os interesses do próprio Estado.⁴⁴⁸

O fundamento a justificar a necessidade de reconhecimento estatal das corporações também residiria na capacidade que lhes é delegada de criar regras jurídicas, pois esta seria competência do Estado e, portanto, somente poderia transferi-la a organismos que reconhecesse expressamente.⁴⁴⁹ Representariam, portanto, “organizações paraestatais, de natureza mais ou menos autárquica e dotadas de poderes complexos, inclusive o de editar normas gerais dentro da esfera da jurisdição peculiar de cada uma”.⁴⁵⁰

Revela-se oportuno tratar da relação entre o Estado e as corporações. Estas, dotadas ou não de personalidade jurídica, subordinam-se aos fins nacionais ditados por aquele. Além disso, as corporações podem sofrer intervenção estatal sempre que necessário, afinal, a “autoridade suprema do Estado é [seria] incontestável”.⁴⁵¹

As corporações formam-se a partir da conjunção de três critérios, tendo início pela posição social (trabalhadores ou capitalistas), adotando-se a secção por categoria econômica ou profissional e, por último, o requisito geográfico. Elabora-se com isso uma pirâmide, constituindo associações locais, regionais e nacionais, sendo nutrida relação de hierarquia entre as diferentes organizações a partir da premissa de que quanto mais próxima do Estado, mais força terá. Logo, estabelece-se relação de subordinação figurando no ápice desta pirâmide os organismos nacionais que podem impor certas regras aos de nível inferior.⁴⁵²

Os sindicatos exercem, portanto, papel secundário no modelo corporativista, pois têm como característica a defesa da classe enquanto nas corporações deve prevalecer o princípio da supremacia do interesse nacional. A despeito disso, importa mencionar que são também a partir das associações profissionais e econômicas que se forjam as corporações.⁴⁵³

O espírito nacionalista constantemente adotado pelos corporativistas como fundamento ético da colaboração entre as classes sociais nas corporações, além

⁴⁴⁸ LESSONA, *op. cit.*, p. 358.

⁴⁴⁹ CHIARELLI, *op. cit.*, p. 152.

⁴⁵⁰ OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, pp. 62-63.

⁴⁵¹ MANOÏLESCO, *op. cit.*, pp. 160-161.

⁴⁵² *Ibidem*, pp. 190-192.

⁴⁵³ BARASSI, *op. cit.*, pp. 167-168.

dos elementos autoritários e antiliberais de sua doutrina, contribuíram muitas vezes para sua equivocada identificação com o fascismo europeu, especialmente italiano.

Há distinções entre os regimes conservadores formados na Europa entre as duas grandes guerras. Podem-se citar os autoritários que não possuíam elementos ideológicos de contato entre si, a não ser o anticomunismo e “os preconceitos tradicionais de sua classe”.⁴⁵⁴ Uma segunda espécie era verdadeiramente fascista, como o italiano de Benito Mussolini e o alemão de Adolf Hitler, além de outros de menor expressão histórica, tendo em comum o nacionalismo, o anticomunismo antiliberalismo, além de legitimarem-se pela violência e pela mobilização de massas. O terceiro tipo de direita conservadora foi o corporativismo.⁴⁵⁵

O fascismo deve ser concebido como um movimento de direita. Por ideologia de direita entende-se “a existência (e as exigências) de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema sócio-econômico que garante o estatuto de que tais forças são beneficiárias.” Disto resulta seu conservadorismo inerente.⁴⁵⁶

O termo fascismo teve origem nos *fascio di combattimento*, grupos criados por Benito Mussolini. Na Roma Antiga os magistrados eram acompanhados por auxiliares – lictores (*littori*) – que empunhavam um machado envolto “por um feixe de varas amarradas (*fasces*)”⁴⁵⁷ significando o poder conferido ao Estado para decapitar seus inimigos. A ideia restou apropriada por Mussolini na fundação destes grupos tanto na opção pelo nome quanto no uniforme que continha o símbolo do feixe. Seus seguidores – que passaram a ser chamados de fascistas – destacaram-se pelo uso da violência radical contra os movimentos e militantes socialistas.⁴⁵⁸

As ruínas da Primeira Guerra Mundial favoreceram a ascensão do fascismo. A Itália encontrava-se em crise econômica e política. A Revolução Russa de 1917 instigara o medo nas classes dominantes de todos os países. A ditadura do proletariado deixara o plano utópico para se tornar realidade.⁴⁵⁹ O fantasma “vermelho” intensificara-se com as eleições seguintes à Guerra que demonstraram

⁴⁵⁴ Eric HOBBSBAWN ilustra este grupo com as indicações de Finlândia, Polônia, Sérvia e Espanha. (cf. HOBBSBAWN, *op. cit.*, p. 117.

⁴⁵⁵ Ibidem, pp. 117-118.

⁴⁵⁶ KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, pp. 5-6.

⁴⁵⁷ SCHWANITZ SCHWANITZ, D. *Cultura geral: tudo o que se deve saber*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 30.

⁴⁵⁸ KONDER, *Introdução...*, p. 32.

⁴⁵⁹ BOBBIO, *op. cit.*, p. 76.

ampliação da participação socialista nos parlamentos, com predominância de deputados de regiões rurais.⁴⁶⁰

Na Itália do final da década de 1910 e início da seguinte constatava-se a presença de duas forças paralelas. Os capitalistas burgueses intentavam transferir aos trabalhadores os ônus da guerra e, estes, que, mesmo sem unidade de classe, buscavam a conquista do poder. O movimento fascista representou a união das frações de classe burguesa na sua luta contra o proletariado. Se num primeiro momento exprimiu-se com o embate entre a burguesia rural contra os camponeses, não tardou para assimilar os demais segmentos, especialmente a grande indústria e o capital financeiro.⁴⁶¹

O fascismo significou uma reação burguesa pelo medo do socialismo comunista. Tornou-se facilitada pelas condições vulneráveis da economia e da política italianas, em que a democracia não se consolidara, sendo considerada “um privilégio e uma concessão”.⁴⁶² Nesse ambiente de insegurança das elites propagou-se um movimento que combatia os inimigos que impediam o desenvolvimento italiano: comunismo e a democracia.⁴⁶³

A ideologia fascista notabilizava-se pela negação. Tratara-se de um movimento que não primou pela teoria, pois visava apenas à tomada ao poder com a instauração de sua elite no governo.⁴⁶⁴ Apresentava grande maleabilidade, aproveitando as linhas de pensamento de diversas correntes reacionárias, pois surgia como republicano ou monarquista dependendo da região italiana. A retórica fascista encontrou seu ponto de apoio na pátria, com a construção do mito de uma nação “homogênea, perfeita”.⁴⁶⁵

O caráter antidemocrático e antissocialista do fascismo restou externado pela utilização desmedida da violência contra seus adversários. O pragmatismo característico “da ideologia do primado da ação” revelara-se com a repressão impiedosa contra aqueles que se opunham ao regime.⁴⁶⁶

⁴⁶⁰ Antonio GRAMSCI assevera que nas eleições de 1919 dos 150 deputados socialistas eleitos 110 representavam regiões rurais. (cf. GRAMSCI, A. *Sul Fascismo* (a cura di Enzo Santarelli). Roma: Riuniti, 1974, p. 170).

⁴⁶¹ Ibidem, pp. 432-433.

⁴⁶² Ibidem, p. 77.

⁴⁶³ KONDER, *Introdução...*, p. 31.

⁴⁶⁴ ARENDT, *op. cit.*, p. 375.

⁴⁶⁵ KONDER, *Introdução...*, pp. 33 et. seq.

⁴⁶⁶ BOBBIO, *op. cit.*, pp. 59-60.

O fascismo mostrou sua face ao mundo de três formas distintas, sendo cada uma composta por grupos políticos e intelectuais que tinham concepções peculiares que os diferenciavam ideologicamente. Percebe-se a presença de membros que pertenciam à direita histórica e nacionalista e que intencionavam retomar o rumo da ordem e disciplina, restabelecendo-se a autoridade estatal. Esses elaboraram uma perspectiva moderada do antidemocratismo e apresentaram-se como antagônicos ao comunismo, ou seja, seriam a superação do liberalismo econômico e político. O segundo agrupamento constituiu-se com os jovens sem grandes ideais e impregnados de militarismo que propugnavam uma nova ordem. Forjaram a tendência extremista do fascismo que conduziu a Itália à Guerra. Acreditavam ser a “antítese liberal-democrática e portanto concorrente revolucionário da revolução soviética”. Uma terceira forma de se impor foi assumida pelos representantes da pequena burguesia que pretendiam a “conciliação entre conservação e revolução” com a finalidade de pacificação da sociedade. Esses objetivaram caracterizar o fascismo como a terceira via: síntese entre o liberalismo democrático e o comunismo soviético, com caráter teórico corporativista. Esta última foi a que prevaleceu como versão oficial.⁴⁶⁷

A despeito de essa autodenominação como corporativista o regime fascista tardou a instaurar os primados teóricos do corporativismo na Itália. Cumpre observar que Benito Mussolini ascendeu ao cargo de Primeiro Ministro italiano em outubro de 1922, após sua famosa marcha sobre Roma.⁴⁶⁸ Decorreu consistente lapso temporal entre a tomada do poder e a estruturação jurídica do corporativismo, com a edição da Lei de 3 de abril de 1926 que previa a organização econômica. Ainda assim, há que se observar que as corporações foram criadas apenas em 1934. O fascismo italiano mostrava-se corporativista apenas em teoria.⁴⁶⁹

Apesar de os regimes corporativistas e fascistas serem tratados na literatura, muitas vezes, como sinônimos, não possuem o mesmo significado. Não se pode identificar o fascismo como uma forma de organização do Estado – como o Estado corporativista – eis que se notou na Alemanha de Hitler o desinteresse por tal

⁴⁶⁷ Ibidem, pp. 62 *et. seq.*

⁴⁶⁸ Episódio caracterizado como ascensão do partido fascista no poder. Mussolini ingressou em Roma acompanhado de exército paramilitar composto por trinta mil camisas negras, como eram cognominados os militantes fascistas em razão da cor do uniforme utilizado. Antes disso, porém, recebera a informação da renúncia do antigo gabinete ministerial. Em outubro de 1922, ingressa em Roma para assumir o cargo de Primeiro Ministro, sendo nomeado pelo Rei. (Cf. GOLOB, *op. cit.*, pp. 557)

⁴⁶⁹ SÁ, *op. cit.*, pp. 106 *et. seq.*

sistema na medida em que se confrontava com o ideal de uma Comunidade Popular (*Volksgemeinschaft*) única, indivisível e total.⁴⁷⁰ Leôncio Martins RODRIGUES acentua que nem todo fascismo – “totalitarismo de direita” – é ou foi corporativista, citando a Alemanha onde não se constituiu um Estado Corporativista, embora fosse nitidamente fascista. Raciocínio inverso é feito em relação ao regime de Salazar, em Portugal, que a despeito de ser corporativista não pode ser taxado como fascista.⁴⁷¹

Podem ser encontrados alguns critérios associados à ideologia e à política para estabelecer a diferenciação entre corporativismo e fascismo: “(...) o estado no fascismo (ou o partido que domina o aparelho do estado) é apresentado como não tendo controles. (...)” ou nas palavras de Mussolini: “O fundamento do Fascismo é a concepção do Estado como absoluta, em comparação com a qual todos os indivíduos ou grupos são relativos, a serem concebidos em suas relações com o estado”.⁴⁷² O corporativismo relega ao Estado importante função, contudo, divide a sociedade em corporações que também ocupam papel de relevância.

Outros dois pontos merecem menção. O primeiro diz respeito à tendência do fascismo ao autoritarismo. Os sistemas corporativistas notabilizam-se por práticas autoritárias e burocráticas, contudo, podem em determinadas situações ser permeados por condutas democráticas, como a manutenção de partidos políticos, constituição de parlamento bicameral, com representantes eleitos pela sociedade etc. O segundo refere-se ao militarismo. Os regimes fascistas têm no desejo de conquista territorial características marcantes, mormente, em função das consequências da Primeira Guerra Mundial e do Tratado de Versalhes. Os sistemas corporativistas, em especial, os latino-americanos não possuíram esse caráter.⁴⁷³

Deve-se mencionar que se houve influência fascista esta ocorreu na assimilação da prática do populismo pelos líderes latino-americanos, entretanto, ressaltando-se que as massas mobilizadas eram formadas pelas classes

⁴⁷⁰ HOBBSBAWN, *op. cit.*, pp.120-121.

⁴⁷¹ RODRIGUES, L. M, *Partidos...*, p. 50. Leandro KONDER argumenta criticamente que o tratamento dos regimes fascistas como totalitários e a inclusão da URSS no período Stalinista como “totalitarismo de esquerda” ocorreu após a Segunda Guerra Mundial e teve como precursores pensadores liberais com a finalidade de equiparar o fascismo ao comunismo. Cita como exemplo destes autores Hannah ARENDT (cf. KONDER, *Introdução...*, pp. 69-71). Há que se esclarecer que outros teóricos apresentam compreensão do fascismo como totalitarismo, inclusive diferenciando-o de outros regimes autoritários, Adalberto PARANHOS cita nesta situação Karl LOWENSTEIN e Juan J. Linz (cf. PARANHOS, *op. cit.*, pp. 111-112).

⁴⁷² STEPAN, *op. cit.*, pp. 73-74.

⁴⁷³ Ibidem, pp. 75-76.

subalternas, enquanto na Europa os movimentos fascistas eram compostos especialmente por membros conservadores da classe média e média baixa.⁴⁷⁴

Cumpra lembrar a observação formulada por Antonio GRAMSCI sobre as bases de apoio do regime de Benito Mussolini. No campo político o fascismo atendeu aos interesses das mesmas classes dirigentes italianas, possibilitando a coesão orgânica entre as frações burguesas. Economicamente, ele permitiu o controle da produção industrial e rural do país pelas respectivas oligarquias. Socialmente, repousou sua legitimidade na pequena e média burguesia que ambicionavam o poder político.⁴⁷⁵ Em suma, o fascismo trata-se de uma “ditadura de classe burguesa”⁴⁷⁶ que também restou descrita por Georgi DIMITROV no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, como : a “ (...) mais feroz ofensiva do capital contra as massas trabalhadoras; (...) a reação feroz e a contrarrevolução; (...) o pior inimigo da classe operária e de todos os trabalhadores.”⁴⁷⁷

A distinção entre corporativismo e fascismo mostra-se fundamental para melhor compreensão do período histórico inaugurado com o golpe militar de outubro de 1930, especialmente no tocante à estrutura sindical brasileira.

4.2 CORPORATIVISMO NO BRASIL

Na historiografia encontram-se alusões acerca do caráter fascista do regime instaurado no Brasil durante a era Vargas (1930-1945), especialmente no período do Estado Novo (1937-1945). Interessante notar que quem rotulou (ou rotula) de fascista a ditadura varguista pertence tanto ao campo da esquerda quanto da direita. Os progressistas almejam a ruptura com o legado corporativista herdado do período, tarefa que restaria facilitada com a adjetivação das estruturas deixadas como fascistas,⁴⁷⁸ pois atrairia a carga negativa e pejorativa normalmente incitada por este regime.

⁴⁷⁴ HOBBSBAWN, *op. cit.*, p. 137-138.

⁴⁷⁵ GRAMSCI, *op. cit.*, pp. 304-306.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 202.

⁴⁷⁷ DIMITROV, G. M. *A unidade operária contra o fascismo*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978, p. 15.

⁴⁷⁸ Exemplifica sem caráter exaustivo: COUTINHO, C. N. *GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, *passim*; MORAES FILHO, O

Por outro lado, os setores conservadores intentam preservar o controle da classe trabalhadora, mas com reformas no que consideram excessos de intervenção estatal. Isto se tornaria viável ao portar-se criticamente em relação ao período, tratando-o por fascista, pois assim seu comportamento antagônico se amolda a sua finalidade: manutenção do poder e minoração da presença estatal nas relações de produção. Em razão disto, haverá oposição às novas medidas reguladoras, além de iniciativas de desregulamentar as existentes.⁴⁷⁹

Há que se esclarecer a discordância com esse argumento. Como mencionado no item anterior, fascismo e corporativismo não podem ser tratados por fenômenos similares, pois se referem a regimes distintos, sendo que o segundo foi mais abrangente que o primeiro. Sem pretender polemizar se o fascismo italiano e o alemão concretizaram os postulados do corporativismo ou se apenas se apropriaram da teoria para fundamentar juridicamente e axiologicamente o autoritarismo instaurado, revela-se imprescindível anotar que o corporativismo constituiu doutrina mais ampla, sendo implantada nos países por regimes autoritários, nacionalistas, porém nem sempre fascistas.⁴⁸⁰ Nessa perspectiva, alude-se ao modelo brasileiro como corporativista, pois esta doutrina restou incorporada gradativamente pelas novas forças políticas.

4.2.1. As bases corporativistas do regime brasileiro

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder político nacional viabilizou-se pela conjunção de forças heterogêneas, pois os participantes do movimento de 1930 não devem ser tratados por grupo homogêneo, com interesses políticos, econômicos e sociais convergentes. Ao contrário. O golpe militar deflagrou-se por um agrupamento de forças sociais que tinha em comum apenas o antagonismo à elite dirigente da

Problema..., passim; TROYANO, A. A. Estado e sindicalismo. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 40, entre outros.

⁴⁷⁹ Mostra-se exemplar neste aspecto a posição de Arion Sayão ROMITA (cf. ROMITA, A. S. *O fascismo no Direito do Trabalho brasileiro*. São Paulo: LTr, 2001, *passim.*) e de João de SCANTINBURGO (cf. SCANTINBURGO, J. *História do liberalismo no Brasil*. São Paulo: LTr, 1996, *passim.*)

⁴⁸⁰ HOBBSBAWN, *op. cit.*, p. 138.

República oligárquica.⁴⁸¹ Mostra-se emblemático que o programa de governo apresentado pela Aliança Liberal durante as eleições de 1930 apresentasse propostas de avanços sociais, mas principalmente de reformas políticas, a fim de conceder concretude ao projeto liberal,⁴⁸² enquanto o autoritarismo permeava o ideário de maior parte das forças que ascenderam ao poder.

Da coalizão golpista participaram setores que pretendiam implantar um processo de transformação mais contundente, tendo duas vertentes. Na primeira encontram-se os liberais que postulavam uma república constitucional com respeito às liberdades civis e democráticas. A outra era formada por nacionalistas autoritários que pretendiam a modernização do país, repudiavam o liberalismo e a democracia, tendo por representante principal o movimento tenentista.⁴⁸³

Do mesmo modo, havia aqueles que apenas visaram à substituição dos atores políticos no poder, sem impor transformações nas bases estruturais do país, podendo ser indicados as oligarquias regionais dissidentes e os quadros superiores das forças armadas.⁴⁸⁴

Os trabalhadores não participaram diretamente da coalizão militar. Entretanto, para que não se incorra no equívoco de silenciar os vencidos ao tomar por irrefutável a versão dos dominadores,⁴⁸⁵ importa asseverar que isso não significa que não influíram no resultado do processo. Evidentemente que as agitações operárias, especialmente nos dois primeiros decênios da Primeira República, e em efervescência após a crise econômica de 1929, interferiram nos acontecimentos. Pode-se dizer que no golpe havia uma “presença política difusa” do operariado.⁴⁸⁶

Em suma, o movimento compôs-se ativamente da dissidência das oligarquias regionais, dos tenentes, das classes médias urbanas e de fração da burguesia, significando uma correlação de forças.⁴⁸⁷

Tomado o poder, as bases iniciais de apoio do governo consistiram, especialmente no tenentismo e nas oligarquias regionais.⁴⁸⁸ Independente de as

⁴⁸¹ FAUSTO, *História do Brasil*, p. 326.

⁴⁸² LEVINE, R. M. *Pai dos pobres?: O Brasil e a era Vargas*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 40.

⁴⁸³ SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 14. ed. Tradução coordenada de Ismênia Tunes Dantas. São Paulo: Paz e Terra, 2007, pp. 27-28.

⁴⁸⁴ Ibidem, p. 29.

⁴⁸⁵ DECCA, *op. cit.*, p. 32.

⁴⁸⁶ PINHEIRO, *Política...*, p. 160.

⁴⁸⁷ VIANNA, L. W., *op. cit.*, p. 114.

propostas formuladas na campanha eleitoral aparentarem democráticas, desde cedo o regime demonstrou sua faceta autoritária.⁴⁸⁹ Os tenentes – nomeados interventores em substituição aos presidentes estaduais pertencentes às oligarquias destituídas, principalmente nos estados do Nordeste e em São Paulo – apoiaram a manutenção do governo provisório sem realização de eleições, postulando uma constituição que previsse a representação classista de empregados e empregadores.⁴⁹⁰

No comando do processo estava Getúlio Vargas, que não omitira as influências teóricas recebidas do positivismo de Augusto Comte, doutrina que teve ascendência sobre os intelectuais e políticos do Estado do Rio Grande do Sul daquela geração. Deve-se notar que a propagação do positivismo em terras gaúchas restara consolidada juridicamente na constituição estadual, com decisiva interferência de Júlio de Castilhos.⁴⁹¹

As ações do Partido Republicano Riograndense – PRR – denotam claramente as adaptações formuladas à realidade do Estado de alguns postulados da política positivista. Dentre estes, podem ser citados: a continuidade administrativa estabelecida não pela “ditadura republicana”, mas pelas reeleições do presidente do Estado sem restrições; no campo econômico, observa-se um dirigismo estatal, atuando como fator de desenvolvimento, especialmente no fomento de crédito aos pequenos industriais e agricultores; nas relações de trabalho, um tratamento paternalista destinado às classes populares, nítido na ação de Borges de Medeiros na greve de 1917, aparecendo aos sindicatos como “protetor”, desvelando o preceito positivista de incorporar o “proletariado à sociedade moderna”; a encampação estatal dos serviços públicos.⁴⁹²

A práxis positivista dos gaúchos foi determinante na concepção de Estado de Getúlio Vargas, restando internalizada, desde 1917, “no papel do Estado como promotor do bem público, como elemento dinamizador da economia, principalmente

⁴⁸⁸ ARAÚJO, A. M. C. Estado e Trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. _____. In: (Org.). *Do Corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 36.

⁴⁸⁹ LEVINE, *op. cit.*, p. 40,

⁴⁹⁰ FAUSTO, *História do Brasil*, pp. 340-341.

⁴⁹¹ RIBEIRO, J. A. *A era Vargas: 1882-1950* (v. 1: o primeiro governo Vargas). Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001, pp. 35-37.

⁴⁹² BOSI, A. A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de idéias de longa duração. In: TRINDADE, *op. cit.*, pp. 203-213.

das economias periféricas onde a ação do capital privado em setores pouco rentáveis é quase nula”.⁴⁹³

Os postulados de Augusto Comte também se espalharam nas forças armadas, principalmente junto aos oficiais formados na Escola Militar, sob orientação de Benjamin Constant. Intensificava-se a imagem do “soldado-cidadão” que nutriu as futuras intervenções das forças armadas na política do país.⁴⁹⁴ Disso decorreu o caráter “salvacionista” da ideologia do tenentismo bem retratado por Boris FAUSTO, pois os tenentes comportavam-se como responsáveis pela defesa da “pureza das instituições republicanas em nome do povo inerme”.⁴⁹⁵

O positivismo notabilizou-se no Brasil como discurso predominante na classe média, com feição antiliberal e antiaristocrática. Exerceu função essencial na elaboração de um projeto nacionalista, autoritário e modernizante⁴⁹⁶; contudo, o pensamento autoritário brasileiro tinha precedente.

Como mencionado nos capítulos anteriores, o caráter repressivo e quase despótico do tratamento dispensado às classes populares na Primeira República demonstrava as contradições existentes no liberalismo do período. Mais que isso. Recrudesciam correntes doutrinárias que defendiam a centralização do poder estatal com fortalecimento do Executivo em relação aos demais poderes e à sociedade civil.⁴⁹⁷ Rompia-se com a autonomia estadual garantida na Primeira República, o que induziu, desde logo, à adoção de medidas para centralização do poder, como a dissolução do Congresso Nacional e a nomeação pelo governo central de interventores nos Estados.⁴⁹⁸ Instaurou-se uma verdadeira ditadura no período que se convencionou chamar de Governo Provisório (1930-1934), quando o Presidente da República governou por decretos.⁴⁹⁹

O caminho apresentava-se propício ao corporativismo no Brasil, especialmente com os agravamentos econômicos e sociais causados pela crise de

⁴⁹³ NOLL, M. I. O positivismo e as origens do Varguismo. *In*: Ibidem, p. 249.

⁴⁹⁴ CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp. 24-25.

⁴⁹⁵ FAUSTO, *Revolução...*, p. 81.

⁴⁹⁶ ALONSO, A. De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. *In*: TRINDADE, *op. cit.*, pp., 167-171.

⁴⁹⁷ Alberto Torres foi o principal teórico do pensamento autoritário durante a Primeira República. Suas ideias influenciaram importantes pensadores do corporativismo nacional, como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna. (cf. SOUZA, F. M. *Raízes teóricas do Corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999, pp. 9 et. seq.)

⁴⁹⁸ FAUSTO, *História Concisa do Brasil*, p. 186.

⁴⁹⁹ PINHEIRO, *Estratégias...*, p. 269.

1929. Fazia-se necessário um Estado forte e autoritário que conduzisse o país ao desenvolvimento econômico, à industrialização, viabilizado pelo apoio das forças armadas, da burguesia industrial e com cooptação dos trabalhadores urbanos.⁵⁰⁰

Associavam-se diretamente às oligarquias da Primeira República “as eleições, os partidos políticos, o poder legislativo”, identificando-os como resultado da supremacia do individualismo egocêntrico e como fatores de inibição à modernização do país. Cabia o fortalecimento do Estado para dirigir e executar os interesses nacionais. Nesse aspecto, formulou-se o termo “democracia autoritária”, vinculando o direito ao voto com o período anterior, quando não se praticara justiça social. A democracia caracterizar-se-ia como social e não como política, o que impediria o paradoxo entre um Estado que se assumia antiliberal, forte e autoritário, porém democrático, porque seria justo socialmente.⁵⁰¹

O corporativismo brasileiro encontrava guarida nas convicções de Getúlio Vargas de “harmonizar o conflito de classes e os interesses do capital e do trabalho”, em conformidade com os postulados corporativistas de colaboração entre as forças produtivas com ação integrada de um Estado forte, refletindo os interesses da nação em contraposição aos classistas e individuais. A doutrina sobressaía-se na Europa com sua adoção na Itália e em Portugal; no Brasil, fazia parte das postulações do movimento tenentista.⁵⁰²

A opção restou tomada também em decorrência de o corporativismo permitir a divisão orgânica da sociedade a partir das ocupações econômicas, subjugando as classes populares, ao passo que promovia a organização dos setores produtivos em novas bases.⁵⁰³

Para constituição do novo regime tornara-se necessário elaborar um conjunto teórico, a fim de permitir sua implantação. Isso não ocorreria repentinamente, pois os preceitos corporativistas foram aplicados gradativamente, com a tentativa de sua adaptação à realidade nacional,⁵⁰⁴ o que se viabilizou pelo caráter maleável da doutrina corporativista, como mencionado anteriormente.

⁵⁰⁰ FAUSTO, *História do Brasil*, p. 327.

⁵⁰¹ GOMES, A. M. C. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas. In: MARTINHO, F. C (org.). P; PINTO, A. C (org.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 85 et. seq.

⁵⁰² LEVINE, *op. cit.*, p. 51.

⁵⁰³ ARAÚJO, *op. cit.*, p. 34.

⁵⁰⁴ VIEIRA, *op. cit.*, p. 30.

Deve-se destacar que o pensamento dos teóricos brasileiros nacionalistas no período notabilizava-se pela centralidade na superação do pretense Estado liberal-democrático pela formação de um Estado nacional e autoritário.⁵⁰⁵ A opção pelo corporativismo restou justificada por permitir a organização e representação da nação a partir dos agentes de produção. Em decorrência dos problemas prementes ocasionados pela criação do “Estado Nacional” não houve preocupação na elaboração imediata de uma teoria sobre o Estado corporativo, o que explica o uso apenas fragmentário da doutrina corporativista no Brasil.⁵⁰⁶

O projeto corporativista tornou-se mais contundente com o Estado Novo, em 1937, mas se apresentou desde o início do golpe militar, em 1930. Não deve ser outro o significado da criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e com ele de todas as propostas de leis trabalhistas, além da estruturação sindical com o Decreto n.º 19.770, de 1931,⁵⁰⁷ como se verá adiante. No mesmo sentido, pode-se citar a representação classista para compor a Assembleia Nacional Constituinte, criada em 1933, com vistas à elaboração da Constituição de 1934.⁵⁰⁸

As pretensões externadas inicialmente, além de algumas iniciativas do Poder Executivo, indicam o escopo de articular um corporativismo estatal a partir de corporações com funções econômicas.⁵⁰⁹ Os primeiros passos nesse sentido dirigiram-se à regulamentação das organizações sindicais, com preocupação de controlar a classe trabalhadora. Criaram-se também alguns conselhos técnicos que deveriam possibilitar a ingerência estatal nas relações econômicas, todavia, com o passar do tempo demonstraram pouca funcionalidade.⁵¹⁰ Digna de nota foi a formação das “Juntas de Conciliação e Julgamento”⁵¹¹, organismo vinculado ao Ministério do Trabalho, em claras bases corporativas.⁵¹²

⁵⁰⁵ Isto se aplica, inclusive, aos teóricos que mais contribuíram com a doutrina na época, tais como: Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Candido Motta Filho e Francisco Campos (cf. *Ibidem*, p. 79 *et. seq.*)

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 96-97.

⁵⁰⁷ BERNARDO, *op. cit.*, pp. 124-125.

⁵⁰⁸ LEVINE, *op. cit.*, p. 66.

⁵⁰⁹ RODRIGUES, L. M., *Partidos...*, p. 59.

⁵¹⁰ SOUZA, F. M., *op. cit.*, pp. 76-79.

⁵¹¹ Dispõe a redação do artigo 3º do Decreto 22.132, de 1932: “As Juntas serão formadas por dois vogais, que terão dois suplentes, indicados, respectivamente, por empregadores e empregados, e por um presidente, que também terá um suplente, nomeados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ou por autoridade que o represente, de vendo a escolha recair em terceiros, estranhos aos interesses profissionais, de preferência membros da Ordem dos Advogados, magistrados, funcionários federais, estaduais ou municipais.” BRASIL. Decreto n.º 22.132, de 25 de novembro de 1932. Institui Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta as suas funções. *Coleção de Leis do*

No Brasil não se adotou as corporações propriamente ditas, mas sim, promoveu a divisão das forças produtivas em ramos de atividade econômica, entre empregados e empregadores, a fim de que se observasse simetria na representação entre os vendedores de sua força de trabalho e seus compradores.⁵¹³ Importava ao Estado impor a conciliação entre os interesses de ambas as classes, com a finalidade última de permitir o desenvolvimento econômico pela harmonização das relações de produção. Para tanto, tornara-se primordial a superação dos interesses egoísticos de classe em prol dos interesses da nação, esta identificada com o Estado.⁵¹⁴

A função estatal consistia em submeter e controlar a vontade dos trabalhadores com o objetivo de refrear seus ânimos insurrecionais, impondo-lhes os valores caros ao Estado e às elites, ou seja, o crescimento econômico com ordem, paz social, além do “nacionalismo [e a] valorização do trabalho”.⁵¹⁵

Do mesmo modo, mostrava-se obrigatória a intervenção nas relações trabalhistas para minorar a exploração da mão de obra com a edição de leis protetoras. As agitações operárias na Primeira República comprovaram que a ação estatal somente pelos aparelhos repressivos seria insuficiente à contenção do proletariado. A legislação trabalhista significou mecanismo para controle da classe operária, maneira eficiente à manutenção do poder e de incremento da acumulação capitalista.⁵¹⁶

O modo operacionalizado pelo Estado para subjugar as classes sociais consistiu na necessidade de reconhecimento estatal de seus sindicatos. Estes

Brasil. Publicação em 31/12/1932, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 4 jul. 2010.

⁵¹² BERNARDO, *op. cit.*, pp. 92-93.

⁵¹³ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p.

⁵¹⁴ D'ARAÚJO, *op. cit.*, p. 219.

⁵¹⁵ FAUSTO, B. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 117. O Estado capitalista adotou algumas formas para normalizar o comportamento da classe operária de acordo com o padrão de conduta que as elites julgaram convenientes. Para tanto, valeu-se de duas frentes: a repressão estatal, punindo socialmente os hábitos desaprovados, quando não eram considerados caso de polícia; e a disseminação do uso da propaganda para construção de uma identidade nacional pautada no trabalho e no nacionalismo. Exemplarmente, cita-se uma chacina ocorrida em 1938, na cidade de São Paulo, em que o principal suspeito, absolvido duas vezes em júri popular, tinha primordialmente contra si o fato de ser negro, de não se fixar em um trabalho e de ter pedido demissão de seu emprego para cair na folia de carnaval (cf. FAUSTO, B. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. Cia das Letras: 2009).

⁵¹⁶ BERNARDO, *op. cit.*, p. 86.

organismos deixavam de ser formalmente⁵¹⁷ livres e autônomos, sendo obrigados a submeterem-se as regras e fiscalização do Ministério do Trabalho. Os sindicatos passariam ao exercício de funções delegadas pelo Estado, assim, estariam sujeitos a intervenções do poder estatal, que iniciavam com seu reconhecimento e poderiam culminar com seu fechamento temporário ou definitivo.⁵¹⁸ Rompia-se com o formato do sindicalismo oposicionista de resistência ou de adaptação para ingressar-se na fase de controle estatal, transformando os sindicatos em órgãos de colaboração com o Estado.⁵¹⁹

O modelo corporativista contou com apoio incondicional e sem constrangimentos do sindicalismo colaboracionista (amarelos) que aproveitou as vantagens conferidas pelo reconhecimento oficial e se entranhou no Estado.⁵²⁰

A despeito disso, outros setores do sindicalismo e os empregadores resistiram ao modelo do sindicato único e oficial. Os últimos incomodavam-se com a interferência estatal nas suas entidades de classe, além de se oporem à regulamentação das relações de trabalho. Deve-se lembrar que a esta altura os postulados liberais das elites brasileiras ainda não restaram abandonados, como se pôde perceber na elaboração da Constituição de 1934 que combinou preceitos corporativistas com instituições francamente liberais,⁵²¹ pois manteve a representação parlamentar classista com o retorno dos partidos políticos, das eleições etc.. Pode-se asseverar que se instituiu um “presidencialismo autocrático”.⁵²²

Parte dos trabalhadores resistiu à interferência estatal em seus sindicatos. Nos grandes centros industriais, as organizações constituídas durante a Primeira República, em que pese às debilidades e os percalços citados nos capítulos antecedentes, surgiram espontaneamente em relação ao Estado. Assim, o sindicalismo sob influência socialista (revolucionários, libertários ou reformistas) resistia ao abandono de seus organismos independentes para aderirem às

⁵¹⁷ Não se pode esquecer que em relação às entidades sindicais de trabalhadores a liberdade e autonomia eram apenas questões formais, pois o Estado não as respeitava materialmente. Reporta-se, por brevidade, ao capítulo anterior.

⁵¹⁸ BOITO BOITO JÚNIOR, A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991, p. 27.

⁵¹⁹ Na classificação das etapas do sindicalismo proposta por José Albertino RODRIGUES trata-se do momento da passagem da fase de adaptação ou ajustamento para a do controle ministerial, conforme item 3.1.1.

⁵²⁰ ARAÚJO, *op. cit.*, p. 49.

⁵²¹ *Ibidem*, pp. 38-40.

⁵²² PINHEIRO, *Estratégias*, p. 271.

estruturas atreladas ao Estado. A forma de resistência ocorreu com as greves, especialmente as realizadas nos anos de 1931 e 1932.⁵²³

Fruto da articulação entre representantes da burguesia liberal e da Igreja católica, a Carta Republicana de 1934 adotou o sistema da pluralidade sindical, isto é, a possibilidade de existência de mais de um sindicato para representação de trabalhadores e empregadores. Compeliu-se o Estado a abdicar da unicidade sindical, o que lhe gerou dificuldades para controlar as entidades, a despeito de as restrições impostas por decreto editado pouco antes da promulgação da Constituição, sob pretexto de regulamentar a pluralidade sindical, como se verá adiante.⁵²⁴

O caráter híbrido da Constituição desagradou a Getúlio Vargas, pois precisaria observar as regras de articulação política para promover as transformações necessárias. Aproveitou para externar sua concepção sobre os partidos políticos, pois segundo ele “nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.”⁵²⁵

As forças armadas compartilharam essa posição e no final do ano de 1934 defendiam a restrição de liberdades individuais garantidas constitucionalmente. O momento era de agitação popular. Durante os primeiros anos do pós-30, registraram-se frequentes greves e manifestações operárias, que foram duramente reprimidas pela polícia. Sindicatos sofreram intervenção, comícios foram proibidos, líderes sindicais oposicionistas presos. Havia necessidade de retomada da ordem.⁵²⁶

Entre o final de 1934 e início do ano seguinte articulou-se um movimento de contestação. Formada, a princípio, por militantes do sindicalismo não oficial, por partidos políticos de oposição e por ex-membros do tenentismo, de linha progressista, descontentes com o rumo do processo iniciado em 1930, surge a Aliança Nacional Libertadora – ANL. Seus objetivos consistiram na luta contra Ação

⁵²³ ARAÚJO, *op. cit.*, p. 47.

⁵²⁴ MARTINHO, F. C. P. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. *In: _____*, *op. cit.*, p. 53.

⁵²⁵ Trecho de discurso proferido por Getúlio Vargas, em 10/11/1937. VARGAS, G. A nova política do Brasil *in* CARONE, E. *A Terceira República*. São Paulo: Difel, 1976, p. 12.

⁵²⁶ PINHEIRO, *Estratégias...*, p. 271 *et. seq.*

Integralista Brasileira – AIB – de Plínio Salgado⁵²⁷, contra o imperialismo e em contraposição ao projeto enviado ao Congresso, em janeiro de 1935 que mais tarde originará a Lei de Segurança Nacional.⁵²⁸

Em pouco tempo a Aliança congregou as forças democráticas da sociedade brasileira, incluindo sindicatos, associações civis, entidades estudantis, profissionais liberais, militares; contudo, seus principais articuladores foram as lideranças tenentistas. Nomeou-se como presidente de honra Luiz Carlos Prestes.⁵²⁹

A fundação da ANL interrompeu o crescimento contínuo de sindicatos oficiais, registrado desde 1931, anotando-se, em 1935, decréscimo de 73%, se comparados ao ano anterior, nos pedidos de reconhecimento estatal formulados por sindicatos no país.⁵³⁰ Também possibilitou a retomada nas tratativas de organização do operariado em bases horizontais com a fundação da Confederação Sindical Unitária do Brasil, de influência comunista.⁵³¹

Os alicerces da convicção corporativista sofreram com as agitações populares do ano de 1935. Contudo, a hábil manobra concatenada pela classe dirigente de identificar a ação da ANL com os comunistas retirou parte da credibilidade social do movimento, o que deprimiu suas bases de apoio. Aliado a isso, a campanha deflagrada pelo Jornal *O Globo*, que denunciou a existência de um falso plano insurrecional patrocinado pela Internacional Comunista, favoreceu a aplicação da Lei de Segurança Nacional que implicou fechamento da Aliança, pouco mais de três meses após sua instituição.⁵³²

Aos comunistas, a repressão desencadeada após a extinção da ANL significou a confirmação da suspeita de que a tomada do poder somente ocorreria pela via revolucionária, sendo impossível pelos meios eleitorais.⁵³³ No final daquele ano de 1935, fracassou tentativa desastrada de golpe militar orquestrada pelo Partido Comunista do Brasil, mas com claros sinais de se tratar de um levante

⁵²⁷ Os enfrentamentos entre militantes comunistas, socialistas, em geral antifascistas, e os integralistas eram corriqueiros nesta época. Os integralistas de Plínio Salgado procuraram cumprir uma função ao Estado similar a desempenhada pelos fascistas de Mussolini, antes mesmo da marcha sobre Roma, com atentados e ações para-militares contra sindicatos e grupos comunistas. (cf. SKIDMORE, *op. cit.*, p. 41)

⁵²⁸ VIANNA, M. A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 139.

⁵²⁹ Ibidem, p. 160.

⁵³⁰ VIANNA, L. W., *op. cit.*, p. 145.

⁵³¹ VIANNA, M. A. G., *op. cit.*, p. 166.

⁵³² Ibidem, pp. 162 et. seq.

⁵³³ SKIDMORE, *op. cit.*, p. 43.

tenentista, sendo conhecida por Intentona Comunista. Aliás, movimento que restou facilmente debelado pelas forças oficiais e que permitiu a obtenção de declaração de estado de sítio, mantido nos dois anos seguintes. Em razão disso, pode-se asseverar que, aos trabalhadores e aos oposicionistas do regime Vargas, a ditadura do Estado Novo não foi instaurada em novembro de 1937, mas em novembro de 1935, em face da repressão desferida contra as classes subalternas no Estado de sítio.⁵³⁴

Esses fatos potencializaram receio nos setores conservadores do país da ameaça proletária, o que os induziu ao apoio à repressão estatal dirigida contra sindicalistas oposicionistas e comunistas. O medo (mesmo que não justificável, como fez perceber a história) da instauração da ditadura do proletariado chamou a atenção da burguesia sobre a importância do modelo corporativista implantado pelo Governo Vargas. Afinal, a tutela das relações de trabalho permitira o controle da classe trabalhadora, com a submissão de seus sindicatos ao Ministério do Trabalho. Isso tudo induzirá à formação de um pacto pelo corporativismo pela burguesia (que abandonará definitivamente seu liberalismo), por juristas comprometidos com o pensamento autoritário e pelos católicos, que o entendiam em conformidade com a Encíclica *Rerum Novarum*, mas que abdicariam do antes defendido pluralismo sindical.⁵³⁵ Acresçam-se a esses atores o apoio do alto escalão das forças armadas e de parte do operariado situada no sindicalismo colaboracionista.

Em 10 de novembro de 1937, houve o golpe. As eleições presidenciais estavam designadas para o ano de 1938, contudo, sob pretexto de manter os comunistas afastados do poder, Getúlio Vargas instaura o Estado Novo. O golpe, mais uma vez, não resultou de um movimento de massas, que a esta altura encontravam-se subjugadas e desmobilizadas, diante do completo isolamento imposto aos grupos oposicionistas após a Intentona Comunista.⁵³⁶

O Estado Novo constituiu-se no enlace entre burocracia civil, militares e burguesia industrial que se aproximara de Getúlio Vargas após a derrota dos paulistas na Revolução de 1932. De imediato, significou a dissolução do Congresso Nacional e extinção dos partidos políticos, o que contou com escancarado apoio das

⁵³⁴ PINHEIRO, *Estratégias...*, *passim*.

⁵³⁵ VIANNA, L. W, *op. cit.*, p. 35; p. 154.

⁵³⁶ FAUSTO, *História concisa do Brasil*, p. 200-201.

classes dominantes.⁵³⁷ O objetivo externado seria de promover o desenvolvimento nacional, por meio de mudanças indispensáveis, mas com a manutenção da ordem. Para tanto, seria necessário um Estado forte e autoritário, no sentido pregado pelos quadros superiores das forças armadas.⁵³⁸

A ditadura foi municiada com uma Constituição a sua altura. Elaborada por Francisco Campos, a Carta Política de 1937 trazia dispositivos corporativistas. No âmbito das relações de trabalho e da organização sindical retomou-se a opção pela unicidade sindical, com a proibição da existência comum de mais de um sindicato representando os mesmos trabalhadores ou empregadores.⁵³⁹

Os instrumentos utilizados para controlar as classes subalternas não se restringiram ao aparelho repressivo do Estado, embora o uso da coerção pela violência física tenha demonstrado eficiência. Entretanto, esta prática restou permeada por métodos mais sutis de capitulação das classes populares sem necessitar de repressão. O corporativismo também foi adotado pelo Estado para permitir a inclusão de uma parte da sociedade que antes fora segregada à cidadania. Os dois modos não são excludentes, contudo, a adoção do primeiro em maior grau caracterizará o corporativismo brasileiro como exclusivo. Se, por outro lado, predominarem as práticas concessivas de direitos e benefícios às classes subalternas, o modelo instaurado será do corporativismo inclusivo.⁵⁴⁰

Com efeito, pode-se definir o período compreendido entre 1931 e 1935, aproximadamente, como de corporativismo inclusivo. O apogeu da repressão ocorrerá entre 1936 e 1941, considerando-o como corporativismo exclusivo. Em

⁵³⁷ Boris FAUSTO menciona fato curioso que demonstra o comportamento das classes conservadoras diante do golpe militar. Anunciado o fechamento do Congresso Nacional Getúlio Vargas recebeu congratulações e solidariedade de deputados e senadores que haviam sido recém cassados. (cf. *Ibidem*, p. 201).

⁵³⁸ CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA (org.) *op. cit.*, p. 109.

⁵³⁹ Como citado por diversos autores à exaustão, dentre as regras constitucionais algumas apresentam clara influência da carta de princípios do regime fascista italiano. Entretanto, repita-se, isto se mostra insuficiente para alusão ao modelo brasileiro como fascista. O regime italiano tendeu ao controle quase absoluto da sociedade a partir da abstração completa dos interesses e direitos individuais. No Brasil, houve apenas um Estado autoritário como fizeram questão de ressaltar Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, entre outros. (cf. SOUZA, F.M, *op. cit.*, pp. 58-59; p. 75). Embora a leitura comporte ressalvas no eufemismo “democracia atenuada”, parece útil a observação de A. F. CEZARINO JÚNIOR: “... é evidente em nosso regime a nítida separação entre a organização econômica, que segue o princípio corporativo (...), e a política, que segue ainda o sistema democrático, embora atenuado pela instituição do sufrágio indireto em lugar do universal...” (cf. CEZARINO JÚNIOR, A. F. *Direito Corporativo e Direito do Trabalho*. São Paulo: Livraria Martins, 1942, pp. 12-13).

⁵⁴⁰ STEPAN, *op. cit.*, pp. 101 *et. seq.* A distinção entre corporativismo inclusivo e exclusivo está disposta no item 4.1.1 desta dissertação.

1942, haverá a retomada de práticas inclusivas, culminando com divulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1º de maio de 1943.⁵⁴¹

Se antes de 1937 tornara-se possível identificar a postura da classe dirigente rumo ao corporativismo, o período inaugurado pelo Estado Novo consolidou as bases corporativistas do regime. Pode-se asseverar que na comparação com o lapso entre 1930-1937, em princípio, não houve grandes inovações no que concerne aos mecanismos de controle social, mas ocorreram intensificação e ampliação daqueles existentes.⁵⁴²

Torna-se fundamental para compreensão do tema uma abordagem sobre os instrumentos de dominação da classe trabalhadora adotados pelo Estado, especialmente em relação as suas entidades de classe.

4.2.2. Os mecanismos corporativos de controle da classe trabalhadora

Como retratado nos capítulos anteriores, uma análise mais acurada das relações mantidas entre as classes subalternas e o Estado na Primeira República demonstra que todos os elementos de controle estavam presentes. Para conter a agitação operária adotaram-se a violência policial, num primeiro momento, e a elaboração de leis de proteção aos operários, especialmente na década de 1920. Como retratada nos capítulos anteriores, nessa década a postura da elite dirigente consistiu em negar a existência de lutas de classe no país, ao passo que apresentava medidas no campo legislativo como oferta humanitária e caridosa aos mais fracos. Deve-se ressaltar, porém, que os instrumentos, embora sem originalidade, foram adotados com mais sofisticação e eficiência após 1930, sob influência do corporativismo.

4.2.2.1. Investidura sindical

Uma das primeiras medidas tomadas no Governo Provisório (1930-1934) consistiu na criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio que possuía,

⁵⁴¹ ARAÚJO, *op. cit.* p. 57.

⁵⁴² BERNARDO, *op. cit.*, p. 125.

dentre outras, a responsabilidade de elaborar leis destinadas às relações de trabalho e para impor novas diretrizes às organizações sindicais, especialmente de trabalhadores.⁵⁴³

Em março de 1931, poucos meses depois de sua criação, o “Ministério da Revolução”, como se convencionou tratá-lo, divulgava o Decreto n.º 19.770. Na exposição de motivos assentava-se o espírito colaboracionista que orientou sua elaboração, pautado na pregação da harmonia entre as classes em detrimento do conflito, ao passo que incutia às entidades sindicais a necessidade de cooperação com o Estado.⁵⁴⁴

A pretensão estatal consistiu na oficialização das organizações constituídas espontaneamente pelos trabalhadores durante a Primeira República, o que se tornaria factível mediante reconhecimento concedido pelo Ministério ao sindicato que detivesse dois terços de associados da classe ou, caso isso não acontecesse, ao que possuísse maior número de sócios.⁵⁴⁵

Instituíam-se com isso o princípio da unicidade sindical. Apesar de a legislação não proibir formalmente a constituição de outras associações de classe, o Estado apenas reconheceria uma. Os sindicatos passaram a ser concebidos como instituições inerentes e necessárias à ordem capitalista. Logo, restava fundamental organizar e disciplinar sua estruturação. Para atender a essa finalidade, desde o primeiro decreto, o Ministério do Trabalho preocupou-se em ditar as regras fundamentais de existência dos sindicatos, submetendo-os às normas indispensáveis ao seu reconhecimento, funcionamento e extinção. Além disso, o Estado percorreu sobre as funções e os modos do controle ministerial.⁵⁴⁶

O caráter colaboracionista e assistencialista que as entidades sindicais reconhecidas passaram a ter refletiu-se na delegação de suas funções, como “fundar e administrar caixas beneficentes, agências de colocação, cooperativas,

⁵⁴³ RODRIGUES, J.A, *op. cit.*, p. 70.

⁵⁴⁴ MATOS, M. B. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 19.

⁵⁴⁵ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 81. A referência é ao artigo 9º do Decreto: “Cindida uma classe e associada em dois ou mais sindicatos, será reconhecido o que reunir dois terços da mesma classe, e, se isto não se verificar, o que reunir maior número de associados.” BRASIL. Decreto n.º 19.770, de 19 de Março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operarias e da outras providencias. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1931, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 324, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3 jul./2010.

⁵⁴⁶ SIMÃO, *op. cit.*, p. 196.

serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência...”,⁵⁴⁷ assim como se denotou na definição expressa dos sindicatos “como órgãos de colaboração com o Poder Público”.⁵⁴⁸

A interferência estatal nas entidades sindicais também pode ser percebida nas regras previstas para padronização de seus estatutos, impondo-lhe o cumprimento sob pena de não reconhecimento do sindicato⁵⁴⁹ ou na necessidade de ratificação ministerial dos acordos e das convenções entabulados entre as entidades de empregados e empregadores.⁵⁵⁰

A intervenção estatal residiu nas atribuições definidas ao Ministério do Trabalho de impor sanções aos sindicatos, pecuniárias ou que permitissem “fechamento do sindicato, da federação ou da confederação, até seis meses, destituição da diretoria ou sua dissolução definitiva”.⁵⁵¹

⁵⁴⁷ Diz o *caput* do artigo 5º do Decreto 19.770: “Além do direito de fundar e administrar caixas beneficentes, agências de colocação, cooperativas, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência, os sindicatos que forem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão considerados, pela colaboração dos seus representantes ou pelos representantes das suas federações e respectiva Confederação, órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que, econômica e socialmente, se relacionarem com os seus interesses de classe.” BRASIL. Decreto n.º 19.770, de 19 de Março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e das outras providências. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1931, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 324, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3. jul./2010.

⁵⁴⁸ O texto completo do artigo 6º do Decreto: “Ainda como órgãos de colaboração com o Poder Público, deverão cooperar os sindicatos, as federações e confederações, por conselhos mistos e permanentes de conciliação e de julgamento, na aplicação das leis que regulam os meios de dirimir conflitos suscitados entre patrões, operários ou empregados.” Idem.

⁵⁴⁹ Estipulam o artigo 2º e seus dois parágrafos: “Constituídos os sindicatos de acordo com o artigo 1º, exige-se ainda, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e que adquirirem, assim, personalidade jurídica, tenham aprovados pelo Ministério os seus estatutos, acompanhados de cópia autêntica da ata de instalação e de uma relação do número de sócios com os respectivos nomes, profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residência e lugares ou empresas onde exercerem a sua atividade profissional. § 1º Dos estatutos devem expressamente constar: os fins da associação; o processo de escolha, as atribuições e os motivos de perda de mandato dos seus diretores; os direitos e deveres dos sócios, a forma de constituição e administração do patrimônio social; o destino que se deve dar a este, quando, por exclusiva deliberação dos sócios, se dissolver a associação; as condições em que esta se extinguirá, além de outras normas de fundamento. § 2º As alterações introduzidas nos estatutos não vigorarão enquanto não forem aprovadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. In: Idem.

⁵⁵⁰ Dispõe o artigo 10 do Decreto n.º 19.770: “Além do que dispõe o art. 7º, é facultado aos sindicatos de patrões, de empregados e de operários celebrar, entre si, acordos e convenções para defesa e garantia dos interesses recíprocos, devendo ser tais acordos e convenções, antes de sua execução, ratificados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.” In: Idem.

⁵⁵¹ A redação do artigo 16 do Decreto 19.770 é bastante clara nesse sentido: 16. Salvo os casos previstos nos §§ 1º e 2º da art. 13, o não cumprimento dos dispositivos deste decreto será punido, conforme o caráter e a gravidade de cada infração, e por decisão do Departamento competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com multa de 100\$0 (cem mil réis) a 1:000\$0 (um conto do réis), fechamento do sindicato, da federação ou da confederação, até seis meses, destituição da diretoria ou sua dissolução definitiva. In: Idem.

Às vésperas da promulgação da Constituição de 1934 editou-se o Decreto n.º 24.694, de origem do Poder Executivo, sob pretexto de regulamentar a pluralidade sindical estabelecida no texto da Carta Política. Entretanto, o escopo precípua consistiu em manter controle sobre as entidades sindicais, preservando a vigilância estatal sobre elas.⁵⁵²

Comparativamente com a legislação anterior, de substancial o novo decreto alterou a possibilidade de reconhecimento de mais de um sindicato para a mesma profissão em idêntica base territorial. A tentativa ministerial intentou restringir a liberdade de fundação de sindicatos, mantendo um número máximo de entidades sindicais reconhecidas pelo Estado. Assim, possuiriam caráter oficial as associações que congregassem, ao menos, um terço dos associados da referida profissão.⁵⁵³ Isso inviabilizou concretamente a criação de mais de dois sindicatos.

Por outro lado, a regulamentação manteve as exigências em relação ao conteúdo dos estatutos, consistentes nas formalidades para reconhecimento estatal, além de dispor sobre as prerrogativas e deveres dos sindicatos, como órgão de colaboração com o Estado. Também se preservou a imposição de penalidades às entidades, na forma da lei anterior, ressaltando-se que o fechamento das entidades limitava-se a seis meses, assim como a supressão da pena de destituição das diretorias.⁵⁵⁴

Com o Estado Novo tornara-se necessário conformar a organização sindical à realidade política. Nesse aspecto, o Decreto n.º 1.402, de 1939, procurou

⁵⁵² VIANNA, L. W., *op. cit.*, p. 197.

⁵⁵³ Redação integral do artigo 5º do Decreto 24.694: Para o efeito da sua constituição e reconhecimento, os sindicatos, deverão satisfazer os seguintes requisitos: I Quanto aos empregadores: a) reunião de cinco empresas, no mínimo, legalmente constituídas, sob forma individual, coletiva ou de sociedade anônima, ou de dez sócios individuais quando inexistir na localidade o número de empresas indicado; b) exercício dos cargos de administração e de representação por brasileiros natos, ou naturalizados com mais de cinco anos de residência no Brasil; c) duração não excedente de dois anos para os mandatos da diretoria. II Quanto aos empregados: a) reunião de associados, de um e outro sexo e maiores de 14 anos, que representam, no mínimo, um terço dos empregados que exerçam a mesma profissão na respectiva localidade, identificados nos termos do art. 38; b) mandato trienal nos cargos de administração, cujos componentes serão inelegíveis para o período subsequente, com a renovação anual do presidente nos termos do artigo 9º; c) exercício do cargo de administração e de representação por brasileiros natos ou por naturalizados com mais de dez anos de residência no Brasil." BRASIL. Decreto n.º 24.694, de 12 de julho de 1934. Dispõe sobre os sindicatos profissionais. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1934, v. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 838, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3 jul. 2010.

⁵⁵⁴ COSTA, S. A. *Estado e controle sindical no Brasil: um estudo sobre três mecanismos de coerção*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986, pp. 32 et. seq.

aprofundar o controle ministerial sobre os sindicatos e constituiu versão aprimorada da legislação corporativa no país.⁵⁵⁵

Resumidamente, pode-se apontar a manutenção da necessidade de reconhecimento estatal, impondo as regras necessárias para esta finalidade; a fixação de prerrogativas⁵⁵⁶ e deveres⁵⁵⁷ dos sindicatos; indicação das condições para seu funcionamento; prestação anual de contas das entidades junto ao Ministério do Trabalho; por fim, previa-se imposição de multas que poderiam ser pecuniárias, de destituição de diretores ou diretorias, fechamento do sindicato por prazo não superior a seis meses e, uma novidade, cassação da carta de reconhecimento, sempre que os sindicatos descumprissem as regras previstas no decreto, o que na prática ocorria quando desagradassem aos interesses do Estado.⁵⁵⁸

Os três decretos citados estabeleciam mecanismos de controle ideológico dos dirigentes e associados das entidades sindicais. Nos dois primeiros havia a proibição de disseminação no âmbito da associação de ideologias políticas ou religiosas “sectárias”. No último, restaram cerceadas apenas as que fossem incompatíveis com os interesses nacionais e das instituições, sendo que caberia ao Ministério do Trabalho análise do que se conformava à descrição. Tal alteração pretendeu favorecer a divulgação do ideário do Estado Novo pelos sindicatos colaboracionistas.⁵⁵⁹

A função das entidades sindicais se restringirá, portanto, a atividades assistenciais e de representação de seus associados. Para tanto, os sindicatos serão obrigados à contratação de pessoal, formando-se uma verdadeira burocracia

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 44.

⁵⁵⁶ Dispõe o artigo 3º do Decreto 1.402: “São prerrogativas dos sindicatos: a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses da profissão e os interesses individuais dos associados, relativos à atividade profissional; b) fundar e manter agências de colocação; c) firmar contratos coletivos de trabalho; d) eleger ou designar os representantes da profissão; e) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a profissão; f) impor contribuições a todos aqueles que participam das profissões ou categorias representadas.” In: BRASIL. Decreto n.º 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1939, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 3, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3. jul./2010.

⁵⁵⁷ Dispõe o artigo do Decreto 1.402: “4º São deveres dos sindicatos: a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das profissões; b) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; c) manter serviços de assistência judiciária para os associados; d) fundar e manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social; e) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.” Idem.

⁵⁵⁸ MORAES FILHO, *O problema...*, p. 245 et. seq.

⁵⁵⁹ COSTA, *op. cit.*, p. 45 et. seq.

sindical, entrelaçada por dirigentes, empregados das entidades e servidores públicos do Ministério do Trabalho.⁵⁶⁰

Algumas inovações devem ser mencionadas. A nova regulamentação pretendeu expor as regras fundamentais de existência dos sindicatos, incluindo a forma de composição da entidade, além do número máximo de diretores e membros do conselho fiscal que poderia ter. Do mesmo modo, o Ministério do Trabalho fornecia as instruções para as eleições das diretorias e conselhos.⁵⁶¹

Talvez a principal novidade resida na criação de associações profissionais. O Decreto n.º 1.402 de 1939 previa que para o reconhecimento de novos sindicatos se tornaria necessária constituição prévia de associações profissionais. Assim, para ser investida na condição de sindicato haveria de, primeiro, preencher os requisitos exigidos para reconhecimento como associação. Vencida essa etapa poderia obter chancela como sindicato quando passaria a representar os interesses coletivos da profissão, enquanto à associação restringia-se a representação de interesses individuais dos trabalhadores.⁵⁶²

Dentre os requisitos para transformação de associação em sindicatos exigia-se possuir um terço de associados pertencentes à profissão representada. Excepcionalmente, o Ministério do Trabalho poderia reconhecer associações com número inferior ao estabelecido na lei. A previsão contida no parágrafo único do artigo 5º do decreto restou adotada em larga medida para propiciar a multiplicação de sindicatos colaboracionistas.⁵⁶³

Em 1º de maio de 1943, Getúlio Vargas divulga a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ⁵⁶⁴ – que na parte relativa à organização sindical pode ser

⁵⁶⁰ SIMÃO, *op. cit.*, p. 229.

⁵⁶¹ MORAES FILHO, *O problema...*, pp. 265-266.

⁵⁶² Dispõem os artigos 1º e 2º do Decreto 1.402: “Art. 1º. É lícita a associação, para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses profissionais, de todos os que, como empregadores, empregados ou trabalhadores por conta própria, intelectuais, técnicos ou manuais, exerçam a mesma profissão, ou profissões similares ou conexas. Art. 2º Somente as associações profissionais constituídas para os fins do artigo anterior e registradas de acordo com o art. 48 poderão ser reconhecidas como sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta lei.” BRASIL. Decreto n.º 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1939, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 3, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3. jul./2010.

⁵⁶³ COSTA, *op. cit.*, p.46.

⁵⁶⁴ BRASIL. Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*. Publicação em 09/08/1943, p. 11.937, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3. jul./2010.

concebida como resultado de um processo iniciado em 1931 com o Decreto n.º 19.770.⁵⁶⁵

A delegação pelo Estado de funções como se públicas fossem aos sindicatos, atribuindo prerrogativas de representação perante o poder público às entidades reconhecidas, enquanto ao mesmo tempo criara mecanismos de intervenção estatal direta nessas entidades, apresenta o significado de “investidura sindical”.⁵⁶⁶

O dirigismo estatal também interferiu nos critérios de agrupamento dos trabalhadores para constituições de suas instituições sindicais.

4.2.2.2. Enquadramento sindical

Outra característica que aponta o controle ministerial sobre a classe trabalhadora e seus organismos de representação reside no enquadramento sindical. Neste caso, o Estado estipula as regras que devem ser observadas para permitir agrupamento com a finalidade de constituição das entidades sindicais.

O Decreto n.º 19.770, de 1931, estabelecia o direito à formação de sindicatos aos membros “das classes patronais e operárias”, devendo-se observar o critério da identidade ou similaridade de profissões.⁵⁶⁷ Na nova regulamentação suprimiu-se a palavra classe, mantendo-se a organização profissional. Não se trata de mera correção semântica, mas do cuidado para não aparentar antagonismo entre operários e empregadores.⁵⁶⁸

Não há distinções relevantes entre os três decretos citados. Eles estabeleceram a organização dos trabalhadores pelo critério associativo da

⁵⁶⁵ VIANNA, L. W., *op. cit.*, p. 241.

⁵⁶⁶ SIMÃO, *op. cit.*, p. 197.

⁵⁶⁷ Redação do *caput* do artigo 1º do Decreto n.º 19.770: Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da República e por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições: (...). BRASIL. Decreto n.º 19.770, de 19 de Março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e da outras providências. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1931, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 324, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3 jul./2010.

⁵⁶⁸ COSTA, *op. cit.*, pp. 34-35.

identidade, similaridade ou conexão entre profissões, ou seja, sindicato profissionalmente diferenciado.⁵⁶⁹ Os desencontros são tênues, mas devem ser reportados.

Pelo Decreto n.º 24.694, de 1934, seria possível constituir organizações horizontais, formada por sindicatos de várias profissões, desde que estabelecidos no mesmo município. Esta previsão não existia no regramento de 1931 e restou suprimida no decreto de 1939.⁵⁷⁰

Outra característica que merece menção refere-se à base territorial dos sindicatos. Para fragmentar a organização sindical e desmobilizar ainda mais a classe trabalhadora, o decreto de 1934 impunha o agrupamento de trabalhadores com limitação territorial ao município. Assim, não poderiam ser constituídos sindicatos de base regional ou estadual. Afere-se o caráter controlador da medida no fato de que aos empregadores não se impôs esta restrição.⁵⁷¹ Como em 1939 o movimento sindical extra oficial praticamente não existia, esta limitação não se repetiu.⁵⁷²

As entidades sindicais de grau superior também restaram regulamentadas por esses decretos. Estipulou-se o sistema confederativo de forma verticalizada, com a disposição de sindicatos, federações estaduais e confederações nacionais relacionando-se a partir da identidade, similaridade ou conexão de atividades profissionais.⁵⁷³ A distinção entre os instrumentos jurídicos residiu inicialmente no Decreto n.º 19770 que previa a criação da Confederação Brasileira do Trabalho que

⁵⁶⁹ No capítulo anterior, tratou-se das classificações propostas à organização sindical. Mencionou-se que os sindicatos podem ser profissionalmente indiferenciados, profissionalmente diferenciados e profissionalmente articulados. No primeiro caso, a organização é horizontal e ocorre independente de profissão ou categoria profissional, tendo como elo o critério da territorialidade. No segundo o ponto de união será a existência de profissão idêntica, similar ou conexa. No último, enquadrar-se-iam as entidades articuladas por categoria profissional ou indústria, tendo por critério de agrupamento o fato de trabalharem para mesma atividade econômica ou indústria. (cf. SIMÃO, *op. cit.*, pp. 172-178.).

⁵⁷⁰ COSTA, *op. cit.*, p. 42; p. 58.

⁵⁷¹ Dispõe o artigo 12 do referido decreto: “Os sindicatos reconhecidas na forma deste decreto poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais interestaduais ou nacionais. § 1º Os sindicatos dos empregadores poderão constituir-se por profissões ou atividades exercidas numa mesma localidade, num mesmo ou em vários Estados ou em todo o País. § 2º Os sindicatos de empregados serão sempre locais; mas, em casos especiais, atendendo às condições peculiares a determinadas profissões, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio poderá fixar aos sindicatos respectivos uma base territorial quais extensa. § 3º Em qualquer hipótese do § 2º, e área fixada ao sindicato deverá coincidir sempre com as das divisões administrativas do Estado ou da União.” BRASIL. Decreto n.º 24.694, de 12 de julho de 1934. Dispõe sobre os sindicatos profissionais. *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1934, v. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 838, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3 jul. 2010.

⁵⁷² COSTA, *op. cit.*, p. 47.

⁵⁷³ *Ibidem*, p. 38.

resultaria da união horizontal de mais de cinco federações de trabalhadores. Isso não se renovou nos demais instrumentos legais.⁵⁷⁴

O Decreto n.º 24.694, de 1934, manteve em relação ao anterior o número de três sindicatos para fundação de uma federação e de cinco destas para criação da confederação. Também indicou os ramos de atividade em que seriam constituídas no máximo quatro confederações: pecuária e agricultura, transportes e comunicações, comércio e indústria.⁵⁷⁵ O decreto que o sucedeu majorou a união de cinco sindicatos de profissões idênticas, similares ou conexas para constituição de uma federação. Em contrapartida, reduziu-se para três o número de federações hábeis a criar uma confederação.

Também houve regulamentação dos ramos de atividade aptos à formação de confederações. A divisão das forças produtivas contemplou o seguinte fracionamento: indústria, comércio, transportes marítimos e aéreos, transportes terrestres, comunicações e publicidade, crédito, educação e cultura.⁵⁷⁶ Na simetria exigida, para cada confederação de empregadores havia equivalente de trabalhadores, além da relativa às profissões liberais.⁵⁷⁷

⁵⁷⁴ Ibidem, p. 13.

⁵⁷⁵ Dispõe o artigo 26 do referido decreto: "Organizando-se, pelo menos, três federações, poderão estas constituir uma confederação com sede na Capital da República. § 1º As confederações formadas por federações de empregadores da agricultura e pecuária, da indústria, do comércio ou de empresas de transportes e comunicações, denominar-se-ão, respectivamente, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, Confederação Nacional, da Indústria Confederação, Nacional do Comércio e Confederação Nacional das Empresas de Transportes e Comunicações, e as confederações formadas por federações de empregados na agricultura e pecuária, na indústria, no comércio e nas empresas de transportes e comunicações terão, respectivamente, a denominação de Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Pecuária, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Empregados no Comércio e Confederação Nacional dos Empregados em Empresas de Transportes e Comunicações." BRASIL. Decreto n.º 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1939, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 3, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3 jul./2010.

⁵⁷⁶ A disposição do artigo 25 também prevê um parágrafo terceiro que permite a criação da Confederação Nacional das Profissões Liberais. De todo modo, estabelece o restante: "As confederações organizar-se-ão com o mínimo de três federações e terão sede na Capital da República. § 1º As confederações formadas por federações de sindicatos de empregados denominar-se-ão: Confederação Nacional de Indústria, Confederação Nacional de Comércio, Confederação Nacional de Transportes Marítimos e Aéreos, Confederação Nacional de Transportes Terrestres, Confederação Nacional de Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional de Empresas de Crédito, e Confederação Nacional de Educação e Cultura. § 2º As confederações formadas por federações de sindicatos de empregados terão a denominação de: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura." Idem.

⁵⁷⁷ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 102.

A estruturação proposta pelo Decreto n.º 1.402 restou praticamente reprisada no texto de 1943 da CLT, contudo, com importante distinção. Os sindicatos se constituiriam por profissão ou empresa. Entretanto, impõe-se uma fragmentação no critério para agrupamento. Os setores de atividades citados sofrerão desmembramento em vários segmentos, cada qual correspondente a uma atividade econômica. A comissão de enquadramento sindical identificará a existência de identidade, similitude e conexão entre elas, criando as categorias econômicas.⁵⁷⁸ Nelas podem ser constituídos os sindicatos patronais que terão como correspondentes simétricos os sindicatos de trabalhadores, eis que formarão à categoria profissional, por presumir a “similitude de condições de vida e de interesses” aos que laboram na mesma atividade econômica.⁵⁷⁹

Rompia-se, portanto, com o critério de representação por profissões assimilado da Lei Francesa de 1884 e que inspirou a legislação sindical até então.⁵⁸⁰

O corporativismo brasileiro pecaria pela ingenuidade se acreditasse na pacificação absoluta das relações coletivas de trabalho. Aos teóricos da época não cabe este adjetivo, logo, trataram de regulamentar as formas de solução de conflitos, negando-se o recurso à autotutela.

⁵⁷⁸ Ibidem, pp. 103 *et. seq.*

⁵⁷⁹ Dispõe o artigo 511 da CLT: “É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas. § 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica. § 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional. § 3º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares. § 4º Os limites de identidade, similaridade ou conexidade fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural.” BRASIL. Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*. Publicação em 09/08/1943, p. 11.937, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3 jul./2010.

⁵⁸⁰ MORAES FILHO, *O problema...*, p. 253.

4.2.2.3. Negação à autotutela e solução jurisdicional de conflitos

A constituição de um organismo que pudesse compor os conflitos coletivos de trabalho interessou ao Estado. Tornara-se necessária a pacificação social, sem sobressaltos na produção ocasionados pelas greves.

Os sindicatos ao exercerem função delegada pelo Estado poderiam criar normas externas que seriam aplicadas nas relações de trabalho. Ao instrumento normativo resultante deste pacto entre representantes dos empregadores e dos empregados atribuiu-se a denominação de Convenção Coletiva de Trabalho.⁵⁸¹ Inicialmente, os direitos previstos teriam sua aplicação restrita aos associados dos sindicatos convenientes, contudo, havia possibilidade de extensão dos benefícios às categorias por decisão do Ministério do Trabalho.⁵⁸²

Haveria de se prever situações em que as negociações restariam infrutíferas carecendo de intervenção estatal a fim de impor a conciliação e a harmonia nos ambientes de trabalho, para não acarretar prejuízos aos interesses nacionais, coincidentes, evidentemente, com os do capitalista.

As primeiras iniciativas estatais nesse sentido ocorreram para dirimir os conflitos individuais, com a constituição em 1932 das Juntas de Conciliação e Julgamento. Instituiu-se com composição tripartite (um representante dos empregados, um empregadores e um do Ministério do Trabalho), em que os trabalhadores sindicalizados poderiam demandar em face do capitalista, sendo que eventual acordo descumprido ou decisão arbitral tornar-se-ia “título líquido”, cuja execução competiria aos Procuradores do Departamento Nacional do Trabalho ou Procuradores da República.⁵⁸³

⁵⁸¹ Ibidem, p. 249.

⁵⁸² Deve-se notar que a extensão dos efeitos da negociação a toda a categoria somente se efetivou com a ditadura militar, pelo Decreto-lei n.º 229 de 1967 que alterou a seguinte redação do artigo 612 da CLT: “O contrato coletivo, celebrado nos termos do presente capítulo, aplica-se aos associados dos sindicatos convenientes, podendo tornar-se extensivo a todos os membros das respectivas categorias, mediante decisão do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio”. BRASIL. Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*. Publicação em 09/08/1943, p. 11.937, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 4 jul. 2010.

⁵⁸³ BRASIL. Decreto n.º 22.132, de 25 de novembro de 1932. Institui Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta as suas funções. *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1932, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 4 jul./2010.

A Constituição de 1934 previa a organização da Justiça do Trabalho em bases corporativistas, tendo o Ministério do Trabalho enviado ao Congresso Nacional um projeto para a necessária regulamentação dos dois dispositivos constitucionais que abordavam a matéria. Nele o Poder Executivo atribuía capacidade à Justiça do Trabalho para criar normas por meio de suas decisões nos conflitos coletivos. O projeto recebeu parecer desfavorável da Comissão de Justiça da Casa Legislativa, ensejando polêmica entre um de seus autores com o deputado relator.⁵⁸⁴

O caráter acentuadamente corporativo do regime restou conferido na Constituição de 1937, especialmente nos artigos 137, 138, e 140. Este tratava expressamente da organização econômica em genuínas corporações que jamais se concretizou. Merecem ênfase as disposições sobre contratação coletiva, sobre o exercício pelos sindicatos de funções delegadas pelo poder público, além das que estabelecem a instituição da Justiça do Trabalho (artigo 139).⁵⁸⁵

Nesse dispositivo resta vedada a realização de greve e do locaute, sendo declarados recursos antissociais, afinal, colidiam com o interesse pacificador e harmonioso do Estado.⁵⁸⁶ Haverá sutil alteração com a CLT, em 1943, pois embora permitida greve, sua realização dependerá de prévia autorização dos Tribunais do Trabalho, o que inviabilizará seu exercício.⁵⁸⁷

A organização legislativa da Justiça do Trabalho ocorreu somente em 1939 e sua instauração em 1941. O decreto que a regulamentou estabelecia as Juntas de Conciliação e Julgamento, presididas por Juízes de Direito ou bacharéis, nomeados pelo Presidente da República com mandato de dois anos, cabendo recondução. Manteve-se a representação classista com a indicação de um vogal dos trabalhadores e outro dos empregadores. Esses mecanismos, aliados ao fato de que

⁵⁸⁴ OLIVEIRA VIANNA, *op. cit.*, p. 30 *et. seq.*

⁵⁸⁵ VIANNA, L.W, *op. cit.*, pp. 220-221.

⁵⁸⁶ MORAES FILHO, *O problema...*, p. 252.

⁵⁸⁷ Dispunha o artigo 723 da CLT, revogado expressamente apenas em 1999, embora inconstitucional desde 1988: “Os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades: a) suspensão do emprego até seis meses, ou dispensa do mesmo; b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem; c) suspensão, pelo prazo de dois anos a cinco anos, do direito de serem eleitos para cargo de representação profissional.” BRASIL. Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*. Publicação em 09/08/1943, p. 11.937, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 4. jul./2010.

a Instituição vinculava-se ao Poder Executivo e não ao Judiciário, asseguraram controle ministerial sobre sua atuação.⁵⁸⁸

Também restou regulamentado o poder normativo da Justiça Trabalhista que seria exercido nas hipóteses de conflito coletivo, por solicitação de um dos conflitantes ou mesmo por iniciativa da Presidência do Tribunal ou da Procuradoria do Trabalho quando os trabalhadores se encontrassem em greve.⁵⁸⁹

Muita polêmica houve sobre a sua constitucionalidade. Mesmo na época, a questão gerou acalorados debates. Seus principais críticos sustentavam a existência de violação aos princípios da separação entre poderes e “da não delegação de função legislativa”, em face do vilipêndio dos caracteres da sentença judicial. Ao responder os argumentos opostos, Francisco José de OLIVEIRA VIANNA destacou as distinções entre a sentença normativa, peculiar à Justiça do Trabalho, e a comum. Dentre outros argumentos, indicou exemplos de situações de violação aos princípios informados, costumeiramente, admitida pelos liberais.⁵⁹⁰

O poder normativo da Justiça do Trabalho foi exercido em sua plenitude, tanto nos períodos democráticos como nas ditaduras. Pode-se asseverar que constituiu um dos pilares de controle sobre a classe trabalhadora, seja para preservação dos patamares salariais de acordo com os interesses dos capitalistas, seja para desmobilizar ainda mais a classe proletária.⁵⁹¹ Contribui no argumento, a constatação no final do período abordado de depressão salarial, assim como da ausência na melhoria das condições de trabalho por via da negociação coletiva ou jurisdicional.⁵⁹²

⁵⁸⁸ Estabelece o artigo 7º do Decreto 1.237, de 1939: “O presidente e seu suplente serão nomeados pelo Presidente da República, com exercício por dois anos, podendo ser reconduzidos. A nomeação recairá em magistrados de primeira instância ou em bacharéis em direito reconhecida idoneidade moral domiciliados na jurisdição da Junta. Parágrafo único. O presidente da Junta quando estranho aos quadros da magistratura depois de reconduzidos será conservado enquanto bem servir, só podendo ser demitido por falta apurada pelo Conselho Nacional do Trabalho em inquérito administrativo, facultada, porém, a sua suspensão previa pelo presidente do Conselho Regional.” BRASIL. Decreto n.º 1.237, de 2º de maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho. *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1939, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 121, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 4 jul. 2010.

⁵⁸⁹ Texto do artigo 56 do Decreto 1.237, de 1939: “Nos dissídios coletivos são competentes para provocar a conciliação os empregadores ou seus sindicatos, os sindicatos de empregados e, ex-officio, sempre que ocorrer suspensão ao trabalho, o presidente do tribunal ou a Procuradoria do Trabalho.” Idem.

⁵⁹⁰ OLIVEIRA VIANNA, *op. cit.*, p. 30 et. seq.

⁵⁹¹ BERNARDO, *op. cit.*, p. 180.

⁵⁹² HALL, M. M. Corporativismo e fascismo: as origens das leis trabalhistas brasileiras. In: ARAÚJO, *op. cit.*, p. 24.

Os sindicatos oficiais portavam-se em estreita harmonia com os princípios orientadores do Estado. A nova legislação, além de impor o sindicalismo de resistência e oposicionista ao esquecimento, atribuía funções burocráticas e assistenciais aos sindicatos reconhecidos. A ausência de legitimidade desses organismos perante a classe trabalhadora tornara necessária instituição de instrumentos para sua sustentação financeira.

4.2.2.4. Contribuição sindical

A Constituição de 1937 dispôs sobre a possibilidade de os sindicatos imporem contribuições aos associados (artigo 138). Em vigor encontrava-se o Decreto n.º 24.694, de 1934, que – igualmente ao anterior – não regravava sobre a forma de arrecadação das entidades sindicais.

Na legislação de 1939 o Estado impôs deveres aos sindicatos e estabeleceu a prerrogativa de estes estipularem contribuições aos associados; contudo, os pagamentos espontâneos mostravam-se insuficientes para fazer frente às funções públicas delegadas.

Em 1940, o Estado criou – para não mais desaparecer – as contribuições sindicais, que consistiam no pagamento compulsório estabelecido a sócios e não sócios das entidades sindicais. O mecanismo previa a sustentação financeira do sistema confederativo com a contribuição individual de valor equivalente ao salário de um dia de trabalho de cada empregado, descontado em folha de pagamento por seu empregador, nos meses de março de todos os anos, sendo repassado ao Ministério do Trabalho, que faria o rateio. Do total arrecadado, 54% ficava com os sindicatos, 15% com as federações e 5% para as confederações. O remanescente destinava-se a um Fundo Social Sindical administrado pelo Estado (20%) e à taxa operacional cobrada pelo Banco do Brasil (6%).⁵⁹³

No ano de 1942, o Estado criou a Comissão do Imposto Sindical que teria por atribuição a fiscalização da aplicação dos recursos recebidos pelas entidades sindicais nas atividades dispostas no decreto, tais como: assistência médica e

⁵⁹³ VIANNA, L. W, *op. cit.*, pp.232-233.

dentária, assistência à maternidade, escolas de alfabetização, assistência jurídica, colônia de férias entre outras. Completava-se a tarefa de tornar os sindicatos em “sucursais do poder público”.⁵⁹⁴

Esse instrumento legal permitiu a sobrevivência e proliferação de entidades sindicais descompromissadas com os interesses de classe ou da categoria profissional, pois não precisaram legitimar-se perante os trabalhadores para arrecadação dos recursos indispensáveis ao seu funcionamento.⁵⁹⁵

Antes da formulação das conclusões faz-se necessária uma breve análise do significado do período compreendido entre golpe militar em 1930 e a deposição de Getúlio Vargas em 1945.

4.2.3. A revolução sem revolução

A historiografia e sociologia brasileiras debruçaram sobre os significados e motivos do movimento político-militar que implicou a deposição do Presidente da República Washington Luís e ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Não compete – e tampouco objetiva este trabalho, até porque impossível – discutir as controvérsias existentes sobre o tema. Entretanto, três dessas interpretações importam para compreensão da estruturação do corporativismo no país, especialmente porque abordam o fenômeno histórico no horizonte das relações com o Estado.

Nessas perspectivas o golpe se concebeu como Estado de compromisso, como Estado Bonapartista ou como revolução passiva pelo alto. A primeira expressão refere-se à inexistência de uma classe ou fração da classe dominante que detivesse hegemonia sobre as demais, dentre as forças políticas que assumiram e se mantiveram no poder durante os quinze anos da era Vargas. Nessa correlação de forças não estava o proletariado, pois o Estado de compromisso consistiria no pacto entre setores da burguesia e a classe média, com fundamental apoio do exército.⁵⁹⁶

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 233.

⁵⁹⁵ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 110.

⁵⁹⁶ FAUSTO, *A revolução...*, pp. 136-137.

A referência ao Bonapartismo tem seu recurso teórico na análise formulada por Karl MARX sobre o golpe conduzido por Luís Bonaparte na França em 1851.⁵⁹⁷ O termo comparativo com o período varguista teve como precursor Leôncio Martins RODRIGUES. Para o autor, há diversos componentes que indicam a semelhança entre os dois modelos, além da tentativa de capitulação da sociedade civil pelo Estado. Dentre eles, citam-se: apoio pautado nas forças armadas e na burocracia; demagogia populista em relação às classes subalternas; relação direta sem intermediários (partidos) políticos entre o líder e as massas; centralização do poder e autoritarismo.⁵⁹⁸

O Estado capitalista exerceria a dominação por meio de seus aparelhos repressivos, mas também teria por função dissimular nas relações de produção um ambiente harmônico, a fim de atenuar os conflitos entre os interesses antagônicos do capital e do trabalho. O caráter dissimulador do Estado Bonapartista residiu na aparente neutralidade, encontrando-se acima das disputas e interesses das classes sociais. Surgiu com a roupagem de um Estado de nenhuma classe para dissimular seu caráter burguês.⁵⁹⁹

Sem prejuízo das posições anteriores, a interpretação que melhor se conforma à rendição do proletariado pelo Estado consiste na que compreende o período como “revolução sem revolução”. Nessa linha interpretativa, tem-se em Antonio GRAMSCI referencial teórico. Para referido autor, revolução passiva significa “o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações”. Com isso, os grupos sociais dominantes, portadores da tese desenvolvem-na a ponto de assimilar parte da antítese, encampando os representantes oposicionistas. Nesse processo dialético haverá a transformação das posições anteriores e quanto maior a resistência apresentada pelos opositores, maior será o avanço social obtido.⁶⁰⁰ A síntese torna-

⁵⁹⁷ MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, *passim*.

⁵⁹⁸ RODRIGUES, L. M, *Sindicalismo...*, pp. 631-632.

⁵⁹⁹ MARX, *op. cit.*, pp. 133-137.

⁶⁰⁰ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho *et. al.* 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5, pp. 317 *et. seq.*

se possível pela guerra de posição como fruto de uma elaboração gradativa e não de um impulso revolucionário.⁶⁰¹

Movimentos dessa natureza possuem dois momentos: de “restauração” como forma de impedir uma verdadeira revolução (de baixo para cima) e de “renovação” a partir da encampação de reivindicações populares pelas classes dominantes. Este fenômeno restou definido como “transformismo molecular” ou “transformismo de grupos radicais”. No primeiro, as lideranças oposicionistas são cooptadas individualmente pela classe política. No segundo, há incorporação de grupos inteiros que passam a integrar ou a se conformar com a classe dominante.⁶⁰²

Essa categoria importa à análise do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois o Estado teve atuação decisiva nesse aspecto. Pode-se indicar “duas causas-efeitos da revolução passiva” no Brasil. No primeiro caso, houve o fortalecimento do Estado como sociedade política em detrimento da sociedade civil ocasionado por protagonizar as transformações sociais no país, substituindo as classes economicamente dominantes que preferiram delegar-lhe esta função.⁶⁰³

A segunda hipótese refere-se à prática transformista. Durante o período abordado, o Estado adotou mecanismos repressivos contra o proletariado. Não poupou esforços e recursos para combater o inimigo adjetivado como comunista, sendo na verdade, simplesmente, o proletariado. Retrato fiel pode-se extrair do rico texto de Jorge AMADO:

Santos com soldados, ocupada. Como uma cidade de país em guerra, conquistada pelas forças inimigas. Baionetas reluzindo ao sol, metralhadoras assentadas nos armazéns do porto, nas entradas dos bairros proletários. Transformadas as escolas em quartéis, não mais o riso alegre das crianças, agora ordens gritadas por oficiais. Santos ocupada pelas tropas do Exército, Santos sob a pesada bota dos soldados.⁶⁰⁴

Como se mencionou, as práticas repressivas, embora eficientes, não apresentam solução duradoura, além de manterem as relações sociais em constante conflito. O transformismo, nas suas duas modalidades, mostrar-se-á essencial à preservação do poder político e econômico. Para tanto, restaram adotados meios de

⁶⁰¹ VIANNA, L. W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 106.

⁶⁰² GRAMSCI, *op. cit.*, v. 5, pp. 286 et seq.

⁶⁰³ COUTINHO, C. N, *op. cit.*, *passim*.

⁶⁰⁴ AMADO, J. *Os subterrâneos da liberdade: a agonia da noite*. 40. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986, v.2, p. 152.

comunicação em massa como antes não vistos. A propaganda consistiu modo eficaz para a construção de um mito: a figura de Getúlio como pai dos pobres, protetor dos trabalhadores, guia da nação brasileira rumo ao progresso.

Nesse contexto o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – exerceu função essencial. O órgão valeu-se da censura, mas também de subornos à imprensa com a utilização dos meios necessários para propagação da imagem de Getúlio Vargas como a figura paterna que presenteara os trabalhadores com a legislação trabalhista. Em rádios, revistas, cinemas, etc., o Presidente refletia “a encarnação do país e das novas gerações”. Sua imagem era reproduzida em toda parte, sempre associada à grande tarefa de construção da nacionalidade.⁶⁰⁵

Com a instituição do Estado Novo, Getúlio Vargas passou a dirigir-se às massas na primeira pessoa do singular, como se não houvesse intermediários com a população. O programa oficial *A Hora do Brasil* transmitido diariamente pelo rádio facilitou a propagação do ideário do regime.⁶⁰⁶

O Estado apropriou-se do dia 1º de maio. Deixara-se de rememorar as histórias de luta do movimento operário para se tornar um dia festivo em que o “pai da nação” dirigia-se a ela com a finalidade de agraciá-la com um presente: outra lei em benefício da classe trabalhadora.⁶⁰⁷

Torna-se nítido o caráter populista do regime. As condições do populismo podem ser indicadas como:

1 – ‘massificação’ provocada pela proletarização (...) de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na ‘massa’, ‘conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica’; 2 – perda da ‘representatividade’ da ‘classe dirigente’ – e, em consequência, de sua ‘exemplaridade’ – que, assim, se transforma em dominante, parasitária; 3 – aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas, teríamos todas as possibilidades para populismo se constituir e alcançar ampla significação social.⁶⁰⁸

Não se pode negar a existência e a importância das medidas legislativas de proteção aos trabalhadores, editadas no período. Sem elas a “ideologia do trabalhismo”, que consiste na prática populista de portar-se como protetor dos

⁶⁰⁵ FAUSTO, *Getúlio Vargas...*, p. 124.

⁶⁰⁶ LEVINE, *op. cit.*, pp. 92-95.

⁶⁰⁷ MARTINHO, *op. cit.*, pp. 54-55.

⁶⁰⁸ WEAFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 26.

pobres ao aparentar conceder-lhes gratuitamente direitos, não teria efetividade.⁶⁰⁹ Entretanto, cumpre mencionar os constantes incentivos fornecidos pelo Estado para impulsionar os pedidos de reconhecimento estatal pelos sindicatos. Além da evidente e citada repressão aos oposicionistas, a tática consistiu na aplicação dos benefícios previstos na lei apenas aos empregados sindicalizados. Também deve ser citada a representação classista na Assembleia Constituinte de 1933/1934 composta exclusivamente por dirigentes sindicais de organismos oficiais.⁶¹⁰

Tudo isso almejou controlar e desmobilizar a classe trabalhadora. Primeiro, foram minadas suas entidades de classe para após cooptá-las pelos incentivos fornecidos à oficialização. Ao mesmo tempo, o Estado assumia como suas as antigas reivindicações operárias e as devolvia ao operariado na forma de direitos, porém, não como conquistas, mas doações. Pretendeu-se a transformação de um grupo radical, os trabalhadores urbanos em relação de emprego, a quem os direitos sociais foram garantidos para incluí-los dentre os cidadãos.⁶¹¹ De outra forma, permaneceram (e ainda permanecem) segregadas os demais segmentos da classe, como os trabalhadores rurais, domésticos e os sem direitos, tratados pelo eufemismo de “mercado informal”.

O corporativismo cumpriu a função de subsidiar as elites na “revolução sem revolução”, que não pode ser entendida como uma contrarrevolução, mas como uma transformação gradual e pelo alto que as mantêm no poder.⁶¹²

⁶⁰⁹ PARANHOS, *op. cit.*, p. 35.

⁶¹⁰ COSTA, *op. cit.*, p. 23-30.

⁶¹¹ PARANHOS, *op. cit.*, pp. 59 *et. seq.*

⁶¹² GRAMSCI, *op. cit.*, v. 5, p. 66.

5 CONCLUSÃO

No Brasil durante a Primeira República, fizeram-se perceber os efeitos econômicos e sociais da aplicação do princípio da liberdade de trabalho nas relações contratuais. A exploração desmedida da classe trabalhadora incentivou sua organização em incipientes entidades sindicais com a finalidade precípua de obter melhores condições de trabalho.

Nesses organismos operários, o sindicalismo revolucionário encontrou espaço para propagar seu ideal de emancipação da classe trabalhadora, com objetivo de tomar o poder.

A reação conservadora à resistência do operariado ao capitalismo diferenciou-se com o passar do tempo. No início, o Estado limitou-se a dirigir seus aparelhos repressivos contra as classes subalternas, em busca de contenção dos movimentos insurrecionais pela violência. Os resultados são recorrentes e conhecidos: prisões, deportações, mortes, torturas, fechamento de sindicatos, sedes destruídas, movimentos debelados, entre outros.

A tática não tardou a demonstrar sua insuficiência, o que levou a elite política ao rompimento com o sectarismo liberal da burguesia e a disciplinar as relações contratuais de trabalho. Os aparelhos estatais de repressão deixaram suas marcas no operariado, com maior intensidade do que anteriormente; contudo, a essa prática complementaram-se as primeiras medidas para regulamentar as relações de trabalho.

A alteração da fração burguesa no domínio político – propiciada pelo golpe de 1930 – trouxe consequências às relações da classe trabalhadora com o Estado. Deve-se advertir, porém, que as mudanças ocorridas, longe de representarem uma revolução, refletem o aprimoramento de mecanismos existentes: a legislação trabalhista; o controle sobre os sindicatos e a violência desferida contra seus líderes. Pode-se dizer que após 1930 houve intensificação desses instrumentos, pois o Estado ampliou os meios de controle e de repressão, assim como legislou com maior vigor em matéria trabalhista.

As medidas legislativas elaboradas, em maior ou menor grau, visaram à pacificação social nas relações de trabalho com evidente intenção de manter o operariado controlado. Reivindicações operárias como a jornada de oito horas,

direito a férias, regulamentação do trabalho do menor, amparo na velhice, entre outras, foram estabelecidas pelo Estado. O mesmo pode-se dizer da constante exigência de reconhecimento dos sindicatos operários. Nesse caso, os capitalistas mantiveram sua resistência; contudo, o Estado antecipou-se e praticamente incorporou às instituições sindicais ao seu aparato. Antes, espontâneas e teoricamente livres. Depois, nem um, nem outro.

O reconhecimento dos sindicatos pelo Estado deve ser compreendido como poder: de dizer o que são, de definir os critérios de representação, constituição e forma de atuação, impor obrigações. A negação à greve, os dissídios coletivos de trabalho, o poder normativo conferido à Justiça Corporativa do Trabalho, a investidura sindical constituem outros elementos que formam um sistema que subjugou (e ainda subjuga) a classe trabalhadora.

O corporativismo deve ser compreendido como uma doutrina conservadora, sendo adotada comumente em países com presença de governos fortes. Representou uma alternativa elitista à emancipação da classe trabalhadora, pretendida pelo sindicalismo revolucionário e supostamente concretizada pela Revolução Russa (a história comprovou não passar de ilusão).

Esse regime permitiu a rendição da classe trabalhadora, a partir de seus mecanismos de intervenção estatal nas relações de produção. Essa doutrina atendeu aos interesses do Estado burguês. Permitiu acumulação capitalista com pacificação social, ou seja, com controle das classes subalternas. Nos momentos de insurgência, o Estado agiu para reprimir, com uso da violência ou com o discurso ético de submissão de interesses individuais e coletivos aos nacionais. Soma-se a isso o paternalismo populista, possibilitado pela massificação da propaganda com a construção do mito da doação ou da outorga em que o presidente representava a figura do “pai dos pobres”.

A transformação operada no país, entre 1930 e 1945, significou uma revolução passiva, pois o Estado assumiu algumas reivindicações populares, como iniciativas suas, ao passo que incorporou as entidades sindicais de trabalhadores ao aparato estatal. Operou-se o transformismo por grupos radicais e o transformismo molecular. Este por cooptação dos sindicatos e das lideranças sindicais, atribuindo-lhes feição do sindicalismo colaboracionista (“pelego”), que tem norteado a forma de agir de parcela do movimento sindical no decorrer das décadas, mediante a concessão de benefícios legais e econômicos, notadamente a contribuição sindical.

O transformismo por grupos radicais ocorreu com a encampação pela elite política das principais reivindicações dos trabalhadores urbanos, a fim de permitir-lhes acesso a direitos e a bens de consumo, que restaram negados aos trabalhadores domésticos e aos rurais.

O conceito de revolução passiva indica a ação dialética permanente que conduz a transformação, a partir da assimilação de parte da antítese à tese. Nesse sentido, quanto mais vigorosa a contestação, mais abrangente será o conteúdo absorvido, acarretando maior intensidade à transformação. No sentido concebido por Antonio GRAMSCI, ao cabo desse procedimento se atingiria o socialismo. Interessante notar que a revolução passiva foi implantada pelas elites brasileiras como instrumento à manutenção de seu poder e do capitalismo.

Os elementos corporativistas que formam a estrutura sindical no país podem ser classificados como os mais duradouros da sociedade brasileira, pois são sobreviventes de dois regimes ditatoriais, seguidos de duas aberturas democráticas. Como explicar essa persistência?

Talvez, possa se formular a resposta, tendo por fundamento inicial a assertiva de que as organizações sindicais abdicaram de apresentar antítese, acomodando-se convenientemente à estrutura sindical corporativa.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. *In: TRINDADE, H (Org.). Positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 3. ed. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2007, pp. 147-174.
- ALVIM, Z. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo, *In: NOVAIS, F.A (Coord.). História da vida privada no Brasil (v. 3)*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, 4v, pp. 215-287.
- AMADO, J. *Os subterrâneos da liberdade: a agonia da noite (v. 2)*. 40.ed. Rio de Janeiro: Record, 1986, 3v.
- ARAÚJO, A. M. C. Estado e Trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. _____. *In: (Org.). Do Corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 29-58.
- ARENDT, H. *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 6. reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- ARIÈS, P. A história das mentalidades. *In: LE GOFF, J. A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 207-240.
- BAKUNIN, M. A. *Textos anarquistas*. Seleção e notas de Daniel Guérin. Tradução de Zilá Bernd. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- BARASSI, L. *Diritto Sindicale e Corporativo*. 2. ed. Milano: D. A. Giufrfré, 1934.
- BARROSO, G. *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro: ABC, 1938.
- BASTOS, J. P. *O Estado Corporativo*. Salvador: Progresso, 1958.
- BATALHA, W. S. C; BATALHA, S. M. L. *Sindicatos, sindicalismo*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: LTr, 1994.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BEJA, M. F. *A Igreja, o operário e o Corporativismo*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1940.
- BELLOMO, P. B. *Dallo stato liberale alla politica corporativa*. Padova: CEDAM, 1936.

BENTHAM, J, *et al.* *O panóptico*. Organização Tomaz Tadeu. Tradução de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BERNARDO, A. C. *Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

BOBBIO, N. *Do fascismo à democracia: os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BOITO JÚNIOR, A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

BOSI, A. A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de idéias de longa duração. In: TRINDADE, H (Org.). *Positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 3. ed. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2007, pp. 193-224.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 24 de fevereiro de 1891. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1879, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 12. abr. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 2.827, de 15 de Março de 1879. Dispondo o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1879, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 11, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 26. jun.º 2010.

BRASIL. Decreto n.º 1.313, de 17 de Janeiro de 1891. Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1891, v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 326, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 10. abr. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 979, de 6 de Janeiro de 1903. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1903, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 17, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 23. mai. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 1.673, de 5 de Janeiro de 1907. Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. In: *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1907, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 17, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 6994, de 19 de junho de 1908. Regulamento da colonia correccional de dous rios. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, *disponível em:* <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>, acesso em 13. abr. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 3.550, de 16 de outubro de 1918. Autoriza o Presidente da República a reorganizar, sem aumento de despesas, a diretoria do serviço de povoamento dando-lhe a denominação de Departamento Nacional do Trabalho. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1918, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 168, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 3.724, de 15 de janeiro de 1919. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1919, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 166, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 13.498, de 12 de março de 1919. Aprova o regulamento para execução da Lei n.º 3.724, de 15 de janeiro de 1919, sobre as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1919, v.2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 163, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 4.247, de 6 de Janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no Brasil. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1921. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 13. abr. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 4.269, de 17 de Janeiro de 1921. Regula a repressão ao anarquismo. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1921. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 13. abr. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 4.682 de 24 de janeiro de 1923. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1923, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 126, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 5083, de 01 de dezembro de 1926. Institui o Código de Menores. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1926, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 79, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 24. mai. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 5.221, de 12 de agosto de 1927. Determina que no crime definido no decreto n.º 1.162, de 12 de dezembro de 1890, a pena será de prisão celular e o crime inafiançável, e dá outras providências. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 13. abr. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 19.770, de 19 de Março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1931, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 324, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3. jul. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 22.132, de 25 de novembro de 1932. Institui Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta as suas funções. *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1932, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 4. jul. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 24.694, de 12 de julho de 1934. Dispõe sobre os sindicatos profissionais. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1934, v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 838, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3. jul. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 1.237, de 2º de maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho. *Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1939, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 121, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 4. jul. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. *In: Coleção de Leis do Brasil*. Publicação em 31/12/1939, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 3, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3. jul. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*. Publicação em 09/08/1943, p. 11.937, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, acesso em 3. jul. 2010.

CABANELLAS, G. *Derecho sindical e corporativo*. Buenos Aires: Atalaya, 1946.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? FERREIRA, J. (Org.), DELGADO, L. A. N.º (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu ao Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil republicano; v.2), pp.107-143.

CARONE, E. *A Primeira República (1889-1930): Texto e contexto*. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. *A Terceira República*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1984.

CARVALHO, J. M. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: TRINDADE, H (Org.). *Positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*; 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, pp. 179- 188.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. O proletariado industrial na Primeira República. In: PINHEIRO, P. S. *et al. História geral da civilização brasileira (t. 3, v.9)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v, pp. 147-193.

CEZARINI-SFORZA, W. *Il corporativismo come esperienza giurídica*. Milano: Dott. A. Giuffré, 1942.

CEZARINO JÚNIOR, A. F. *Direito Corporativo e Direito do Trabalho*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

CHACON, V. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHIARELLI, G. *Lo stato corporativo*. Padova: CEDAM, 1936.

CISCATI, M. R. *Malandros da terra do trabalho: malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950)*. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 2001.

CONGRESSO NACIONAL. A expulsão dos estrangeiros. Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de Novembro e de 14 de Dezembro de 1912 pelo Sr. Adolpho Gordo. São Paulo: Espíndola & COMP., 1913, disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/gordo.html>, acesso em 13 abr. 2010.

COSTA, S. A. *Estado e controle sindical no Brasil: um estudo sobre três mecanismos de coerção*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.

COUTINHO, A. R. *O poder punitivo trabalhista*. São Paulo: LTr, 1999.

COUTINHO, C. N. *GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

D'ARAUJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J. (Org.), DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu ao Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil republicano; v.2), pp. 213-239.

DEAN, W. A industrialização durante a República Velha. *In: PINHEIRO, P. S. et al. História geral da civilização brasileira (t. 3, v.8)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v, pp. 277-313.

DECCA, E. S. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEL ROIO, M. T. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DIMITROV, G. M. *A unidade operária contra o fascismo*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DURHKEIM, E. *Da divisão do Trabalho Social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Lições de Sociologia*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DUSSEL, E. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, B. A expansão do café e política cafeeira. *In: PINHEIRO, P. S. et al. História geral da civilização brasileira (t. 3, v.8)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v, pp. 215-276.

_____. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. rev. e ampl. 4. reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

_____. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *História concisa do Brasil*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. Cia das Letras: 2009

_____. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

FONSECA, R. M. *Modernidade e Contrato de Trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica*. São Paulo: LTr, 2001.

FONSECA, R. M; GALEB, M; *A Greve Geral de 17 em Curitiba: resgate da memória*. Curitiba: IBERT, 1996;

FOOT, F; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOLOB, E. O. *Os "ismos": história e interpretação*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ipanema, s/d.

GOMES, A. M. C. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas. In: MARTINHO, F. C (org.). P; PINTO, A. C (org.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 79-108.

_____. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GONÇALVES, L. C. *Princípios de Direito Corporativo*. Lisboa: Livraria Teixeira, 1935.

GRAMSCI, A. *Sul Fascismo* (a cura di Enzo Santarelli). Roma: Riuniti, 1974.

_____. *Cadernos do cárcere* (v. 4). Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho et. al. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do Cárcere* (v. 5), Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho et. al. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GROSSI, P. *L'ordine giuridico medievale*. 10. ed. Roma-Itália: Laterza, 2003.

HALL, M. M. Corporativismo e fascismo: as origens das leis trabalhistas brasileiras. In: ARAÚJO, A. M. C. *Do corporativismo ao neoliberalismo*: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 13-28.

HALL, M. M; PINHEIRO, P. S. *A classe operária no Brasil (v.1)*: documentos (1889-1930). São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____. *A classe operária no Brasil (v.2)*: documentos (1889-1930). São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOBBSBAWN, E. *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KAREPOVS, D. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

KIRDEIKAS, J. C. V. O Estado e a formação do mercado interno para o capital no Brasil (1850-1903). Dissertação (Mestrado em economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAMOUNIER, B. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: PINHEIRO, P. S. et. al. *História geral da civilização brasileira (t. 3, v.9)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v, pp. 371-404.

LESSONA, S; MAZZONI, G. *Corso di Diritto Corporativo: anno accademico 1938-1939*. Padova: CEDAM, 1939.

LEVINE, R. M. *Pai dos pobres?: O Brasil e a era Vargas*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOSURDO, D. *A contra-história do liberalismo*. Tradução de Giovanni Semeraro. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2006.

LUXEMBURG, R. *Reforma ou revolução?* Tradução de Livio Xavier. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MANOÏLESCO, M. *O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro*. Tradução de Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MARQUES, H. *A essência do Corporativismo em Portugal*. 2.ed. Braga: Cruz, 1952.

MARTINHO, F. C. P. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In: MARTINHO, F. C. P (org.); PINTO, A. C (org.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 45-78.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MATOS, M. B. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZONI, G. *Il principio corporativo: nell'ordinamento giuridico italiano*. Padova: CEDAM, 1940.

MELHADO, R. *Poder e sujeição: os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação*. São Paulo: LTr, 2003.

MELLO NETO, C. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 1996.

MILANI, F. *Il diritto sindacale nel sistema del diritto*. Milano: D. A. Giuffré, 1940.

MORAES FILHO, E. Introdução. In: MORAES, E. *Apontamentos de direito operário*. 3. ed. São Paulo: LTr, 1986, pp. I-LXXVII.

_____. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. In: GOMES, A. M. C. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, pp. 11-20.

MORAES, E. *Apontamentos de direito operário*. 3. ed. São Paulo: LTr, 1986.

NASCIMENTO, A. M. *Compêndio de Direito Sindical*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

NOLL, M. I. O positivismo e as origens do varguismo. In: TRINDADE, H (Org.). *Positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*; 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007, pp. 229-264.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

OLIVEIRA, F. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: PINHEIRO, P. S. et al. *História geral da civilização brasileira* (t. 3, v.8). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v, pp. 430-455.

PAIM, A. et al. *Evolução histórica do liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

PARANHOS, A. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

PINHEIRO, P. S. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: _____. et al. *História geral da civilização brasileira* (t. 3, v.9). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v, pp. 13-45.

_____. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. *Política e trabalho no Brasil* (dos anos vinte a 1930). 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIROU, G. *Néo-Libéralisme, Néo-Corporatisme, Néo-Socialisme*. 2. ed. Paris: Gallimard, 1939.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 1. ed. 47. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAMOS FILHO, W. *Direito capitalista do Trabalho*. Prelo, 2010.

REALE, M. *Obras Políticas (1ª Fase – 1931/1937)*. Brasília: UNB, 1983.

RIBEIRO, J. A. *A era Vargas: 1882-1950* (v. 1: o primeiro governo Vargas). Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

RODRIGUES, J. A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, L. M, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1966.

_____. *Partidos e sindicatos*. São Paulo: Atica, 1990.

_____. Sindicalismo e classe operária. In: GOMES, A. M. C. et al. *História Geral da civilização brasileira* (t. 3, v. 10). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 3t., 11v, pp. 603-660.

ROMITA, A. S. *O fascismo no Direito do Trabalho brasileiro*. São Paulo: LTr, 2001.

ROSA, N. *Escola de malandro*. Disponível em: <http://vagalume.uol.com.br/noel-rosa/escola-de-malandro.html>, acesso em 6 abr. 2010.

SÁ, M. A. *O corporativismo no campo da Economia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

SCANTINBURGO, J. *História do liberalismo no Brasil*. São Paulo: LTr, 1996.

SCHWANITZ, D. *Cultura geral: tudo o que se deve saber*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SCHWARZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, F.A (Coord.). *História da vida privada no Brasil (v. 4)*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, 4v, pp. 173-243.

SENNET, R. *A cultura do novo capitalismo*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIMÃO, A. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 14. ed. Tradução coordenada de Ismênia Tunes Dantas. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SOUZA, F. M. *Raízes teóricas do Corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

STEPAN, A. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Tradução de Mariana Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Paz e Terra, 1980.

STORNI, H. J. *El parlamentarismo y la representacion corporativa*. Buenos Aires: Valerio Abeledo, 1943.

TANNENBAUM, F. *A filosofia do trabalho*. Tradução de Guido Coaracy. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, s/d.

TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

TENCA, A. *Senhores dos trilhos: Racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do Curso de Ferroviários da Antiga Paulista*. São Paulo: UNESP, 2006.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa (v.2)*. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TROYANO, A. A. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

VALENTE, S. M. P. *A presença rebelde na Cidade Sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920*. Londrina: Ed. UEL, 1997.

VASCONCELLOS, G. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: PIERUCCI, A. F. O. *et. al. História geral da civilização brasileira (t. 3, v. 11)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 3t., 11v, pp. 612-638.

VIANA, N. A aurora do anarquismo in: DEMINICIS, R. B. (org.); REIS FILHO, D. A. *História do anarquismo no Brasil (v.1)*. Niterói: EDUFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2006, pp. 23-44.

VIANNA, L. W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, M. A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, E. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. Oliveira Vianna & companhia. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1981.

VIEIRA, P. *Organização profissional e representação de classes*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (v. 1)*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2v.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WISSENBAACH, M. C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, F.A (Coord.). *História da vida privada no Brasil (v. 3)*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, 4v, pp. 49-130.

WOODCOCK, G. *História das ideias e movimentos anarquistas (v.2): o movimento*. Tradução de Júlia Tettamanzy *et al.* Porto Alegre: L&PM, 2006, 2v.